UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO AMAZÔNICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS
MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

JOSÉ FELIPE RODRIGUES DA COSTA

“TERRITÓRIO PRA GENTE É CASA”: mobilizações Quilombistas no Marajó dos Campos

BELÉM-PA
2025

JOSÉ FELIPE RODRIGUES DA COSTA

“TERRITÓRIO PRA GENTE É CASA”: mobilizações Quilombistas no Marajó dos Campos

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. Universidade Federal do Pará e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Prof. Drª. Monique Medeiros
Co-orientadora: Prof. Drª. Patrícia Pinheiro

BELÉM-PA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

da Costa, José Felipe Rodrigues.

"Território pra gente é casa": mobilizações Quilombistas no Marajó dos Campos / José Felipe Rodrigues da Costa. — 2025.

135 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Monique Medeiros Coorientação: Profª. Dra. Patrícia dos Santos Pinheiro Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,

Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós- Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2025.

1. Marajó dos campos. 2. Movimentos Quilombistas . 3. Projetos neocoloniais. I. Título.

CDD 000

JOSÉ FELIPE RODRIGUES DA COSTA

“TERRITÓRIO PRA GENTE É CASA”: mobilizações Quilombistas no Marajó dos Campos

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. Universidade Federal do Pará e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Prof. Drª. Monique Medeiros
Co-orientadora: Prof. Drª. Patrícia dos Santos Pinheiro

Data de aprovação:

Banca examinadora:

Profa. Dra. Monique Medeiros
(Orientadora)
Universidade Federal do Pará - UFPA

Profa. Dra. Patrícia dos Santos Pinheiro
(Co-orientadora)
Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

Profa. Dra. Natalia Ribas Guerrero
(Examinadora)
Universidade Federal do Pará - UFPA

Profa. Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira

(Examinadora)

Universidade de Brasília - UNB

Dedico este trabalho a todas as mulheres quilombolas de Salvaterra, que, apesar dos medos e incertezas da vida, se dedicam a construir novos caminhos para os seus.

AGRADECIMENTOS

Sozinho, nunca teria sido capaz de chegar ao final dessa jornada. Mesmo que, na maior parte do tempo, o trabalho tenha sido solitário, tive inúmeras pessoas segurando minha mão para que eu pudesse amadurecer e escrever este texto. Deixo registrada minha mais afetiva e generosa gratidão a todas essas pessoas que estiveram comigo.

Minha gratidão à minha família: à minha mamãe, Rosa, por todo seu incentivo, carinho e apoio, por todos os momentos em que, ao seu lado, mesmo com medo, a senhora me fazia sentir o homem mais forte e capaz de conquistar o mundo; aos meus irmãos, Rayme, Lucas, Glória e Rute, por sonharem este sonho comigo, por acreditarem em mim e em todas as minhas maluquices mais do que ninguém, por todos os conselhos, pela preocupação e pelo cuidado, e por todos os momentos de diálogo acadêmico e empírico que contribuíram para o meu amadurecimento. Meus irmãos, sem vocês, eu não sou nada! Minha gratidão também aos meus sobrinhos, Iza, Melina e Jorge, que foram parte do meu combustível para finalizar esta etapa.

Às minhas amigas e ao meu amigo: Adrya, que de longe ouvia minhas reclamações – obrigado por todo o nosso partilhar neste momento tão semelhante que estamos vivendo; Maria Lorrane, Júlia e Deise, pelos nossos rolês e conversas; e Antônio Evay, que, com nossa amizade virtual, me apoiou e ajudou a esquecer problemas e medos. Amigos, obrigado por suas palavras, pelos encontros, pelas conversas e pelos momentos em que pude reclamar e me questionar com vocês, e pela forma como me acalentavam.

A Ellem Sunanne, que, já no final do processo, se tornou minha companheira de trabalhos de campo, obrigado por tua companhia, mana.

Agradeço também à Luciane e à Glenda por sua generosidade comigo, por me receberem inúmeras vezes em sua casa, por me levarem de um lado para o outro em Salvaterra e por, tão compassivamente, me oferecerem outros olhares sobre Salvaterra e seus territórios quilombolas. Estendo esse agradecimento ao

Núcleo de Ação e Resistência Quilombola, por me aceitarem e por terem paciência em me responder tantas coisas.

Também agradeço à Noemi e sua família, pelo carinho e por me tratarem como um filho ou, talvez, ainda melhor, como um neto, por me receberem em sua casa, por se preocuparem com minha estadia e por todo o acolhimento. Minha gratidão se estende a todas as mulheres do grupo Sementes do Quilombo, que me receberam com tanto carinho.

Agradeço à minha orientadora por todas as nossas conversas, pelos momentos em que cheguei à sua sala com algumas dúvidas e saí com muitas outras, por sua paciência em me ensinar e por confiar em mim. Obrigado por fazer parte do meu amadurecimento e por me incentivar. A senhora é muito especial! Também estendo minha gratidão ao INEAF, que tem sido minha casa desde 2018, e a todos os docentes da FACDES e do PPGAA, por compartilharem seus ensinamentos comigo.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa), pela bolsa e pelo apoio financeiro, que tornaram possível a realização das atividades de campo.

E, por fim, ao meu amado namorido, Endrew, que esteve ao meu lado desde o primeiro dia deste processo. Agradeço pelo incentivo, pelo apoio, pelos questionamentos, por todas as vezes que me ouviu reclamar e chorar, por ter tido paciência em ler meu texto inúmeras vezes e, principalmente, pelo seu companheirismo. Obrigado por ter feito minha vida menos solitária morando em Belém e por ter se tornado também a minha família, só de nós dois!

RESUMO

Esta dissertação tem como lócus de análise o município de Salvaterra, na Ilha do Marajó, estado do Pará, onde se situam cerca de 18 comunidades quilombolas. O estudo se concentra em duas dessas comunidades, Vila União/Campinas e Mangueiras, onde atuam dois movimentos organizados majoritariamente por mulheres: o Núcleo de Ação e Resistência Quilombola de Campinas/Vila União (Narq) e o Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo, da comunidade de Mangueiras. O objetivo central deste trabalho é analisar as estratégias de resistência quilombola diante dos projetos neocoloniais implementados em Salvaterra (PA). De forma específica, busca-se: (1) identificar as estratégias desenvolvidas por essas organizações para enfrentar os impactos dos projetos neocoloniais nos territórios quilombolas; (2) caracterizar as alianças e redes de apoio formadas para amplificar suas demandas e resistências; e (3) compreender como esses movimentos articulam atividades culturais e econômicas para fortalecer as comunidades quilombolas. A pesquisa adotou entrevistas semiestruturadas individuais com membros do Narq e do Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo, além da observação participante em suas atividades coletivas. A análise baseou-se nas perspectivas da antropologia do desenvolvimento, da territorialidade quilombola e do conceito de quilombismo. Os resultados evidenciam que as ações de enfrentamento aos projetos neocoloniais em Salvaterra são fundamentadas em uma identidade étnico-racial, elemento essencial para mobilizar ações e dar coesão ao histórico de organização das comunidades quilombolas. O Narq e o Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo se configuram, à luz da teoria do quilombismo, como movimentos quilombistas, pois promovem a autonomia e o fortalecimento comunitário, buscando a independência de suas comunidades. Além de sua identidade quilombista, essas iniciativas integram uma rede mais ampla de mobilizações, articulando-se territorialmente para fortalecer seus territórios por meio de atividades culturais e econômicas, como a dança, a geração de renda e o resgate de práticas agrícolas tradicionais. Essas ações também se conectam a mobilizações estaduais e nacionais, estabelecendo parcerias alinhadas a seus objetivos internos.

Ao contribuir para o campo dos estudos sobre quilombos, neocolonialismo e resistência territorial, esta dissertação também dialoga com o debate sobre políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos territoriais e o fortalecimento da autonomia das comunidades quilombolas.

Palavras-chave: Movimentos quilombistas; projetos neocoloniais; Marajó dos campos

ABSTRACT

This dissertation focuses on the municipality of Salvaterra, on Marajó Island, in the state of Pará, where approximately 18 quilombola communities are located. The study focuses on two of these communities, Vila União/Campinas and Mangueiras, where two movements organized mainly by women operate: the Núcleo de Ação e Resistência Quilombola de Campinas/Vila União (Narq) and the Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo, from the Mangueiras community. The main objective of this work is to analyze the strategies of quilombola resistance in the face of neocolonial projects implemented in Salvaterra (PA). Specifically, the aim is to: (1) identify the strategies developed by these organizations to confront the impacts of neocolonial projects in quilombola territories; (2) characterize the alliances and support networks formed to amplify their demands and resistance; and (3) understand how these movements articulate cultural and economic activities to strengthen quilombola communities. The research used individual semi-structured interviews with members of the Narq and the Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo, in addition to participant observation in their collective activities. The analysis was based on the perspectives of development anthropology, quilombola territoriality, and the concept of quilombismo. The results show that the actions to confront neocolonial projects in Salvaterra are based on an ethnic-racial identity, an essential element for mobilizing actions and giving cohesion to the history of organization of quilombola communities. In the light of the theory of quilombismo, Narq and the Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo are configured as quilombola movements, as they promote autonomy and community strengthening, seeking the independence of their communities. In addition to their quilombola identity, these initiatives are part of a broader network of mobilizations, articulating themselves territorially to strengthen their territories through cultural and economic activities, such as dance, income generation, and the recovery of traditional agricultural practices. These actions also connect with state and national mobilizations, establishing partnerships aligned with their internal objectives. By contributing to the field of studies on quilombos, neocolonialism and territorial resistance, this dissertation also engages with the debate on public policies aimed at guaranteeing territorial rights and strengthening the autonomy of quilombola communities.

Keywords: Quilombist movements; neocolonial projects; Marajó dos Campos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização dos municípios marajoaras. 19
Figura 2 – Reunião ampliada proposta pelo projeto CBST com agentes públicos e sociedade civil. 42
Figura 3 – Construção da linha do tempo. 43
Figura 4 – Mapa da localização das comunidades quilombolas do município de Salvaterra na ilha do Marajó/PA. 50
Figura 5 – Localização da comunidade de Vila União/Campinas, no município de Salvaterra, Pará. 56
Figura 6 – Rodovia PA 154 no trecho dentro de Vila União/Campinas. 57
Figura 7 – Dia de trabalho na roça da dona Nazaré. 59
Figura 8 – Localização da comunidade quilombola de Mangueiras, no município de Salvaterra, Pará. 60
Figura 9 – Balsa utilizada para a travessia do rio Paracauari, principal acesso à comunidade de Mangueiras. 61
Figura 10 – Estrada que cerca o campo central do território e dá acesso aos bairros de Mangueiras. 62
Figura 11 – Áreas devastadas para cultivo de arroz ao longo da estrada que leva ao Porto de Dallas, ponto de travessia para a comunidade de Mangueiras. 67
Figura 12 – Posto de gasolina dentro de Vila União/Campinas. 68
Figura 13 – Elementos práticos e simbólicos de construção e afirmação étnico-racial em Mangueiras. A – Material de divulgação da celebração do dia da consciência negra na escola de Mangueiras; B – Banda do desfile de celebração do dia sete de setembro; C – Faixa de celebração do dia sete de setembro 74
Figura 14 – Integrantes do Núcleo de Ação e Resistência Vila União/Campinas. 80
Figura 15 – Exposição fotográfica organizada pelo NARQ. 83
Figura 16 – Integrantes do Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo. 85
Figura 17 – Peças produzidas pelo ateliê Sementes do Quilombo. 86
Figura 18 – Organograma de mobilizações do Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo. 104
Figura 19 – Foto da frente da Casa de Sementes. 105

Figura 20 – Dia de confecção de peças do ateliê. 106
Figura 21 – Espaço da biblioteca Samaúma em Mangueiras. 108
Figura 22 – Apresentação do grupo de jovens de Mangueiras no XX Jogos de Identidade Quilombola, na comunidade quilombola de Gurupá, Cachoeira do Arari/PA. 110
Figura 23 – Organograma de atividades do NARQ. 113
Figura 24 – Realização da Feira Quilombola. 114
Figura 25 – Mulheres agricultoras da comunidade de Vila União/Campinas. 116
Figura 26 – Produtos comercializados na Feira Quilombola. 117
Figura 27 – Dia de atividades do Quilombrincando. 118

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 – População quilombola e não quilombola de Salvaterra. 51
Tabela 2 – Nome e formação das integrantes do NARQ. 80
Tabela 3 – Nomes das integrantes do Sementes do Quilombo. 85
Tabela 4 – Apresentação da relação de principais parceiros e apoiadores do NARQ. 93
Tabela 5 – Apresentação da relação de principais parceiros e apoiadores do Sementes do Quilombo. 98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADQ – Associação dos Discentes Quilombolas

AMARQVUC – Associação de Mães e Agricultores Remanescentes de Quilombos da Vila União Campinas

APA – Área de Proteção Ambiental

CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CBST – Cesta de Bens e Serviços Territoriais

CEDENPA – Centro de Estudo e Defesa do Negro

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CONFAP – Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

COP – Conferência das Partes

EMATER-PA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará

FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

FCP – Fundação Cultural Palmares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICA – Instituto de Ciências da Arte

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

INEAF – Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares

INCRA – Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária

NARQ – Núcleo de Ação e Resistência Quilombola

ONG – Organização Não Governamental

PSE – Processo Seletivo Especial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **19**

1.2 APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA 23

1.3 OBJETIVOS 26

1.3.1 OBJETIVO GERAL 26

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 26

1.4 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO 27

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA **28**

2.1 ANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO 28

2.2 TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA 32

2.3 O QUILOMBISMO EM EXERCÍCIO 34

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS **38**

3.1 ENTRADA EM CAMPO 38

3.2 DOS INSTRUMENTOS MOBILIZADOS 40

4 DO PASSADO AO PRESENTE: O PROCESSO HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO QUILOMBOLA EM SALVATERRA **46**

4.1 DINÂMICAS SOCIOPOLÍTICAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SALVATERRA 51

4.2 APRESENTAÇÃO DAS COMUNIDADES DA PESQUISA 55

5 TERRITÓRIOS EM DISPUTA: A MATERIALIZAÇÃO DOS PROJETOS NEOCOLONIAIS E A CONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS QUILOMBOLAS EM SALVATERRA **66**

5.1 ASSUMINDO UM DEBATE ETNICO-RACIAL 69

5.2 A CONFIGURAÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES TERRITORIAIS E O EXERCÍCIO DE DENOMINAÇÃO 75

5.3 ENTENDENDO OS MOVIMENTOS QUILOMBISTAS E SUAS ESTRATÉGIAS 79

6 HISTÓRIAS TECIDAS EM PARCERIAS: A JORNADA DOS MOVIMENTOS QUILOMBISTAS DE SALVATERRA **91**

6.1 MOBILIZAÇÃO PARA O RECONHECIMENTO: A CONSTRUÇÃO DO PROTAGONISMO QUILOMBOLA NO CENÁRIO SOCIOAMBIENTAL E O FUTURO PARA NOVAS PARCERIAS 100

7 QUILOMBISMO EM AÇÃO: PRÁTICAS CULTURAIS E ECONÔMICAS NO FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO **103**

7.1 TERRITÓRIO EM MOVIMENTO: CONSTRUINDO INVENÇÕES E REINVENÇÕES 119

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS **122**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **124**

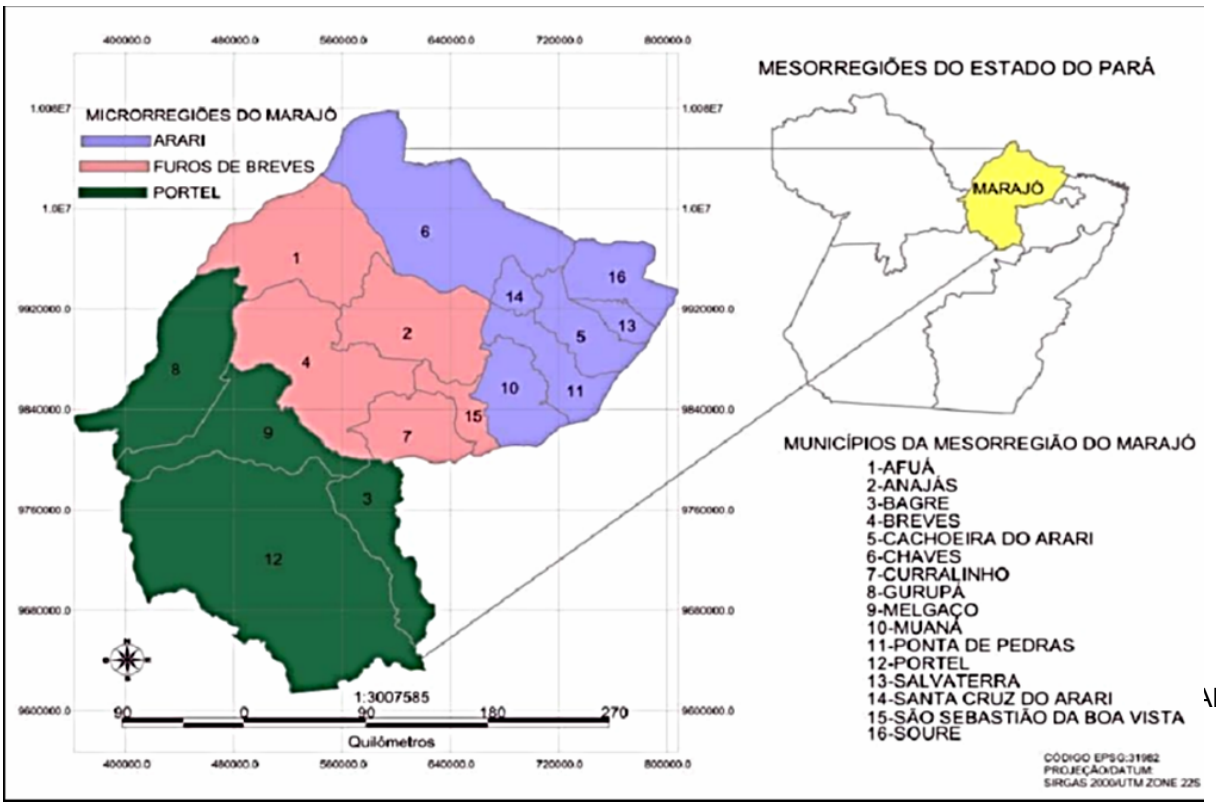
APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTAS **129**

APÊNDICE II - ROTEIRO DE ENTREVISTAS: CESTAS DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS **133**

1. 1 INTRODUÇÃO

O arquipélago do Marajó, popularmente conhecido como ilha do Marajó, e, doravante, neste trabalho, mencionado dessa forma, está integralmente situado no estado do Pará, na foz do rio Amazonas. Mesmo que seja denominado como ilha, Marajó é um arquipélago formado por um conjunto de ilhas que, em seu todo, constitui a maior ilha flúvio-marítima do mundo, com 49.606 km² (Interministerial, 2007). A ilha compõe a Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó (APA Marajó) e tem em sua composição dezesseis municípios (Figura 1).

Fonte: Crispim *et al.* (2016).



RABIC 1 -
marajoa

Dentro do Marajó existem diversos Marajós, ora com características semelhantes, ora muito distintas. Ressaltamos essa heterogeneidade do Marajó pela constante homogeneização que é feita com a ilha. Alguns autores, como o historiador Agenor Sarraf Pacheco (2010), dividem o Marajó em dois; o primeiro é o que está constantemente em evidência pela mídia, o qual é denominado Marajó dos campos, onde Soure e Salvaterra estão inseridos. A parte do Marajó dos campos é

muito lembrada por extensas áreas alagadas, onde o rebanho bubalino é criado, o trabalho do vaqueiro é bem lembrado e as praias são exuberantes.

O outro é o Marajó das florestas, no qual estão localizados alguns municípios como Bagre, Breves, Gurupá, Melgaço e Portel, sendo esta a parte menos conhecida na mídia, mais distante da capital paraense e associada majoritariamente ao extrativismo e à vida levada sobre o rio.

O município de Salvaterra, situado no nordeste da ilha, é considerado um dos municípios mais importantes do arquipélago, levando em consideração sua aproximação com a capital paraense e seu número de habitantes, que está em torno de 24 mil (IBGE, 2022). Além disso, Salvaterra conta com muitas belezas naturais, banhadas por água ora salgada, com a influência do oceano Atlântico, no período de junho a novembro durante o verão; ora doce, de dezembro a maio, durante o inverno. Salvaterra possui limites com o município de Soure, ao norte, do qual está separado pelo rio Paracauari; com o município de Cachoeira do Arari, ao sul, separado pelo rio Camará, e com a Baía do Marajó, ao leste (Campos, 2019). Salvaterra era, desde 1901, distrito de Soure, outro município abarcado pelo arquipélago. Apenas em 1961 foi elevada à categoria de município.

Nos esforços de entender e olhar criticamente as transformações, lutas territoriais e potencialidades territoriais, escolhemos o município de Salvaterra para desenvolver esta pesquisa. Essa escolha foi feita tendo em vista o projeto intitulado “Inovação e transição sustentável: cesta de bens e serviços em territórios amazônicos”[1], ao qual minha pesquisa está vinculada. Além disso, tal escolha se deu considerando minha aproximação[2] com a realidade do município e algumas de suas comunidades quilombolas, com as quais tive contato através do meu trabalho de conclusão de curso e de bolsas de iniciação científica.

Outro aspecto que me aproximou do município é o interesse pela sua construção histórica, que é construída a partir de uma ligação a grupos negros

---

[1] Chamada de propostas Nº 003/2022 - iniciativa Amazônia+10, parceria e financiamento entre Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa).

[2] Ao longo do texto, há uma variação no uso da primeira pessoa do singular (“eu”) e do plural (“nós”). O “eu” aparece quando me refiro às minhas escolhas, análises e percurso na pesquisa. Já o “nós” surge nos momentos em que reconheço as contribuições da minha orientadora e de outros interlocutores que participaram do processo, ajudando a amadurecer ideias, levantar questionamentos e construir reflexões. Essa variação reflete a dinâmica coletiva da pesquisa, que, embora tenha minha autoria, foi também resultado de trocas e aprendizados compartilhados.

vindos do continente africano e uma relação íntima com etnias indígenas que habitavam a região.

Desse cenário de diversidade sociocultural de Salvaterra, fazem parte 18 comunidades quilombolas, que chegam a representar 30,8% da população local (IBGE, 2022). Atualmente são autorreconhecidas: Bacabal, Bairro Alto, Boa Vista, Boca da Mata, Caldeirão, Cururu, Deus me Ajude, Mangueiras, Paixão, Passagem Grande, Pau Furado, Providência, Rosário, Santa Luzia, Salvar, São Benedito, Siricari e Vila União/Campinas.

Essas comunidades quilombolas estão inseridas em diversos contextos sociopolíticos, muitas delas enfrentando de perto manifestações do neocolonialismo. Esse fenômeno se materializa por meio de projetos e articulações que buscam exercer domínio econômico, político e cultural sobre os territórios quilombolas[3], utilizando-se de elementos como rodovias, fazendas de arroz e a criação de búfalos.

Desde o século XVIII, a produção bubalina tem sido uma atividade de significativo interesse econômico na região. Recentemente, novos empreendimentos agropecuários foram instalados com incentivos fiscais dos governos municipal, estadual e federal. Esses incentivos visam promover o desenvolvimento econômico da região, com o objetivo de melhorar os índices socioeconômicos de renda e empregabilidade nos municípios do Marajó, que estão abaixo da média nacional (IBGE, 2022).

Dentre esses empreendimentos mais atuais, destaca-se a instalação de grandes fazendas de arroz e o incentivo e mobilização para tornar a região um destino turístico nacional. Esse interesse no turismo é mobilizado pela arrecadação do município de Salvaterra, uma vez que cerca de 5% dessa arrecadação vem do setor (Ministério do Turismo, 2024). Para um município cujo orçamento é majoritariamente baseado em repasses dos governos federal e estadual, a porcentagem é considerada expressiva.

Com a chegada desses empreendimentos, a região foi impactada com a chegada expressiva de pessoas externas e alheias às realidades vivenciadas na região, passando a transitar até nos territórios quilombolas. Com o funcionamento das fazendas de arroz, búfalos e a atração de turistas, projetos de infraestrutura

[3] Ao longo deste texto, utilizo o termo “territórios” para me referir às comunidades quilombolas, compreendendo que cada comunidade constitui um território em si. Em Salvaterra, essa perspectiva é especialmente relevante, pois o município abriga múltiplos territórios quilombolas, cada um com sua própria dinâmica social, histórica e política.

foram construídos para facilitar o escoamento da produção agrícola e trânsito de turistas (Meirelles Filho, 2014).

Desde o século XVIII, com a instalação das primeiras fazendas de búfalo, as comunidades quilombolas de Salvaterra enfrentaram a ocupação dos fazendeiros, que desrespeitaram seus territórios, restringiram o acesso aos recursos naturais e ergueram cercas, limitando o uso da terra. Esses grupos quilombolas, influenciados por diversos fatores, incluindo a presença dos empreendimentos na região, apresentam grande diversidade e mobilizam processos de invenção e reinvenção sobre os manejos da terra, geração de renda e transformação coletiva das formas de vivência territorial. Essas transformações abrangem desde a organização espacial e atividades produtivas até a construção de práticas culturais, como danças. A partir de suas perspectivas internas, as comunidades quilombolas têm desenvolvido diferentes formas de atuação tanto em seus territórios quanto no contexto municipal.

Dentre as diversas frentes de atuação das comunidades quilombolas, destaco aquelas atividades que são visíveis externamente e comunicadas pelos próprios grupos. É importante considerar que muitas outras atuações ocorrem internamente, desempenhando um papel fundamental no funcionamento e na manutenção das relações internas dos grupos, sendo apenas as expressas publicamente as de interesse de minha pesquisa.

A exemplo dessas frentes públicas de atuação estão a grande mobilização por titulação, que teve seu início marcado a partir da primeira década do século XXI, a formação de alianças internas entre as comunidades e instituições não governamentais, organização institucionalizada das comunidades através da criação das associações de moradores (Teisserenc e Teisserenc, 2018), candidaturas a cargos públicos de membros das comunidades, entre outras.

Essas frentes de mobilização dos quilombos marajoaras foram construídas desde suas primeiras formas de organização e, na atualidade, estão sendo influenciadas pelo momento de insurgência das populações amazônidas em relação aos debates sobre alimentação, cultura, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e protagonismo feminino no contexto amazônico, sobretudo, tendo em vista a realização da conferência das Nações Unidas para o Clima e Meio Ambiente (COP 30), programada para ocorrer em novembro de 2025 na capital paraense, e o consequente posicionamento da Amazônia no centro do debate sobre desenvolvimento sustentável.

É nesse contexto de desenvolvimento de projetos neocoloniais, aqui caracterizados pela implementação de grandes empreendimentos, pela expansão do agronegócio e pela reconfiguração do uso da terra de forma alheia às dinâmicas locais, que surgem duas organizações de mulheres o Grupo Mulheres Sementes do Quilombo e o Núcleo de Ação e Resistência Quilombola (Narq). Essas iniciativas buscam reafirmar a importância das culturas quilombolas, promover a geração de renda e garantir o direito ao território, articulando estratégias para lidar com as transformações econômicas e territoriais que afetam as comunidades de Salvaterra. Além disso, se desdobram em diversas atividades culturais, econômicas e educacionais, como resultado da articulação e mobilização dentro dos territórios. Esses movimentos não se limitam a ações pontuais, mas emergem de processos contínuos de organização coletiva, que buscam preservar e fortalecer a identidade quilombola por meio de iniciativas diversificadas. Nesse contexto, o grupo Mulheres Sementes do Quilombo e o Narq se destacam como organizadores principais dessas dinâmicas, promovendo outras formas de ação comunitária e contribuindo para o fortalecimento das práticas tradicionais, a geração de renda e a garantia de direitos territoriais.

O grupo Mulheres Sementes do Quilombo, por meio de seu ateliê, dedica-se à produção e comercialização de peças de vestuário que incorporam traços e cores associados à identidade negra e marajoara. Além dessa atividade econômica, o grupo organiza dois importantes coletivos culturais: o Meninas de Mangueiras, um grupo de carimbó composto por mulheres adultas e idosas, e um grupo de dança voltado para jovens da comunidade. Mais recentemente, o grupo também estruturou e passou a gerir uma biblioteca comunitária no território. Suas origens e principais atividades estão vinculadas à comunidade de Mangueiras, onde o grupo atua de forma significativa.

O segundo movimento é o Narq, formado por jovens mulheres quilombolas da comunidade de Vila União/Campinas. Esse núcleo tem como principal objetivo a valorização e preservação das práticas e dos conhecimentos tradicionais no interior do território. Entre as iniciativas promovidas pelo Narq, destaca-se a consolidação da Feira Quilombola, protagonizada por mulheres agricultoras quilombolas, que fortalece a economia local e promove a visibilidade das produções comunitárias. Além disso, o núcleo desenvolve atividades voltadas para crianças da comunidade,

como o Quilombrincando, reforçando o vínculo com as tradições e fomentando a transmissão intergeracional de saberes e valores culturais.

A escolha de centrar a análise no Narq e no grupo de mulheres Sementes do Quilombo deve-se à proximidade dessas organizações com projetos de pesquisa desenvolvidos pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em seus territórios de atuação. Tanto em Vila União/Campinas quanto em Mangueiras, esses movimentos estabeleceram um diálogo contínuo com pesquisadores e iniciativas acadêmicas, o que possibilitou um acompanhamento mais sistemático de suas atividades, dinâmicas organizativas e estratégias políticas.

1. 1.2 APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

Com o olhar voltado para Salvaterra é possível perceber que o município tem sido palco de ações neocoloniais, que, conforme descreve Domenico Losurdo (2020), representam a continuidade da dominação colonial sob novas formas no período pós-colonial, especialmente após a “independência” formal dos países do Sul Global. Essas ações neocoloniais afetam o território de distintas formas, sobretudo os territórios quilombolas, considerados os mais vulneráveis diante dos seus contextos de formação. Essa vulnerabilidade é sentida principalmente na especulação de terras, apropriação de terras de uso comum, mudanças nos ecossistemas que geram efeito sobre as práticas de caça, pesca, extrativismo e cultivos agrícolas praticados dentro das comunidades quilombolas e o racismo estrutural, que sustentou o colonialismo tradicional e que persiste como forma de dominação global.

É importante destacar que os mecanismos neocoloniais não se limitam à materialização prática por meio da não titulação dos territórios, mas também atuam em uma dimensão ideológica, principalmente ao reduzir o território a um mero espaço de produção, seja na visão de que ele é apenas um espaço para as fazendas ou para a implementação de estruturas de infraestrutura. Essa visão desconsidera o papel fundamental do território como espaço de manutenção e reprodução da vida, ignorando suas múltiplas dimensões simbólicas, culturais e sociais. Tal perspectiva contraria as possibilidades de interpretação e de propostas de transformação que não se enquadrem em um padrão hegemônico.

Ailton Krenak (2017) descreve essa lógica como uma “monocultura de ideias”, que exclui e inviabiliza outras formas de pensamento, impedindo a construção de novas vivências e transformações culturais nos territórios. Essa abordagem, portanto, reforça estruturas de dominação ao negar a diversidade de saberes e práticas que poderiam emergir de uma relação mais harmônica e plural com o espaço.

Salvaterra vivencia a produção de arroz em monocultivo ao lado de terras quilombolas, se expandido em espaço e se apropriando de boa parte das terras comunais dessas comunidades. Uma outra expressão desses mecanismos neocoloniais é o resultado dessas invasões como conflito fundiário, além da construção de obras de infraestrutura que foram consolidadas para apoiar essas ações na região.

No caso específico da expansão do agronegócio do arroz, este foi estabelecido com a vinda de fazendeiros de outras regiões do Brasil, que inclusive já tinham sido desapropriados até mesmo de territórios indígenas no norte de Roraima, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Essa vinda foi facilitada pelos governos estadual e municipal, que beneficiaram esses fazendeiros com incentivos fiscais, além de serem favorecidos pela falta de regularização fundiária da região (Gomes *et al*., 2018).

Outra expressão dessa perspectiva neocolonial é a rodovia estadual PA-154, que faz a ligação dos municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra. Com cerca de 54 km de extensão, esse tipo de projeto é um empreendimento clássico quando se debate estratégia governamental de desenvolvimento (Sundfeld; Jurksaitis, 2015), pois facilita o escoamento dos monocultivos e o trânsito de pessoas.

Mesmo que Salvaterra seja um dos menores municípios em extensão territorial do Marajó, ele abriga uma das maiores densidades de quilombos por metro quadrado do país e, ao mesmo tempo, divide espaço com o monocultivo do arroz e a criação de búfalos, além de lidar com as consequências de projetos de infraestrutura (Gomes et al., 2018). Dias, Medeiros e Silva (2024) apontam a região como palco de conflitos que decorrem justamente desses múltiplos interesses.

Embora ainda de forma incipiente, essas comunidades também protagonizam e desenvolvem atividades, e suas iniciativas surgem como uma resposta direta às ações neocoloniais, que não apenas dificultam a geração de renda, mas também

minimizam a identidade quilombola ao ignorar sua presença e seus direitos sobre a terra.

Rosa Acevedo Marin (2009, p. 33) corrobora com a análise de que o território marajoara e, sobretudo Salvaterra, é um espaço de disputa aberta, e enfatiza o seguinte: “Atualmente, o arquipélago é espaço de uma disputa aberta por recursos, e essas reivindicações partem dos povos tradicionais, agentes sociais que marcam posicionamentos sobre o direito à terra e de usufruto dos recursos”.

Nesse contexto, não se observa uma postura de inércia por parte das comunidades em relação aos seus territórios e à proposição de atividades. Pelo contrário, há um levante estratégico e bem posicionado em defesa de seus direitos territoriais e das diferentes formas de vivenciar esses espaços. Essas transformações resultam tanto de mobilizações internas quanto da necessidade de adaptação diante do contato com outras mobilizações e setores externos ao território. Conforme mencionado, diversas atividades e projetos emergem, demarcando o uso, a ocupação e os interesses quilombolas em relação a seus territórios.

Essas mobilizações das organizações quilombolas de que trataremos na pesquisa também se apresentam como uma resposta territorializada ao contexto político no qual o Brasil passava em 2019, em que o poder executivo federal efetivava as promessas de **não** titulação dos territórios tradicionalmente ocupados, a prioridade de investimentos no agronegócio e a desmobilização de políticas públicas importantes para a população quilombola. Essas mobilizações, naquele contexto político, foram e ainda são conduzidas por muitas mulheres, sobretudo os movimentos organizados nas comunidades de Vila União/Campinas e Mangueiras, nos quais as associações e outros movimentos dentro dos territórios surgem a partir da organização e mobilização de mulheres diante do contexto de necessidade de afirmação das culturas quilombolas, geração de renda e garantia do direito ao território.

Ao observar as comunidades de Mangueiras e Vila União/Campinas, é possível identificar a presença de projetos neocoloniais que impactam diretamente esses territórios, seja em Vila União/Campinas, com a construção da rodovia PA-154, ou em Mangueiras, com o convívio com o cultivo de arroz que também tem afetado os modos de produção. Esses projetos, geralmente articulados e implementados por atores públicos e privados, têm como objetivo reorganizar o uso

da terra e os processos produtivos nas comunidades. Em resposta a essas iniciativas externas, as próprias comunidades quilombolas se mobilizam, criando redes de apoio e estratégias para resistir e lidar com os impactos dessas mudanças estruturais em seus territórios.

Portanto, nesse cenário marcado pelo contraste entre as forças neocoloniais que pressionam os territórios e as organizações quilombolas protagonizadas por mulheres que resistem e articulam estratégias de permanência, esta pesquisa se insere partindo da seguinte pergunta: queuais movimentos os quilombolas empregam em resposta aos projetos neocoloniais implementados no município de Salvaterra (PA)?

2. 1.3 OBJETIVOS

Com foco em responder à questão anteriormente levantada, o trabalho tem como objetivos:

1. 1.3.1 OBJETIVO GERAL

Caracterizar e analisar os movimentos empregados por quilombolas em face aos projetos neocoloniais implementados no município de Salvaterra (PA).

2. 1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar estratégias desenvolvidas por essas organizações para enfrentar projetos neocoloniais que impactam os territórios quilombolas;
2. Caracterizar as alianças e redes de apoio formadas por essas organizações para amplificar suas demandas e resistências;
3. Compreender como esses movimentos articulam atividades culturais e econômicas para fortalecer as comunidades quilombolas.

3.

4. 1.4 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Nesta seção, descrevo a estrutura da dissertação, organizada em oito capítulos que, de forma objetiva, contextualizam o estudo e respondem aos objetivos propostos. Após a introdução e a apresentação da problemática e dos objetivos, o capítulo seguinte traz a revisão bibliográfica, fundamentada em três aportes teóricos, antropologia do desenvolvimento, territorialidade quilombola e o conceito de

quilombismo, que são posteriormente empregados na interpretação dos dados empíricos.

Em seguida, apresentam-se os aspectos metodológicos, detalhando o processo de entrada em campo, a escolha da área de estudo, a seleção dos grupos-foco e os instrumentos utilizados para a captação de informações. No quarto capítulo, expõe-se o histórico da ocupação e organização dos quilombos de Salvaterra, complementado pela apresentação dos territórios de Vila União, Campinas e Mangueiras.

Os capítulos quinto, sexto e sétimo destinam-se, respectivamente, a responder o primeiro, o segundo e o terceiro objetivos específicos. Por fim, são apresentadas as considerações finais, e os apêndices contêm os roteiros de entrevistas utilizados na coleta de informações.

Vale destacar que, em determinados momentos, informações empíricas sobre o Narq e o Sementes do Quilombo se repetem. Essa repetição deve-se à organização dos capítulos, que abordam os movimentos sob perspectivas diferentes, permitindo analisá-los em momentos distintos e, assim, mobilizando diversas interpretações.

5.

2. 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1. 2.1 ANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

A antropologia do desenvolvimento tem suas raízes na segunda metade do século XX, surgindo como uma resposta às mudanças geopolíticas e socioeconômicas ocorridas após a Segunda Guerra Mundial. Esse campo interdisciplinar surge da relação entre a antropologia cultural e a economia, com o objetivo de compreender os desafios e as oportunidades apresentadas pela modernização e industrialização em diferentes partes do mundo (Schröder, 1997).

A abordagem inicial da antropologia do desenvolvimento estava centrada na ideia de que as sociedades tradicionais poderiam se adaptar e evoluir em direção ao “progresso” econômico e social por meio da transferência de conhecimentos e tecnologias ocidentais. No entanto, ao longo do tempo, as críticas à abordagem modernizadora levaram a uma evolução das perspectivas, incorporando enfoques mais sensíveis à diversidade cultural e aos impactos sociopolíticos das intervenções de desenvolvimento (Birkner; Bazzanella, 2013). Essa trajetória complexa e multifacetada fez com que a antropologia do desenvolvimento se tornasse um campo dinâmico, que é capaz de abordar a complexidade das relações entre mudança social, economia e culturas locais.

Alguns autores vinculados a análise a partir da antropologia do desenvolvimento, como Gustavo Esteva (2000), Sachs (2000) e Arturo Escobar (2010), descrevem que o surgimento do desenvolvimento como discurso e ação criou outra categoria aos que não estavam no eixo da modernidade ocidentalizada, a categoria de subdesenvolvido. Arturo Escobar (2010) descreve que, do dia para a noite, as pessoas acordaram e encontraram-se em uma situação de subdesenvolvimento. A primeira pessoa expressiva a usar o termo foi o ex-presidente norte americano Truman.

O processo de colocar uma grande parcela da população mundial em uma situação de subdesenvolvimento tem uma estreita relação com o próprio processo colonial de algumas regiões do mundo, particularmente na América Latina. Durante séculos as potências colonizadoras exploraram os recursos naturais e humanos,

deixando aqui estruturas econômicas e sociais desiguais e dependentes, além da imposição de sistemas políticos e econômicos que marcaram nossa história.

Esteva (2000) faz uma análise da criação do subdesenvolvimento, na América Latina, como é possível verificar no trecho a seguir:

> En realidad, desde entonces dejaron de ser lo que eran, en toda su diversidad, y se convirtieron en un espejo invertido de la realidad de otros: un espejo que los desprecia y los envía al final de la cola, un espejo que reduce la definición de su identidad, la de una mayoría heterogénea y diversa, a los términos de una minoría pequeña y homogeneizante (p. 52).

As consequências da criação desta subcategoria transformaram as realidades destes que até ontem viviam suas vidas normalmente. Arturo Escobar (2020) explica que o desenvolvimento pensado no período após a Segunda Guerra Mundial marcou a compreensão da ideia deste conceito. O autor coloca que o surgimento do desenvolvimento foi “um processo dirigido”, especialmente para regiões consideradas atrasadas e economicamente desfavorecidas, com a intenção de reproduzir o que é considerado avançado, como altas taxas de urbanização e industrialização.

Na perspectiva de Andrade (2018), no processo de construir sociedades “socialmente e economicamente avançadas”, entrou em curso um processo de ocidentalização institucionalizada, onde os países europeus visavam mudar e inserir todas as sociedades ao mundo capitalista. Para isso, instituições foram usadas para subsidiar esse desenvolvimento, a exemplo do Banco Mundial e outras incorporações que começaram a atuar por toda América Latina, África e Ásia.

Na região amazônica, esse desenvolvimento institucionalizado atuou diretamente com a Marcha para o Oeste, abertura da Transamazônica e outros projetos, como as hidrelétricas de Tucuruí e Belo Monte (Andrade, 2018). Essas iniciativas na região marcaram todo o processo político, social, econômico e histórico, sobretudo em povos e comunidades tradicionais que foram impactados diretamente com a transformação dos seus modos de vida e consequentemente sua relação com a natureza.

Escobar (2020) aponta que essas sensibilidades colocadas pela antropologia do desenvolvimento só foram consideradas a partir dos resultados ditos negativos, obtidos com projetos impostos de cima para baixo. Esses resultados foram considerados negativos devido à sua não adesão completa de pacotes, medidas ou

orientações pelas comunidades rurais. Para além disso, o autor coloca que a antropologia do desenvolvimento contesta até a própria concepção de desenvolvimento, questionando como este foi concebido ao longo da história, a partir de quais perspectivas, quem ele afeta e quem o desenvolvimento silenciou para que fosse considerado concretizado.

Peter Schröder (1997), ao analisar a antropologia do desenvolvimento, critica o desenvolvimento institucional, especialmente o chamado “desenvolvimento planejado”. Ele destaca a falha desses modelos, muitas vezes assistencialistas, por desconsiderarem aspectos socioculturais, uma omissão que se torna ainda mais evidente em países da América Latina e da África.

Para autores como Birkner e Bazzanella (2013), o grande debate por trás do desenvolvimento é a relação com a cultura, e que a cultura de determinado povo/comunidade interfere diretamente na economia e na própria adesão da medida tomada para o grupo receptor do desenvolvimento. Se considerarmos a região amazônica, com sua diversidade étnica e social, é necessário pensarmos em várias culturas e, consequentemente, em várias economias e políticas distintas, e esse é um dos papéis da antropologia relacionada ao desenvolvimento. De acordo com os mesmos autores,

> Trata-se, portanto, de uma percepção antropológica sobre os processos de organização e desenvolvimento das sociedades. Por que antropológica? Porque a antropologia é a ciência dos homens, de seus modos de comportamento e organização das relações sociais, e que isso tem efeitos inúmeros, inclusive ou sobretudo na política e na economia (Birkner; Bazzanella, 2013. p. 47).

Interpretar a realidade a partir da antropologia do desenvolvimento nos permite ver os sujeitos como atores independentes, com suas próprias culturas e individualidades. Eles se tornam protagonistas na expansão da modernidade, influenciados por suas realidades e pela circulação de seus próprios conhecimentos.

Nabarro (2014) coloca que a análise a partir de perspectivas culturais e sociais acerca dos impactos gerados por interesses econômicos sobre territórios tradicionais nos auxilia a entender a relação entre os interesses do capital, os territórios e modos de vida dessas populações tradicionais amazônicas.

Nesse sentido, Escobar (2020) corrobora com a ideia de que a antropologia do desenvolvimento contribui para a compreensão das relações entre projetos desenvolvimentistas e cultura. O autor coloca que essa perspectiva vai na

contramão da construção desenvolvimentista, que rejeita as particularidades sociais e culturais.

Escobar (2015), em seu trabalho sobre o direito ao território de comunidades negras colombianas, afirma que, para povos e comunidades tradicionais, existem outros sentidos e concepções que ultrapassam apenas questões materiais, como está centrada a ideia do desenvolvimento econômico neoclássico[4]. Os aspectos simbólicos/imateriais fazem parte da construção de suas identidades e de suas vidas. Nesse sentido, a antropologia do desenvolvimento apoia a compreensão da construção das diferenças e dos impactos gerados com projetos de desenvolvimento sobre comunidades tradicionais.

Escobar argumenta que, com as lentes teóricas da antropologia do desenvolvimento, é possível analisar o que fundamenta os discursos e práticas de desenvolvimento.

> No que diz respeito à antropologia do desenvolvimento, portanto, não se trata tanto de oferecer novas bases para melhorá-lo, mas de examinar os mesmos fundamentos sobre os quais o desenvolvimento foi construído como objeto de pensamento e de prática (Escobar, 2020. p. 285).

Sendo assim, busca-se entender e interpretar os discursos que mobilizam recursos e pessoas há muito tempo. Escobar (2020) também coloca que essa compreensão é revolucionária, pois busca desfamiliarizar o familiar, entender como esses discursos e práxis estão por trás do que é o desenvolvimento. Seria de fato buscar compreender o que é o desenvolvimento e o que ele faz, a partir de uma análise decolonial, descentralizada e contra ocidental.

Na região amazônica, investigar e buscar entender quais são os efeitos e o funcionamentos do desenvolvimento após ser introduzido em uma localidade do "terceiro mundo" é um caminho que talvez explique as transformações e impactos sobre as comunidades tradicionais, bem como quais têm sido os modos concretos que as pessoas utilizam para continuar a viver em seus territórios (Dahl; Rabo, 1992).

O que nos interessa é colocar em evidência o fato de que, quando essas transformações são ocasionadas de maneira contrária à existência quilombola, cabe-lhes à resistência. Não a resistência ao desenvolvimento, mas a resistência às

[4] A economia neoclássica tem em sua construção o individualismo, que tem em sua definição: "a tentativa de derivar todo o comportamento econômico a partir da ação de indivíduos em busca da maximização de suas vantagens" (Blaug, 1993, p.315, apud Marques Jr.; Pôrto Jr., 2003).

injustiças sociais, ambientais e luta por seus direitos que são violados (Arce; Marques, 2020).

Arce e Marques (2020) trazem uma complexa abordagem sobre a relação do desenvolvimento com comunidades rurais. Os autores também descrevem a necessidade de as análises partirem de uma perspectiva que considere as relações imateriais construídas com o território, a importância da territorialização gerando reflexões críticas sobre as mudanças sociais.

As relações entre os atores do território e o desenvolvimento existem e são capazes de alterar, modificar ou reconstruir materialidades no território. Essas novas materialidades, que são fruto dessa influência territorial com o que chega de fora, podem ser novas iniciativas, produtos, novas formas de fazer agricultura ou um novo marco nas relações sociais e políticas do grupo comunitário. O estabelecimento de relações entre o que é construído no território e o que chega com esse processo de desenvolvimento é capaz de mudar e transformar as realidades sociais, o que pode ser considerado como os impactos do desenvolvimento. Justamente essas transformações têm influências distintas, mas que têm um destino final comum: o território.

Essas mudanças possuem um caráter de reterritorialização, abrindo espaço para novas construções fundamentadas nas vivências e experiências das pessoas (Arce; Marques, 2020, p. 49). Afinal, os atores territoriais não permanecem passivos diante das transformações ou da chegada de novidades.

2. 2.2 TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA

Na ideia de construir um entendimento a partir dos atores locais, de suas identidades e cultura, avançamos na perspectiva da territorialidade quilombola. Para isso, abordamos a territorialidade a partir de termos antropológicos. Paul Little (2003), em seu trabalho sobre territórios sociais e povos tradicionais no Brasil, coloca a conduta territorial como parte de todos os grupos humanos e a define como “O esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (Little, 2003. p. 3).

O autor também expressa que as territorialidades são múltiplas, expressas de distintas maneiras e cada uma com aspectos socioculturais distintos. Além disso,

para compreendermos essas territorialidades, é preciso partir de uma abordagem mais sensível para interpretarmos as diversidades territoriais.

Little, na busca por compreender as relações que os grupos sociais mantêm com seus territórios, sobretudo os povos e comunidades tradicionais, usa o conceito de cosmografia, que ele mesmo define como "os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território" (Little, 2003. p. 4). Nessa abordagem são valorizados os vínculos afetivos, a história de ocupação que é mantida na memória coletiva, os usos sociais dado ao meio biofísico e as formas de defesa do território.

Outro aspecto da territorialidade é sua interpretação como fruto de um produto histórico. Sendo assim, para ser compreendida, é necessária uma abordagem histórica que busque compreender o seu surgimento e os momentos em que foi defendida ou reafirmada (Little, 2003).

No Brasil, um exemplo desse processo histórico de construção, resistência e reconstrução de territorialidades foram os quilombos. No período colonial, os quilombos representavam a resistência frente à escravidão. Sua formação era uma resposta direta à brutalidade da escravidão, onde os indivíduos buscavam escapar das condições degradantes em busca de uma vida livre.

A construção desses territórios envolvia não apenas a busca por segurança física, mas também a recriação de formas de vida baseadas na coletividade, na cultura e na autonomia. Nesse sentido, a territorialidade dos quilombos ia além da demarcação geográfica, incorporando narrativas históricas, práticas culturais e formas de governança interna. Sendo assim, esse processo é marcado por sentidos, pertencimento e identidade focada na reprodução da existência física, material e sentimental (Ferreira, 2009).

A territorialidade também é um processo de reconstrução, de mudanças e transformações bruscas diante das intempéries de um mundo capitalista e colonizador, sobretudo para as comunidades quilombolas. Acevedo Marin (2009), em seu trabalho com comunidades quilombolas da ilha do Marajó, afirma que a territorialidade quilombola na ilha vive um processo contínuo de mudança diante do interesse capitalista sobre os territórios tradicionalmente ocupados.

> Quilombolas de Salvaterra produziram um processo de territorialização que experimenta mudanças devido à existência de condições limitantes à sua existência, aos modos de produzir e de organizar a vida social. As cercas construídas pelos fazendeiros, cujo primeiro significado é de identificação e de relação com um "dono, proprietário", privatizam os recursos (igarapés, lagos) e estabelecem impedimento, coerção, restrição de deslocamentos, de gozo da liberdade de movimentar-se livremente no território" (Acevedo Marin, 2009. p. 215).

A territorialidade, que já possui um caráter multifacetado, assume uma nova face de mudanças quando é ameaçada. Com isso, entendemos que a territorialidade não é estática; ela é dinâmica e se adapta às necessidades vivenciadas pelo grupo. Escobar (2015), em seu trabalho com comunidades negras rurais da Colômbia, afirma que, diante dos desafios enfrentados, a construção da territorialidade é constantemente reconstruída e nunca fixa.

Nos debates sobre territorialidade existem diversas camadas de discussões. A que irá nos guiar é a que possui uma articulação com aspectos de ordem material e simbólica, e que mostra dimensões políticas, econômicas ou culturais (Haesbaert, 2008).

No aspecto econômico, como já foi descrito de forma breve anteriormente, existem impactos que afetam as construções e reconstruções da territorialidade. Tais impactos são observados em destaque na Amazônia, região que tem sido palco de debates sobre as possibilidades de desenvolvimento a partir de seus recursos.

Porto Gonçalves (2005), em sua obra *Amazônia, Amazônias*, explora como a territorialidade está enraizada em relações de poder. Ele destaca como certos grupos têm a capacidade de exercer controle sobre territórios, muitas vezes em detrimento de outros. Isso pode levar a conflitos e disputas territoriais que são, em última análise, reflexos das desigualdades de poder na sociedade. O autor analisa como os interesses econômicos, políticos e culturais influenciam na reconfiguração dos territórios ao longo do tempo.

Ao enfocar a territorialidade, Porto Gonçalves também aborda a interconexão entre os aspectos locais e globais. Ele explora como as dinâmicas globais afetam a organização do espaço local e vice-versa. Isso envolve uma análise crítica das influências externas nos territórios locais, como o impacto das políticas econômicas globais, do comércio internacional e das empresas transnacionais.

Diante dessas dinâmicas globais que buscam apropriação dos territórios com a perspectiva do lucro, Ferreira (2009) aponta que uma das características da

territorialidade quilombola é uma insistência em se reafirmar diante da expropriação do capital sobre seu território, cultura e coletividade. Nas palavras de Porto Gonçalves (2005, p. 525):

> [...] os conflitos sociais [...] são momentos privilegiados de conformação de identidades, posto que são momentos-limite cujos lados, os interesses, se manifestam como realidade objetiva. São nesses momentos que aqueles que constituem os movimentos sociais, isto é, que buscam mudar a ordem que lhes está sendo (im)posta, se defrontam, se confrontam e assim, no front, buscam novas fronteiras para o espaço social, novos limites para as relações entre os homens [...].

Diante disso, a luta dos quilombolas transcende a simples resistência à apropriação de seus territórios, configurando-se como um processo ativo de construção e reafirmação de identidades. Em consonância com Porto Gonçalves, os conflitos emergem como momentos-limite que potencializam a emergência de novos contornos sociais, onde os interesses coletivos se manifestam de forma contundente. Assim, a insistência na preservação de seu espaço não só desafia a lógica expropriatória do capital, mas também redefine as fronteiras das relações sociais, promovendo a revalorização dos saberes e práticas comunitárias. Essa dinâmica demonstra que, por meio do confronto e da negociação, é possível construir territórios de resistência e de afirmação cultural que ampliam a compreensão sobre cidadania e justiça social.

3. 2.3 O QUILOMBISMO EM EXERCÍCIO

A obra *O Quilombismo*, de Abdias do Nascimento (2002), ao propor o conceito de quilombismo, é central para uma compreensão crítica das práticas e das lutas das comunidades quilombolas, desafiando o olhar tradicional sobre a história e a cultura negra no Brasil. Nascimento não se limita a um resgate histórico, mas busca afirmar uma perspectiva revolucionária, propondo que o quilombismo seja uma ideia mobilizadora para a reconstrução das relações sociais e territoriais das comunidades negras, um processo de resistência e de reconquista do território e da identidade. A partir de sua obra, podemos traçar conexões com o conceito de *teias culturais* de Roy Wagner (2012), que permite enriquecer a análise das mobilizações construídas pelas mulheres quilombolas em Salvaterra, focando na complexidade da sua atuação no território.

Nascimento vê o quilombo não apenas como um espaço físico de resistência, mas como um conceito dinâmico, um modo de vida que perpassa as relações

sociais e culturais, um “estado de espírito” coletivo que reivindica autonomia e a afirmação da identidade negra. Ele aponta que: “Aceitar o comunalismo africano, situá-lo no contexto das exigências conceituais, funcionais e práticas da atualidade, significaria nada mais do que tornar a história a favor de nós mesmos” (Nascimento, 2002, p. 17).

Essa ideia de quilombismo pode ser compreendida dentro das transformações contínuas e complexas nas comunidades quilombolas, onde a luta por terra e identidade se articula com as formas de organização social. O conceito de *teia cultural*, proposto por Wagner (2012), nos permite entender essas dinâmicas de forma mais profunda. Para ele, a cultura não é um conjunto de práticas fixas ou dados estáticos; ao contrário, ela é uma rede de significados e práticas que se constroem e se adaptam continuamente.

As mulheres quilombolas em Salvaterra, ao se organizarem em torno de suas culturas e do território, refletem a tensão entre tradição e transformação. Elas não apenas preservam saberes e práticas ancestrais, como também reinterpretam e adaptam essas práticas às novas condições impostas pelo contexto socioeconômico, pela especulação fundiária e pelas pressões externas de projetos desenvolvimentistas. Essa capacidade de adaptação pode ser vista como uma das manifestações mais concretas do quilombismo, onde a resistência não é apenas uma resposta reativa, mas uma proposta ativa de reorganização das relações sociais e de afirmação do direito ao território.

A “teia cultural” em Wagner, que se constrói através de interações contínuas e transformações dinâmicas, encontra ressonância na maneira como as organizações de mulheres quilombolas em Salvaterra redefinem suas práticas, suas formas de produção e, sobretudo, sua relação com o território. Essas organizações não apenas refletem as condições materiais de seus territórios, mas também respondem a uma teia de relações que inclui as tensões com o mercado, o Estado e outros agentes sociais e econômicos. A luta pelo território, portanto, se insere em um processo de negociação cultural, onde as mulheres quilombolas são agentes ativas de um movimento de ressignificação, adaptando tradições e conhecimentos às novas demandas, sem perder de vista a preservação de suas raízes culturais.

Nesse sentido, a análise das organizações de mulheres quilombolas em Salvaterra, à luz do conceito de quilombismo, revela um processo contínuo de resistência que se manifesta em várias frentes. A busca pela terra, a reafirmação de

práticas culturais, como a dança e o artesanato, a luta contra a especulação fundiária e a mobilização para o reconhecimento de seus direitos territoriais não são atividades isoladas, mas fazem parte de uma teia complexa de ações que conectam passado, presente e futuro. Elas representam não apenas uma luta por recursos materiais, mas também uma luta pela afirmação de um projeto cultural e político que transcende as limitações do espaço físico.

Portanto, ao integrar o conceito de quilombismo com a teoria de teias culturais de Wagner, podemos perceber a organização das mulheres quilombolas de Salvaterra não apenas como uma reação a pressões externas, mas como uma ação afirmativa que busca moldar e redefinir a própria estrutura das relações sociais, culturais e econômicas em seus territórios. Essa análise mais complexa permite vislumbrar as formas dinâmicas de resistência, onde cultura e território se entrelaçam de maneira indissociável, e onde as mulheres desempenham um papel central na manutenção e transformação dessas teias de significados.

Nascimento sublinha que o processo de colonização e escravidão foi acompanhado por um esforço sistemático de apagamento cultural, e que o resgate das práticas, saberes e tradições afrodescendentes é parte fundamental do projeto quilombista. “A luta de libertação é, acima de tudo, uma luta tanto para a preservação e sobrevivência dos valores culturais do povo quanto para a harmonização e desenvolvimento desses valores” (Nascimento, 2002, p. 87).

Outro ponto central do quilombismo é a sua dimensão política. Para Abdias, a organização política dos quilombos, baseada em alianças e autogestão, oferece um modelo para a luta contemporânea das populações negras. Ele enfatiza a necessidade de articulação das comunidades afrodescendentes em escala local, nacional e internacional, como forma de enfrentar o racismo estrutural e conquistar autonomia. Nascimento afirma que a sobrevivência das massas afro-brasileiras depende de uma mudança na estrutura do Brasil.

> Nesse contexto sobressai a plena consciência do negro de que somente poderá ter um futuro quando houver a transformação de toda a estrutura do país, em todos seus níveis: na economia, na sociedade, na cultura, na política. O povo afro-brasileiro também sabe que sua participação em todos os degraus do poder é um imperativo de sua sobrevivência coletiva - como um povo, uma nação (Nascimento, 2002, p. 87).

Por fim, o quilombismo também assume um caráter universalista ao propor uma solidariedade pan-africana. Nascimento conecta a luta dos afrodescendentes no Brasil à dos povos africanos e da diáspora, propondo um reforço dos vínculos

culturais e ideológicos entre esses grupos.

Ele observa que a experiência comum de discriminação e exclusão deve ser transformada em uma plataforma de unidade e resistência global. Assim, o quilombismo emerge como um projeto que transcende fronteiras, almejando uma reconstrução histórica e cultural que devolva aos povos negros o protagonismo de suas narrativas e destinos.

3. 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

1. 3.1 ENTRADA EM CAMPO

Meu primeiro contato com as comunidades quilombolas de Salvaterra ocorreu em 2021, ainda durante a graduação, quando fui bolsista de Iniciação Científica e desenvolvia estudos sobre Quintais Agroflorestais. Esse período inicial foi fundamental para estabelecer vínculos que viriam a ser aprofundados no decorrer da minha trajetória acadêmica.

Durante a Iniciação Científica, estive na comunidade de Vila União/Campinas, onde fui acolhido pela família de Luciane Lopes, uma jovem moradora da comunidade que, na época, também cursava graduação na UFPA. Compartilhávamos o fato de sermos orientados pela professora Monique Medeiros, o que facilitou nossa interação e permitiu o desenvolvimento de trocas acadêmicas. Luciane desempenhou um papel crucial no meu processo de inserção, mobilizando contatos que possibilitaram a realização de entrevistas, conversas e uma maior compreensão das dinâmicas locais.

Luciane é uma liderança destacada na comunidade de Vila União, atuando no Narq e representando a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu)[5] no Conselho Estadual de Segurança Alimentar. Além disso, ela concilia essas atividades com sua trajetória como jovem pesquisadora. Sua atuação multifacetada não apenas evidencia a complexidade das mobilizações quilombolas, mas também proporcionou um ponto de apoio fundamental para minha inserção no campo.

No início do trabalho de campo, tive a oportunidade de visitar localidades próximas a Vila União e participar de alguns Jogos Quilombolas de Salvaterra, organizado pelas comunidades quilombolas do município. Esse evento celebra o Dia

[5] A Malungu é a coordenação estadual das associações das comunidades remanescentes de quilombo do Pará, fundada oficialmente em 2004. Surgiu como desdobramento da luta de quilombolas por direitos territoriais, especialmente após a Constituição de 1988. Além de representar politicamente as comunidades quilombolas do estado, a Malungu desempenha um papel estratégico como articuladora e como entidade de pressão sobre órgãos públicos para a efetivação dos direitos garantidos às comunidades. Sua estrutura organizativa é composta por coordenações regionais dentro do estado, permitindo uma atuação descentralizada e próxima às realidades locais. Além disso, a Malungu representa a sociedade civil quilombola em espaços de debate público, como fóruns, câmaras intersetoriais e conselhos nos quais a participação social é fundamental para a formulação de políticas voltadas a essas populações.

da Consciência Negra, em 20 de novembro, funcionando como espaço de confraternização e fortalecimento dos vínculos comunitários. Festividades como essa se mostraram momentos particularmente propícios para estreitar relações e construir vínculos com os moradores, o que considerei essencial para o desenvolvimento do trabalho.

Entre a graduação e o mestrado, mantive uma relação contínua com o campo, geralmente conduzindo as visitas sozinho, mas ocasionalmente acompanhado por outros colegas que compartilhavam a mesma orientadora. Todas as idas a campo, desde 2021, foram viabilizadas por meio de projetos de pesquisa, o que facilitou minha inserção na realidade das comunidades quilombolas de Salvaterra. Essa continuidade no contato com os territórios foi determinante para aprofundar minha compreensão das dinâmicas locais e para construir o diálogo com os atores sociais envolvidos.

Ao ingressar no mestrado, minha familiaridade com os territórios quilombolas de Salvaterra já existia. Eu tinha conhecimento prévio sobre os espaços e atividades em que desenvolveria minha pesquisa, como o grupo Mulheres Sementes do Quilombo e o Narq. Embora meu envolvimento com o Sementes fosse inicial, já conhecia algumas das mulheres que o integravam, o que facilitou minha aproximação posterior ao movimento.

Já no início do mestrado, me inseri no projeto intitulado “Inovação e transição sustentável: Cesta de Bens e Serviços em Territórios Amazônicos” - CBST, ao qual minha dissertação estava vinculada e, portanto, do qual recebeu financiamento. O projeto é realizado em mais três estados para além do Pará, e, em cada um desses estados, existe um conjunto de pesquisas sendo conduzidas. No Pará o projeto tem o financiamento da Fapespa e é coordenado por Monique Medeiros. O projeto é vinculado à Iniciativa Amazônia +10[6], que se trata de um projeto do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), do Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência Tecnologia e Inovação (Consecti) e tem a parceria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O objetivo da iniciativa é apoiar a pesquisa e a inovação tecnológica na Amazônia Legal.

[6] Para mais informações da Iniciativa, acessar https://www.amazoniamaisdez.org.br/iniciativa.

No Pará, o projeto CBST tem como área de atuação os municípios de Soure e Salvaterra e visa inventariar, conhecer e articular iniciativas territoriais que possam constituir uma oferta composta de produtos e serviços de base territorial. Ou seja, serviços, produtos e bens materiais e imateriais que possam contribuir para o desenvolvimento territorial a partir dos que já se encontram nos territórios.

Foi por meio do projeto CBST e de um contato prévio com os quilombos de Salvaterra que surgiu minha pesquisa sobre as mobilizações dentro das comunidades do município. Minha aproximação com essas mobilizações, muitas das quais protagonizadas por mulheres, ocorreu a partir do interesse em compreender como se constroem articulações e ações nos territórios. Inicialmente, não busquei mobilizações específicas conduzidas exclusivamente por mulheres; esse aspecto emergiu da realidade vivenciada nos territórios. Assim, deixo explícito que meu foco não está centrado no debate sobre gênero ou feminismo. Porém, reconheço a importância desses temas e seus efeitos nas análises realizadas a partir do campo.

Ao me deparar com o Narq, com o qual já possuía contato prévio, e com o grupo de Mulheres Sementes do Quilombo, que conheci posteriormente, decidi adotar esses movimentos como foco da pesquisa. Ambos se destacaram durante meu período de campo por serem os mais expressivos e ativos em seus respectivos territórios. Outro fator relevante foi a proximidade desses movimentos com a UFPA, especialmente por meio de docentes que desenvolvem pesquisas nos quilombos de Salvaterra. A delimitação se justifica pelas dificuldades logísticas de acesso ao campo, que serão detalhadas adiante, pela necessidade de um recorte metodológico e pelo tempo limitado para a realização do estudo.

Minha abordagem possui uma proposta qualitativa, ora transitando pelo campo da antropologia, ora pela sociologia. Reconheço minhas limitações diante desse tipo de trabalho, considerando minha formação de graduação em desenvolvimento rural. Assim, mobilizo teorias e análises que se revelaram ao longo da execução desta pesquisa.

2. 3.2 DOS INSTRUMENTOS MOBILIZADOS

Essa dissertação partiu de uma abordagem qualitativa, envolvendo a construção e análise de dados não numéricos, como entrevistas semiestruturadas, observação participante, fotos e caderno de campo, buscando assim compreender

fenômenos complexos e explorar nuances usando métodos interpretativos. Essa abordagem é importante para explorar perspectivas, motivações e contextos sociais subjacentes, permitindo uma compreensão mais profunda e holística do tema estudado (Lakatos; Marconi 2010).

Além disso, o método qualitativo foi escolhido pois nos permite maior oportunidade de diálogo na relação com o interlocutor, condição essencial quando se objetiva partir da compreensão dos sujeitos sociais, permitindo aos mesmos a expressão de suas identidades e representatividades.

Como parte das construções de dados, a pesquisa de campo implicou em minha imersão no ambiente de interesse. Isso pode incluir observações, entrevistas, questionários e interações diretas com os participantes, o que permite uma coleta de dados contextualizada. Dessa forma, é possível capturar dados mais autênticos e contextualizados, compreendendo nuances que podem ser despercebidas em outros métodos.

A partir da minha qualificação, em fevereiro de 2024, iniciei as atividades de campo, com foco na aplicação de questionários e na observação participante. Realizei as visitas em diversos períodos ao longo do ano, com idas a campo nos meses de março, maio, junho, julho, setembro e novembro. Essas permanências duravam, em média, uma semana. Durante esse tempo, fiquei hospedado na casa de Luciane e Glenda, integrantes do Narq de Vila União/Campinas, localizada no centro de Salvaterra. Quando em Mangueiras, me hospedei na casa de Noemi.

Durante essas vivências, tive a oportunidade de acompanhar uma variedade de atividades que refletem as dinâmicas cotidianas e as práticas de mobilização dentro das comunidades. Entre as atividades observadas, destaco os mutirões de trabalho, a organização da feira quilombola, os festejos comemorativos, as reuniões relacionadas às atividades dos movimentos e os dias de trabalho, tanto no ateliê do grupo Mulheres Sementes do Quilombo quanto nas feiras, eventos que congregavam grande parte das mulheres integrantes desses movimentos.

Como instrumentos de coletas de dados com os distintos movimentos, foram mobilizados dois roteiros de entrevistas semiestruturadas (Apêndice I e II), que serviram como guia para obtenção de informação a respeito das perspectivas, projetos e articulações relacionadas ao desenvolvimento dos movimentos. Vale mencionar que são dois roteiros distintos, um deles (Apêndice II) se refere a um instrumento comum, que foi construído no âmbito do projeto CBST a fim de ser

utilizado nos quatro territórios envolvidos no projeto Amazônia +10, e a partir dele foi possível afunilar as especificidades do meu primeiro campo e criar um roteiro específico para minha própria pesquisa (Apêndice I).

As entrevistas foram realizadas utilizando um roteiro semiestruturado (Apêndice I), permitindo uma abordagem flexível e adaptável às especificidades dos interlocutores. No caso do grupo Mulheres Sementes do Quilombo, foram conduzidas cinco entrevistas individuais com as integrantes mais engajadas nas atividades do movimento, além de duas entrevistas coletivas, que contaram com a participação das cinco integrantes. As integrantes mais engajadas foram aquelas que se destacam pela assiduidade nas atividades do movimento, com presença constante na organização de eventos, reuniões e outras ações cotidianas realizadas pelo grupo. A escolha dessas interlocutoras entrevistadas se deu por indicação da principal agente mobilizadora e idealizadora do Grupo, Noemi Barbosa, a qual apresento posteriormente.

Quanto ao Narq, todas as cinco integrantes do grupo foram entrevistadas individualmente, complementadas por duas entrevistas coletivas com a presença de três participantes em cada sessão. Essa metodologia possibilitou captar diferentes perspectivas e aprofundar a compreensão sobre as dinâmicas internas, as estratégias de mobilização e os papéis desempenhados por cada integrante nos dois movimentos analisados.

A escolha de entrevistas semiestruturadas se justifica pela capacidade de combinação entre elementos de perguntas predefinidas, com espaço para exploração mais profunda e espontânea. Isso facilita a descoberta de informações inesperadas e *insights* que podem não surgir com perguntas estritamente definidas. Além disso, a metodologia pode ser ajustada e reformulada à medida que avançam as entrevistas, permitindo que possam ser exploradas as áreas emergentes de interesse da pesquisa (Minayo, 2009).

Além do roteiro, as primeiras idas a campo enquanto projeto CBST foram feitas ainda no final do ano de 2022 e início de 2023 e mobilizaram a realização de reuniões, conversas e debates sobre o desenvolvimento das atividades relacionadas ao turismo e outras frentes de atividades no município. Essas primeiras atividades serviram para entendermos como as mobilizações coletivas funcionavam no município, bem como para entendermos alguns conflitos envolvendo as comunidades quilombolas.

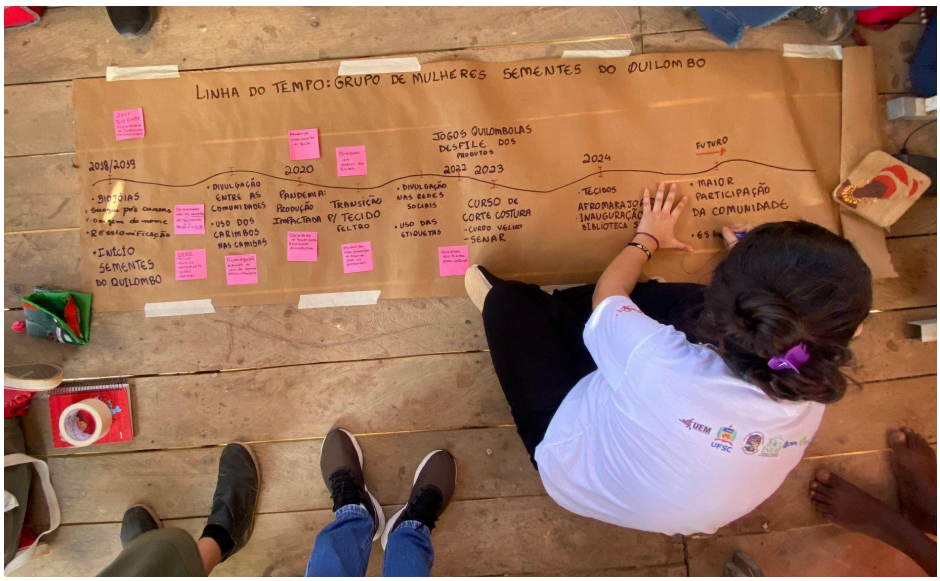
Figura 2 – Reunião ampliada proposta pelo projeto CBST com agentes públicos e sociedade civil.

Fonte: Acervo de campo (2022).

Outra ferramenta empregada para a obtenção de dados durante os trabalhos de campo foi a construção de linhas do tempo em colaboração com os movimentos analisados na pesquisa (Figura 3).

Figura 3 – Construção da linha do tempo.





Fonte: Acervo de Campo (2024).

Essa linha do tempo foi elaborada a partir de questões direcionadas ao histórico de funcionamento dos movimentos e elaboradas no âmbito das atividades do projeto CBST, permitindo mapear cronologicamente os eventos mais significativos, as principais ações desenvolvidas e as transformações ocorridas ao longo de sua trajetória. Essa abordagem facilitou a identificação de marcos históricos, desafios enfrentados e estratégias adotadas pelos grupos, contribuindo para uma análise mais aprofundada de sua organização e atuação.

Para pesquisas com comunidades tradicionais, que é o caso deste trabalho, a observação participante desempenhou um papel fundamental através da possibilidade de percepção das dinâmicas culturais, sociais e históricas da comunidade, permitindo uma compreensão de suas formas de vida. Além disso, abriu possibilidade para a construção de relacionamentos de confiança com os moradores da comunidade, o que foi essencial para obter informações confiáveis (Peirano, 1986).

Minha pesquisa e conduta em campo foram centradas na tentativa de criar vínculos para além da elaboração dessa dissertação, podendo oportunizar aos envolvidos as escolhas e construções do que se pretende evidenciar com a pesquisa. Por fim, a observação participante me permitiu ser reconhecido como alguém com quem se deseja conviver para além do contexto de trabalho, não apenas como pesquisador, mas também como alguém genuinamente interessado nas histórias das pessoas.

A observação participante foi uma ferramenta metodológica central, mobilizada durante os encontros dos movimentos, permitindo acompanhar uma variedade de atividades. Nesse contexto, minha interação ocorreu de forma espontânea, sem o uso de roteiros predefinidos, priorizando a escuta ativa, diálogos informais e, eventualmente, a participação em atividades quando solicitado.

Essa abordagem possibilitou uma imersão no cotidiano das integrantes dos movimentos, permitindo captar nuances das relações afetivas e a dinâmica dos laços familiares que conectam as mulheres envolvidas. A observação participante revelou-se, assim, essencial para compreender as dimensões subjetivas e interpessoais que sustentam a coesão dos movimentos estudados.

De forma complementar, além do diário de campo, foram utilizados uma câmera fotográfica e um gravador de voz. As entrevistas gravadas foram transcritas com o auxílio do software Microsoft Word e, posteriormente, organizadas no Microsoft Excel. Nesse ambiente, as informações foram agrupadas em categorias temáticas, como a constituição do movimento, as dificuldades enfrentadas, a distribuição de funções e outros aspectos relevantes.

Essa organização permitiu uma visão sistematizada dos dados, facilitando a análise subsequente. Tabelas foram elaboradas com títulos correspondentes aos principais questionamentos levantados durante as entrevistas, como o surgimento das mobilizações e o número de participantes envolvidos em cada território.

Como parte fundamental da pesquisa e com o compromisso de resguardar a integridade de todos os envolvidos, minha pesquisa segue princípios éticos relacionados à preservação da privacidade, minimização de riscos e desconfortos, busca de benefícios, não discriminação e proteção dos grupos. Além disso, está vinculada ao projeto CBST, que recebe financiamento e está cadastrado na Plataforma Brasil, a base nacional unificada de registros de pesquisas com seres humanos, tendo sido aprovado pelo comitê de ética.[7]

3. Por fim, destaco os caminhos para a construção da revisão bibliográfica deste trabalho. Inicialmente recebi indicações de trabalhos de minha orientadora. Posteriormente, de maneira autônoma, busquei trabalhos nas plataformas Google Acadêmico, Scielo, Portal de Periódicos CAPES, além de bibliografias impressas, tais como livros.

[7] A aprovação do projeto de pesquisa pode ser consultada por meio do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE), no qual tem sob número 61365022.0.0000.0018, confirmando a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

4. 4 DO PASSADO AO PRESENTE: O PROCESSO HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO QUILOMBOLA EM SALVATERRA

Ressalto a importância de fazermos uma breve abordagem sobre a construção histórica dos quilombos na ilha do Marajó. Essa abordagem nos permite compreender os processos relacionados à luta territorial das comunidades locais, bem como a construção sociocultural riquíssima que está relacionada à presença de grupos negros vindos do continente africano e sua relação com a cultura indígena de diversos povos que estavam presentes antes da colonização. Ao estudar esse histórico, é possível fazer uma leitura de como alguns conflitos e relações presentes nos territórios são explicados olhando o passado e como esse histórico sofre tentativas constantes de apagamento.

Gomes (2005) afirma que a historiografia brasileira silenciou e tentou a todo custo apagar a presença negra na Amazônia e o resgate desse histórico é lutar pelo protagonismo dessas populações. O autor também aponta que a história dos grupos negros escravizados sempre foi contada apenas no interior de grandes áreas responsáveis pela exportação agrícola no período colonial (Sudeste e Nordeste). Nas áreas marginalizadas e mais distantes do eixo Sudeste, como aqui na Amazônia, essa presença sofreu fortemente com a tentativa de apagamento. Outro apagamento que necessita ser apontado é o que ocorreu com grupos indígenas, que também sofreram com o processo de escravidão.

Acevedo Marin (2009) destaca que a história da população negra na Amazônia se relaciona intrinsecamente com a indígena e, para estudar as sociedades da ilha do Marajó, essa relação entre o indígena e negro é a base para compreender o presente. A autora também afirma que esses dois grupos são os mais importantes na história do Marajó.

Em seu trabalho “Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política", Acevedo Marin (2009), aponta que a ilha foi ocupada por grupos indígenas pelo menos em 3.400 a.C. Entretanto, as maneiras de existir desses grupos sociais foram destruídas com a chegada funesta de colonizadores e missionários europeus. A presença indígena era consolidada em povos; dentre muitas, destacamos os Sacaca, Anajá, Aruã, Mapuá, Mamianá, Pauxis e Boca. Essas e outras etnias são as

responsáveis pela famosa arte marajoara que consolidou obras de cerâmicas e grafismos (Schaan e Martins, 2010).

Schaan e Martins (2010) apontam que os projetos missionários Franciscanos, Mercedários, Jesuítas e Carmelitas tiveram um destaque no estado do Grão-Pará. Na então ilha de Joanes, hoje ilha do Marajó, o grande destaque foi a presença do grupo religioso Jesuíta.

Para se livrar da escravidão imposta pelos religiosos, grupos indígenas construíam estratégias de desmembramento de aldeias e fugas para o interior das matas. Diversos grupos indígenas foram os primeiros a sofrerem com o processo de escravidão imposto com a chegada europeia, assim como foram os pioneiros também na busca de alternativas de resistência.

As ordens religiosas se instalaram na ilha e iniciaram a criação de rebanho bovino. As primeiras grandes fazendas da ilha pertenciam a essas ordens, que utilizavam a mão de obra de indígenas escravizados. Os indígenas capturados eram divididos para trabalhar como mão de obra na agricultura, no extrativismo, na pesca e em outras atividades cotidianas de manutenção interna das missões.

Com a proibição da escravidão indígena na metade do século XVIII, foram trazidas populações negras escravizadas, com o intuito principal de serem mão de obra na agricultura. Gomes (2005) descreve que os primeiros negros escravizados vindos da África vieram através do estado do Amapá, por meio dos ingleses que tentavam dominar a região. Porém, os portugueses foram os principais responsáveis pelo tráfico negreiro para o Brasil.

Por muito tempo a presença negra foi limitada, com poucos escravizados. Isso se explica pela falta de investimentos na região e pela dificuldade de competição econômica que o estado do Grão-Pará tinha com outros estados, como Bahia e Pernambuco, que eram líderes na produção de cana-de-açúcar. Então, com a considerada baixa produtividade do Grão-Pará, o estado recebia poucos investimentos que facilitassem a logística produtiva que dependia da mão de obra negra.

Para enfrentar a escassez da mão de obra negra, em 1690, formou-se a companhia Cacheu e Cabo Verde, com incentivos da coroa portuguesa para introduzir negros escravizados. “Entre os anos de 1756 e 1788 foram introduzidas 16.077 pessoas escravizadas somente no estado do Pará” (Gomes, 2005, p. 44-45). Muitas dessas pessoas foram levadas para a ilha do Marajó para trabalhar na

pecuária e agricultura promovidas pelas ordens religiosas, que iniciaram a substituição de sua então principal mão de obra indígena pela negra. Gomes (2005) descreve que, mesmo com o início dessa substituição de mão de obra, os indígenas não foram deixados totalmente livres, continuaram trabalhando para as ordens religiosas e para o próprio poder imperial.

Indígenas e negros trabalharam lado a lado na consolidação da agricultura e no manejo dos búfalos no Marajó. Em 1822, na ilha, o número do rebanho pertencente à ordem jesuíta chegou a expressivas 134.465 cabeças; já o número de fazendas de gado estava em cerca de 153.

Gomes (2005), em sua riquíssima obra sobre a construção das comunidades de fugitivos negros no Brasil, descreve que, no período colonial, já se tinha presença negra por toda a Amazônia, até mesmo nos lugares mais longínquos do estado do Pará.

Por volta de 1784, já existia uma ordem expressa da coroa portuguesa para fazer diligências visando a extinguir os mocambos e recapturar os negros fugidos. Gomes (2005) descreve que os mocambos nesse período se tornaram um problema crônico para a sociedade hegemônica. No Marajó, registrava-se constantemente o roubo de gados por parte dos movimentos de negros fugitivos. Tais movimentos tentavam construir uma base econômica tendo em vista “para além dos saques, razias e roubos de gado, a pequena agricultura, visando sua subsistência e trocas mercantis” (Gomes, 2005, p. 53).

O autor também apresenta as parcerias feitas por negros e indígenas para fugir da escravidão. As alianças firmadas demonstravam uma busca constante pela liberdade entre os dois grupos.

> O incremento das fugas e de mocambos indígenas no Grão-Pará acontecia quando também ali desembarcavam africanos em maior quantidade. Seria possível sugerir que a tradição indígena de fugas logo se inspiraria naquela iniciada pelos africanos em algumas áreas. Os africanos e seus descendentes, com apoio e juntamente com os índios, criaram suas rotas de fuga, mocambos e buscavam a autonomia no meio da floresta (Gomes, 2005, p. 67).

Na ilha do Marajó, especialmente em Salvaterra, também foram registrados inúmeros desses casos de cumplicidade entre negros e indígenas, como relata Gomes:

> Esses quilombolas praticavam roubos e mantinham comércio nas povoações próximas. Solidariedades entre índios e negros naquela terra comum que os escravizava começavam a aparecer. Índios em Salvaterra

> invadiram a cadeia para dar fuga ao “preto Manoel José” (Gomes, 2005, p. 54).

As alianças entre negros e indígenas tinham motivações variadas e não eram desprovidas de seus conflitos. Muitos indígenas foram utilizados para chegar até mocambos onde grupos negros estavam refugiados. Os indígenas eram utilizados constantemente para realizar atividades na floresta, devido às suas habilidades. Da mesma maneira, negros ajudavam a capturar indígenas. Entretanto, esses conflitos não reduziam as alianças firmadas em prol da liberdade coletiva. Gomes (2005) também cita a parceria entre vaqueiros, negros e indígenas. Juntos praticavam o roubo de gados das fazendas, além de comercializarem carne e couro.

O domínio das fazendas no Marajó por parte das ordens religiosas significou a hegemonia sobre a produção agropecuária, o que gerou dificuldades na reprodução sociomaterial de indígenas e negros, devido a pouca ou quase inexistência de espaços livres para produção agrícola. Sendo assim, indígenas e negros ficaram sem terra, tornando-se dependentes dos proprietários de fazendas. Constituíam suas vidas e produções às margens das fazendas de gado, formando sítios e mantendo uma relação de certa dependência aos fazendeiros. Aqueles que não ficaram em sítios acabaram indo para terras muito distantes, o que significava mais dificuldade no acesso a trocas mercantis.

A partir do século XIX, as fazendas marajoaras começaram a ter atividades ainda mais instáveis, com períodos em que ficavam abandonadas e os proprietários passavam longas temporadas em suas residências em Belém. Soares (2006) considera que a crise da pecuária no Marajó esteve relacionada com a instabilidade política, começando pela proibição da escravidão indígena a partir da segunda metade do século XVIII, seguida pela Independência e Cabanagem. Acevedo Marin (2009) afirma que, com esse declínio das fazendas, as comunidades negras e indígenas tiveram a oportunidade de ocupar as fazendas abandonadas, e as que não foram ocupadas foram recebidas por doação ou compradas.

Baena (1969) também faz apontamentos específicos que nos levam à compreensão sobre o surgimento de quilombos no município de Salvaterra. O autor descreve que as fazendas da ordem Mercedários foram “sequestradas” e, a partir das terras dessa ordem religiosa, surgiram os quilombos de Bacabal e Bairro Alto, duas comunidades quilombolas do município. Também há relatos apresentados no

trabalho de Acevedo Marin (2009) que evidenciam essa situação, quando a autora entrevista uma senhora de oitenta anos, neta de um mordomo régio que recebeu terras em troca dos serviços prestados a famílias da elite da época, onde hoje é o quilo de diferentes mane e provenientes de h ca também, na atual n (2009) aponta que rantia dos seus territ es quilombolas, demo em Salvaterra, e como e ressaltar que, após contornos, com nova

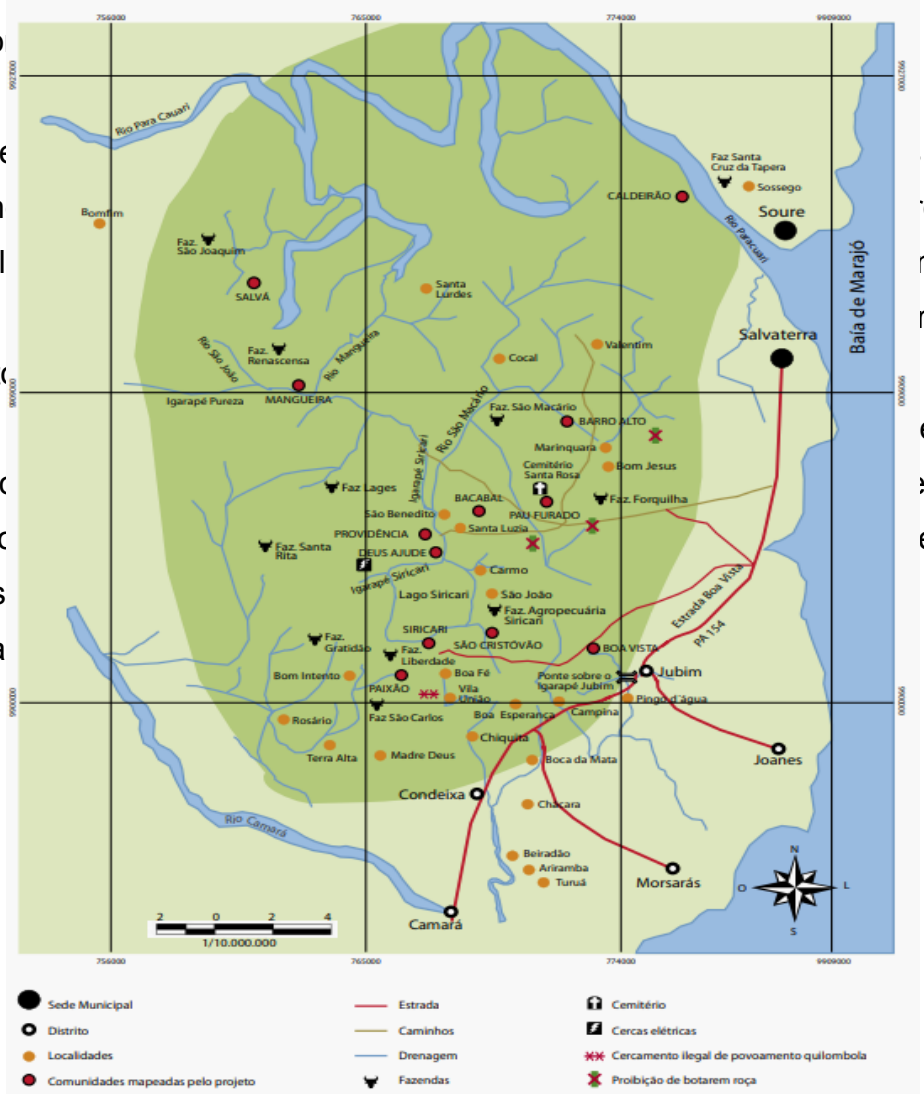


Figura SEQ Figura * ARABIC 4 – Mapa da localizaçã
quilombolas do município de Salvaterra na ilha d

Fonte: Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará – Malungu (2006).

Bargas e Cardoso (2015) destacam que, a partir de pelo menos cinco décadas atrás, as comunidades quilombolas de Salvaterra iniciaram uma articulação mais densa na busca por direito ao território. A partir de 2000, surge a maioria das associações de remanescentes de quilombos do município. A criação das associações é estratégica na busca por representar legalmente os quilombolas em busca de regularização fundiária de suas comunidades.

Além disso, os mesmos autores apontam que, em 2013, existiam quinze comunidades autodeclaradas quilombolas em Salvaterra, das quais treze com processos abertos na superintendência do Incra, no Pará, solicitando o título de seus territórios. Esse número representava 45% de todos os processos abertos na superintendência estadual da instituição. Até o presente ano, ainda não foram notificados casos de comunidades tituladas pelo Incra.

Nesse cenário, a atual população quilombola presente em Salvaterra, mostra-se extremamente significativa, como descreve a tabela 1.

Tabela 1 – População quilombola e não quilombola de Salvaterra.

Categoria	**Números absolutos (hab.)**	**Porcentagem (%)**
População quilombola	7.437	30,8
População não quilombola	16.713	69,2
Total	24.150	100

Fonte: IBGE (2022). Elaborada pelo autor.

No Pará, Salvaterra é o quinto município com o maior número de habitantes quilombolas, evidenciando uma demanda urgente por regularização fundiária. Isso

se deve ao crescimento populacional dessas comunidades, que convivem constantemente com a insegurança fundiária (Araújo *et al*., 2006).

Diversos autores, como Bargas e Cardoso (2015), De Sousa e Lima Filho (2022); Cardoso e Alencar (2018), descrevem os problemas relacionados à regularização fundiária, luta territorial e violação de direitos enfrentados pelas comunidades quilombolas de Salvaterra. O enfrentamento a esses problemas tornou-se parte da agenda permanente de luta dos quilombolas marajoaras. Reivindicando acesso, regularização e proteção aos seus territórios, eles levam a vida coletivamente há muitos anos.

1. 4.1 DINÂMICAS SOCIOPOLÍTICAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SALVATERRA

A mobilização das comunidades quilombolas de Salvaterra consolidou-se de forma mais institucionalizada a partir da criação de associações de moradores em cada uma das comunidades que reivindicavam o reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares, o que levou à obtenção do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Essa formalização foi essencial para viabilizar novas formas de articulação política e administrativa, representando uma estratégia adaptativa frente às limitações enfrentadas pelos movimentos quilombolas locais.

Conforme Lima Filho, Cardoso e Alencar (2018), ainda que a formalização tenha ocorrido a partir de 2000, essas comunidades já existiam há mais de um século, e a opção por essa organização institucional foi uma resposta às demandas impostas por novos cenários de atuação política. A institucionalização permitiu que muitas comunidades iniciassem o processo de reconhecimento étnico de seus territórios junto à Fundação Cultural Palmares (FCP). Paralelamente, a mobilização dos grupos negros no estado do Pará nesse mesmo período foi determinante para fortalecer as comunidades quilombolas de Salvaterra. Um exemplo importante é o trabalho do Centro de Defesa do Negro no Pará (Cedenpa), uma organização do movimento negro no estado do Pará que, em articulação com a UFPA e o governo estadual, começou a identificar e mapear comunidades negras rurais em Salvaterra a partir dos anos 2000 (Bargas; Cardoso, 2015).

Nesse contexto, destaca-se a significativa participação feminina. Segundo Lima Filho, Cardoso e Alencar (2018), as mulheres desempenharam um papel

central nesse processo institucional de reconhecimento, liderando politicamente os territórios e articulando ações fundamentais para o avanço das demandas quilombolas. Esse protagonismo é evidenciado pelo fato de o primeiro Encontro Estadual de Mulheres Quilombolas do Pará, em 2002, ter ocorrido em Bacabal, uma das comunidades do município, e pela presença expressiva de mulheres na presidência das associações comunitárias na época e ainda na atualidade (Acevedo Marin, 2009).

O processo de autoidentificação quilombola trouxe mudanças significativas nas relações internas e externas das comunidades. Lima Filho, Cardoso e Alencar (2018) observam que essas relações, anteriormente baseadas predominantemente em laços de parentesco e compadrio, passaram a incluir alianças políticas que se tornaram fundamentais para a articulação coletiva.

Embora os vínculos familiares ainda desempenhem um papel relevante, as mobilizações contemporâneas marcaram a emergência de uma identidade coletiva mais ampla, pautada na identidade negra (do ser negro), quilombola e marajoara, elementos que configuram a base simbólica dessa coesão social (Acevedo Marin, 2009).

Com o fortalecimento dessa coesão, foi constituído o Conselho das Associações de Comunidades Quilombolas de Salvaterra, que desempenhou um papel estratégico na articulação das demandas por titulação dos territórios junto ao Incra. Além disso, essa unidade de atuação permitiu a criação de iniciativas culturais, como os Jogos de Identidade Quilombola[8], uma celebração que reforça os laços compartilhados entre as comunidades por meio da valorização de suas identidades quilombola, negra e marajoara.

No entanto, o fortalecimento das organizações quilombolas não se limitou à busca pela titulação de terras. Com a intensificação do neocolonialismo, a chegada do monocultivo de arroz, a expansão de fazendas e a construção de estradas, essas comunidades passaram a atuar também em defesa dos modos de uso e ocupação de seus territórios. Bargas e Cardoso (2015) destacam que a mobilização das identidades foi essencial para a constituição de redes mais amplas de atuação que,

[8] Os Jogos de Identidade Quilombola de Salvaterra, realizados anualmente na Ilha do Marajó durante a Semana da Consciência Negra, no mês de novembro, reúnem comunidades quilombolas desde 2004 para fortalecer sua identidade cultural por meio de competições esportivas e expressões artísticas. O evento inclui modalidades como futebol, vôlei, cabo de guerra, canoagem, corrida rústica e a luta marajoara, além de apresentações de carimbó, lundu e noites culturais com música e celebrações. Para mais informações, consultar o texto de Lima Filho (2022).

além de reivindicarem a titulação das terras, passaram a combater os impactos socioambientais decorrentes desses projetos.

> A atividade pesqueira e o consumo do açaí pelos quilombolas também têm sido impactados pelo arrendamento de áreas que os fazendeiros dizem pertencer-lhes a empresários ou pequenos comerciantes atuantes na exploração do açaí, abundante nas várzeas da região, para a exportação. Essas áreas são legalmente terras de marinha e tradicionalmente de uso comum dos quilombolas (Bargas; Cardoso, 2015, p. 472).

Os impactos nas atividades cotidianas têm se tornado uma importante motivação para a mobilização dos movimentos quilombolas em Salvaterra. Esses efeitos são percebidos em todas as 18 comunidades quilombolas do município, embora variem de intensidade e natureza entre os territórios, devido à ausência de demarcação oficial das áreas.

Diante desses problemas mais recentes, intensificou-se a atuação política das comunidades, que passaram a estabelecer parcerias estratégicas com organizações como a Malungu e o Cedenpa. Essas articulações têm sido fundamentais para fortalecer as reivindicações quilombolas e buscar soluções para os desafios enfrentados.

Os trabalhos de Luis Fernando Cardoso e Cardoso (2015), Maria Páscoa Sarmento de Souza (2018), Dérick Lima Gomes, Heribert Schmitz e Fabiano de Oliveira Bringel (2018) oferecem contribuições essenciais para compreender como as mobilizações quilombolas de Salvaterra se estruturaram e continuam a se estruturar ao longo da história. Esses autores convergem na análise de que a identidade coletiva é um elemento central e mobilizador, funcionando como alicerce para as ações coletivas dessas comunidades. Mesmo diante das profundas transformações que os territórios têm sofrido, as identidades compartilhadas emergem como força motriz que sustenta as lutas quilombolas.

A identidade coletiva, nesse contexto, não é apenas um atributo passivo das comunidades, mas uma construção social ativa que conecta os indivíduos a um pertencimento maior. Trata-se de um processo dinâmico, continuamente (re)negociado em função das mudanças territoriais, políticas e culturais. Essa identidade funciona como um eixo simbólico que orienta as estratégias de resistência e ação política, reforçando a coesão interna dos grupos, mesmo em cenários de adversidade.

Cardoso (2015) destaca que as redes de alianças formadas entre as comunidades quilombolas de Salvaterra se alicerçam em um sentimento comum de

ser quilombola, que transcende diferenças locais e fortalece as mobilizações coletivas. Além disso, a identidade coletiva atua como uma resposta às ameaças externas.

No caso de Salvaterra, as pressões de fazendeiros, projetos neocoloniais e a ausência de titulação oficial dos territórios têm colocado em risco os modos de vida tradicionais. Nesse cenário, a identidade compartilhada serve não apenas como resistência cultural, mas como um dispositivo político que reivindica a territorialidade como direito histórico. Segundo Cardoso (2015), a reafirmação dessa identidade quilombola é também uma afirmação de direitos, uma vez que ela fortalece a legitimidade das demandas por reconhecimento e proteção territorial.

No entanto, não se pode ignorar que a identidade coletiva é atravessada por tensões internas e externas. As comunidades quilombolas de Salvaterra, embora coesas em muitos aspectos, não são homogêneas. Gomes, Schmitz e Bringel (2018) apontam que as variações internas, decorrentes de fatores como localização, relação com o território e até influências externas, desafiam constantemente a construção dessa identidade comum. Ainda assim, a capacidade de ressignificar elementos culturais e históricos, como as festividades, as narrativas orais e os modos de organização social, tem sido crucial para manter a coesão do grupo.

A análise da identidade quilombola em Salvaterra também nos convida a refletir sobre sua dimensão relacional. Ela não se define apenas pelo que as comunidades são internamente, mas também pelas interações que estabelecem com outros atores, como o Estado, ONGs e movimentos sociais mais amplos. Lages, Cardoso e Schmitz (2019) sugerem que essa identidade coletiva opera em múltiplas escalas, conectando as comunidades locais a redes regionais e nacionais, como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Esse vínculo transcende a territorialidade física e reafirma a identidade como um espaço político de luta e resistência.

Portanto, a identidade coletiva, em sua complexidade e dinamismo, é fundamental para entender as mobilizações quilombolas de Salvaterra. Ela não apenas sustenta a coesão do grupo, mas também proporciona a base simbólica e política para as lutas por direitos e reconhecimento. As comunidades quilombolas demonstram que a identidade não é um dado estático, mas um processo em constante transformação, profundamente enraizado na história e nas práticas

sociais, sendo, ao mesmo tempo, um horizonte e uma força que molda a resistência e a solidariedade coletiva.

2.

3. 4.2 APRESENTAÇÃO DAS COMUNIDADES DA PESQUISA

Na comunidade de Vila União/Campinas, moradores mais antigos relatam que seu surgimento está ligado à chegada de algumas famílias que migraram de outros territórios quilombolas, principalmente da comunidade de Mangueiras.

A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2004, porém ainda aguarda sua titulação. Atualmente, o território abriga cerca de 200 famílias, cuja principal fonte de renda é a agricultura, destacando-se o cultivo de roças de abacaxi e hortaliças. Outra atividade relevante é o comércio realizado ao longo da “beira da estrada” da rodovia estadual PA-154. Além disso, programas assistenciais e previdenciários, como o Bolsa Família e a Aposentadoria Rural, desempenham um papel significativo, seja como fontes primárias de renda ou como complementos ao orçamento familiar (Dias; Medeiros; Silva, 2024).

Na comunidade existem duas escolas, uma de ensino fundamental menor (alfabetização até o quinto ano) e outra de ensino fundamental maior (do sexto até o nono ano), ambas municipais. Os alunos que encerram seus estudos no ensino fundamental precisam se deslocar diariamente para o centro de Salvaterra para estudar, percorrendo cerca de 17 quilômetros entre a comunidade e o centro da cidade. Além disso, na comunidade existe um posto de saúde.

O acesso à comunidade a partir do centro de Salvaterra é facilitado pela rodovia PA-154 (Figura 5). O principal terminal hidroviário que liga Belém aos municípios de Soure e Salvaterra está localizado em Salvaterra. Para chegar a Salvaterra ou Soure de carro, é necessário utilizar a balsa que aporta no terminal, sendo a PA-154 a principal rodovia de saída desse ponto.

Dessa forma, o tráfego de veículos na PA-154, que atravessa a comunidade, é considerável, dada sua importância como rota de acesso à região. Essa rodovia também desempenha um papel significativo no número crescente de pessoas frequentando a comunidade, impulsionando o crescimento de comércios ao longo de suas margens e contribuindo para a intensificação das atividades econômicas locais.

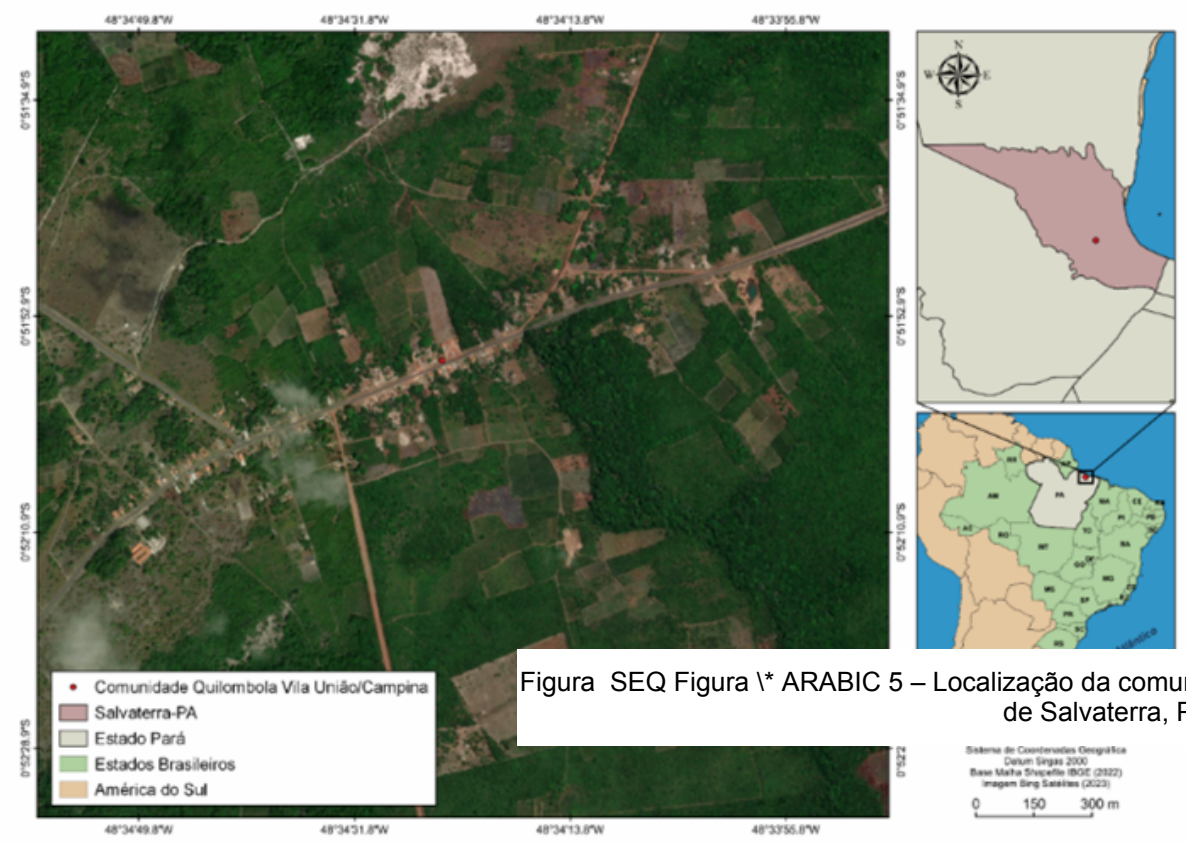


Figura SEQ Figura * ARABIC 5 – Localização da comunidade de Vila U de Salvaterra, Pará.

Fonte: Dias; Medeiros; Silva (2024).

Os moradores de Vila União/Campinas descrevem um grande aumento populacional e de pessoas interessadas em adquirir terrenos, visto que a comunidade é apenas certificada pela Fundação Cultural Palmares e o processo de titulação ainda está parado no Incra. Como é descrito por uma das interlocutoras:

> Vila União era uma comunidade que tinha poucas casas. Hoje em dia, já não está mais assim. Se tu for andar na comunidade direto, que é na beira da rodovia, você vê a quantidade de comércio que tem… Uma casa, um comércio, uma casa, um comércio, uma casa, um comércio. Aí tem um posto de gasolina, tem duas distribuidoras de gás… E aí vai vindo um comércio atrás do outro. Esse fluxo que tem dentro da comunidade tem tornado a nossa vida mais perigosa (Instituto PACS, 2023).

A pesquisadora Rosa Acevedo Marin (2009) aponta que a construção da rodovia intensificou e colocou a comunidade em um circuito de compra e venda de terrenos, o que gerou alguns efeitos sobre a memória histórica do território. Muitas

casas dos primeiros moradores foram vendidas e posteriormente destruídas para dar lugar a comércios.



.

Figura SEQ Figura * ARABIC 6 – Rodovia Vila União/Campi

Para além dos aspectos relacionados à memória, a comunidade de Vila União/Campinas também é impactada pela presença de indivíduos externos ao território, que não pertencem à população quilombola, mas que comercializam e adquirem espaços dentro da comunidade, alterando suas dinâmicas internas. Nesse contexto, um fator que trouxe transformações significativas para Salvaterra como um todo, e de forma particular para Vila União/Campinas, foi a expansão do cultivo de abacaxi.

Conforme apontam Dias, Medeiros e Silva (2024), a partir da década de 1990, houve um incentivo mais expressivo à produção do fruto, promovido por instituições públicas, com destaque para a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater-PA), o que conferiu ao cultivo um papel central na economia da região.

Muitos moradores relataram que começaram a inserir o abacaxi em suas roças, enquanto outros substituíram as tradicionais plantações de mandioca pelo

cultivo do fruto. Atualmente, o município é amplamente reconhecido por esse cultivo, e alguns agricultores adotaram o abacaxi como atividade exclusiva.

Dias, Medeiros e Silva (2024) ainda destacam que a introdução do abacaxi trouxe mudanças nas dinâmicas agrícolas: enquanto parte dos quilombolas incorporou o fruto sem abandonar outros cultivos tradicionais, outros optaram pelo monocultivo. A inserção do abacaxi é descrita como um projeto desenvolvimentista que tem gerado efeitos na agrobiodiversidade local, onde as roças têm sido espaços de experimentações e transformações.

Vila União/Campinas é amplamente conhecida em Salvaterra pelos comércios ao longo da rodovia PA-154 e frequentemente lembrada apenas como uma “vila” de passagem, sendo pouco reconhecida pela população urbana como um território quilombola. No entanto, apesar de ser uma comunidade considerada pequena, por trás das casas de alguns moradores, encontram-se espaços que são manejados como quintais agroflorestais, desempenhando um papel essencial na garantia da soberania alimentar da comunidade e na manutenção de práticas agrícolas tradicionais. Esses espaços também são resultados dessas transformações na agrobiodiversidade do território.

Nesses quintais são cultivadas hortaliças, legumes, frutas e criados peixes, galinhas, patos e porcos. Esses espaços, conforme destacado na pesquisa de Da Costa, Medeiros e Barros (2024), são protagonizados sobretudo por mulheres quilombolas, e não apenas garantem a produção de alimentos, mas também funcionam como locais de convivência, aprendizado sobre manejo e recreação, especialmente para as crianças, uma vez que na frente das casas está localizada a rodovia.

Além disso, os quintais agroflorestais desempenham um papel importante na saúde comunitária, sendo locais onde se manejam espécies medicinais. Alguns desses quintais se tornaram referência na comunidade, sendo procurados por moradores em busca de remédios naturais quando enfrentam problemas de saúde.

É importante ressaltar que a maioria desses espaços é manejada por mulheres (Figura 7), evidenciando sua centralidade tanto na produção de alimentos quanto na preservação dos saberes tradicionais e no cuidado com a comunidade. As roças de mandioca do território ficam um pouco mais afastadas da rodovia e alguns trabalhos como os de Dias, Medeiros e Silva (2024) e Lopes e Dias (2024) demonstram uma redução das roças no território com a construção da rodovia.

Fonte: Acervo de campo (2024).



Figura SEQ Figura * ARABIC 7 – Dia de trabalh

Os moradores do território se organizam forn
Mães e Agricultores Remanescentes de Quilomb
(AMARQVUC), que tem em seus associados os moradores do território. À frente da associação está Rosimar, uma mulher que também é professora em uma das escolas da comunidade.

A presença feminina na liderança da associação se dá há pelo menos três gestões. As organizações quilombolas de Salvaterra têm se destacado por essa presença feminina nesses espaços de lideranças, como apresenta o trabalho de Cardoso (2015). Essa presença não se destaca apenas na liderança em Vila União/Campinas. As mulheres do território também estão à frente das escolas, dos cuidados em saúde e muitas também têm feito o papel de manutenção e preservação de práticas agrícolas nas roças e nos quintais, momentos de que pude participar acompanhando as atividades desenvolvidas por algumas delas.

Apesar da importância dos quintais agroflorestais, eles ainda não se configuram como a principal fonte de renda para as mulheres da comunidade. As principais oportunidades de geração de renda para essas mulheres estão relacionadas ao trabalho em instituições locais, como a escola e o posto de saúde, especialmente para aquelas que possuem algum nível de formação. Outra possibilidade é a atuação no comércio, seja por meio da abertura de pequenos negócios às margens da rodovia ou pela saída da comunidade em busca de outras

alternativas. No entanto, para a maioria, deixar o território não é viável, pois muitas possuem filhos pequenos e priorizam criá-los no ambiente comunitário, valorizando os vínculos familiares e culturais estabelecidos na comunidade.

A comunidade de Mangueiras, uma das mais distantes do centro de Salvaterra, está localizada a cerca de 24 km da cidade. É também um dos territórios quilombolas mais extensos do município (Figura 8).

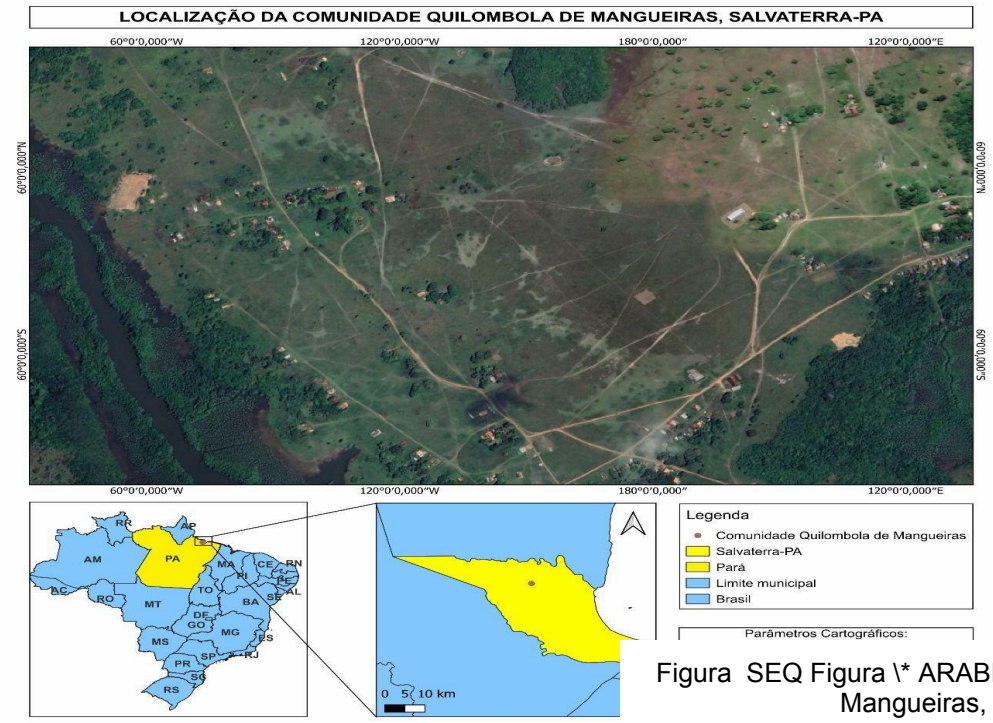


Figura SEQ Figura * ARABIC 8 – Localização d
Mangueiras, no município de Sal

Fonte: Da Costa (2024).

O acesso a Mangueiras pode ser feito por duas rotas: terrestre ou fluvial. A viagem terrestre, que dura pouco mais de uma hora, é a mais utilizada. Durante o verão, a poeira é intensa, mas ainda assim é o melhor período para se chegar à comunidade, enquanto no inverno as intensas chuvas transformam o percurso em um lamaçal. Por via fluvial, a navegação pelo rio Paracauari leva aproximadamente três horas e é uma das vias menos utilizadas, considerando a distância e os gastos com combustível para os barcos.

Mangueiras é frequentemente descrita como uma “ilha dentro da ilha” por sua localização próxima ao rio Paracauari, que exige uma travessia em uma pequena balsa de madeira. A balsa, gerida pelos próprios moradores da comunidade, opera

24 horas por dia em sistema de revezamento, transportando pedestres, motos e pequenos veículos.

O transporte público para Mangueiras é limitado, com uma linha de ônibus que sai do centro de Salvaterra apenas algumas vezes por semana. Esse ônibus não atravessa o rio, deixando os passageiros na margem para realizarem a travessia na balsa. Essa rota é essencial para moradores que não possuem veículo próprio, especialmente para acessar serviços médicos, realizar compras e resolver questões pessoais no centro urbano.

Durante minhas idas e vindas de campo, frequentemente sozinho, observei que o ônibus costumava transportar não apenas passageiros, mas também alimentos para as famílias e os animais, combustíveis para veículos, mantimentos para pequenos comércios locais e materiais de construção, sempre que havia espaço.

Ao atravessar o rio (Figura 9), ainda existe um caminho de pouco mais de um quilômetro até de fato se chegar às casas da comunidade. Sendo assim, a maioria dos moradores opta por chamar um mototáxi da própria comunidade para fazer esse deslocamento, mas alguns seguem a pé até suas casas. Minhas idas a Mangueiras se deram sempre no período do verão, pois, além da dificuldade da estrada, a comunidade está dentro dos campos alagáveis do Marajó e nesse período a comunidade fica “cheia de água”.



Figura SEQ Figura * ARABIC 9 – Balsa utilizada para a
principal acesso à comunidade de Ma

Fonte: Acervo de campo (2024).

A organização espacial das moradias em Mangueiras reflete aspectos tradicionais e funcionais da comunidade. As casas foram e continuam sendo construídas ao redor de um grande campo central, formando um círculo no qual as residências se distribuem nas margens (Figura 10). Esse campo central, que no período das chuvas frequentemente se alaga, é utilizado como área de pastagem para alguns animais. A extensão territorial de Mangueiras é notável e a comunidade está dividida em seis bairros: São João, Mucajá, Japiim, Centro, Vila Pereira e Trindade.

Fonte: Acervo de Campo (2023).



As principais atividades produtivas da comunidade incluem a pesca, facilitada pela proximidade com o rio, a caça e o extrativismo vegetal e animal. Essas práticas tradicionais são fundamentais tanto para a alimentação quanto para a geração de renda das famílias locais. Além disso, muitos moradores complementam sua renda com benefícios oriundos de programas sociais do governo federal, como o Bolsa Família, o auxílio-maternidade, o seguro-defeso e a aposentadoria rural, que

desempenham um papel crucial no fortalecimento da segurança econômica da comunidade.

Há diferentes narrativas sobre a origem da comunidade de Mangueiras. Uma delas relata que, durante o período da escravidão, a área onde hoje se localiza a comunidade era uma fazenda pertencente a um senhor de escravos. Um dos escravizados conseguiu comprar sua alforria e estabeleceu relações com alguns fazendeiros da região. Com o tempo, ele conseguiu adquirir um dos títulos honoríficos que eram comercializados, o que lhe possibilitou ascender socialmente e adquirir uma fazenda na localidade onde hoje se encontram Mangueiras e outras comunidades quilombolas vizinhas. Esse homem mantinha uma esposa em cada uma das comunidades e teve filhos com elas. Essa narrativa é compartilhada por alguns moradores da comunidade e é frequentemente utilizada para explicar as ligações de parentesco entre diversas famílias de Mangueiras e entre famílias de outros quilombos próximos.

Outra versão sugere que a formação da comunidade ocorreu após o naufrágio de um navio negreiro, no qual os escravizados conseguiram sobreviver e fugiram para esse território.

A principal organização formal da comunidade é a Associação de Pescadores e Moradores da Comunidade Quilombola de Mangueiras. Tanto em Mangueiras quanto em Vila União/Campinas, as associações desempenham um papel central na estrutura organizativa desses territórios, tendo sido responsáveis por protocolar os pedidos de reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares. Após o reconhecimento, também assumiram a condução do processo de titulação. Além dessas associações, há outras formas de organização dentro desses territórios, seja voltadas à produção, seja em outras frentes, como as organizações centrais da minha pesquisa.

Mangueiras possui apenas a certificação de território quilombola, emitida pela Fundação Cultural Palmares em 2000, enquanto o processo de titulação segue em tramitação no Incra. Os moradores relatam que a principal dificuldade do território atualmente é a escassez da pesca. Segundo eles, as fazendas vizinhas promovem o desmatamento, afetando a fauna local. Os pescadores apontam uma redução significativa no número de peixes, o que os obriga a percorrer distâncias cada vez maiores pelo rio para conseguir pescar.

Esse impacto também é percebido por aqueles que praticam a caça. A comunidade enfrenta desafios significativos relacionados ao uso de suas áreas comuns, anteriormente destinadas à caça e ao plantio. Essas áreas têm sido progressivamente reduzidas devido à apropriação indevida por fazendeiros, que cercaram territórios outrora compartilhados. Atualmente, o cultivo de mandioca, uma prática tradicional da comunidade, é realizado em áreas muito menores. Para estabelecer roças, os moradores frequentemente precisam solicitar permissão aos proprietários das fazendas que ocupam essas terras.

Diversas interlocutoras destacaram que as principais fontes de renda para as mulheres incluem trabalhar na escola de ensino fundamental da comunidade, no posto de saúde, ou, para aquelas com maior nível de escolaridade, buscar oportunidades fora do território. Outras alternativas incluem atividades relacionadas à pesca e à coleta de mariscos. Contudo, há uma clara demanda por novas formas de geração de renda que sejam viáveis dentro do território e atendam às necessidades das mulheres, especialmente aquelas que desejam permanecer na comunidade para criar seus filhos e netos.

O trabalho de Nascimento (2020) sobre a pesca artesanal em Mangueiras demonstra que as práticas de pesca vêm sendo gradualmente afetadas, uma vez que enfrentam dificuldades relacionadas ao enfraquecimento de suas reproduções socioculturais. Muitos pescadores têm encontrado restrições no exercício de suas atividades nos rios, igarapés, manguezais e matas. É justamente nesses ambientes que se realizam atividades como a pesca, a caça e o extrativismo vegetal, fundamentais não apenas para a geração de renda, mas também para a manutenção das sociabilidades e a preservação das tradições culturais.

A pesquisa descreve que, embora haja uma resistência em abordar os conflitos socioambientais, os relatos indicam uma tentativa de suavizar a imagem dos fazendeiros e latifundiários, que são muitas vezes apresentados de forma mais amena. Em alguns casos, os quilombolas destacam que esses proprietários de terras permitem o acesso, desde que os produtos sejam vendidos pelos preços que eles estipulam. Esse cenário leva a uma certa idealização do papel dos fazendeiros, especialmente durante o período de inverno, quando oferecem empregos temporários, como o cultivo de capim ou a construção de cercas, diante das dificuldades de obtenção de alimentos.

Com isso, a comunidade apresenta uma demanda por novas formas de geração de renda, que está relacionada às dificuldades crescentes na coleta de mariscos, decorrentes tanto das mudanças climáticas quanto dos impactos provocados pelas alterações nas matas e rios, resultado das atividades realizadas pelas fazendas próximas ao território.

Mobilizações em curso têm buscado implementar alternativas de geração de renda para as mulheres, uma demanda que também se manifesta em Vila União/Campinas, onde a organização feminina reflete o desejo de manter as famílias no território. Em Mangueiras, assim como em Vila União/Campinas, uma mulher ocupa a direção da associação, e há mais de três gestões a liderança da associação tem sido conduzida por mulheres.

Em ambas as comunidades, as crianças frequentemente precisam sair para completar seus estudos, passando boa parte do dia fora, o que reforça a urgência de alternativas econômicas que permitam a permanência das mulheres e de suas famílias no território.

É importante ressaltar que ambas as comunidades estão passando por um processo contínuo de formação, voltado para a conscientização sobre direitos territoriais, raciais e étnicos, todas mobilizadas pelo movimento quilombola. Desde cedo, as crianças aprendem sobre o orgulho e a mobilização quilombola, enquanto as meninas são incentivadas a valorizar a beleza e a força de suas ancestrais. Nesse contexto, as mulheres têm se destacado como as principais articuladoras dessas iniciativas, liderando e gerindo projetos fundamentais para o fortalecimento das comunidades, como será demonstrado a seguir.

5. 5 TERRITÓRIOS EM DISPUTA: A MATERIALIZAÇÃO DOS PROJETOS NEOCOLONIAIS E A CONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS QUILOMBOLAS EM SALVATERRA

> "Como integral instrumento de uma contínua luta contra o imperialismo e o neocolonialismo, forjada junto com as efetivas estratégias econômico-políticas, essa cultura progressista pan-africana será um elemento primordial da nossa libertação" (Nascimento, 2002, p. 32).

O projeto neocolonial, abordado por Abdias do Nascimento em *O Quilombismo*, manifesta-se e expande-se por meio de práticas e estratégias que visam uniformizar os espaços ocupados pelos quilombos e colocar todo o contexto ao redor sob o domínio de interesses externos. Essa imposição se torna evidente quando observamos a construção social dos quilombos em Salvaterra, na ilha do Marajó, onde a presença da população negra escravizada remonta ao final do século XVII. Mesmo em territórios geograficamente próximos, os projetos neocoloniais assumem formas, dimensões e modos de atuação distintos, mas mantêm, em essência, o objetivo de perpetuar estruturas de dominação e exploração.

Em Mangueiras, os efeitos desses projetos se evidenciam há muito tempo. Desde o início histórico dos quilombos, as fazendas que circundam a comunidade – vestígios diretos do sistema escravista da região, especialmente no Marajó dos Campos – constituem um dos principais mecanismos neocoloniais. Essas propriedades, que remontam ao século XIX, inicialmente voltadas para a criação de búfalos, simbolizam a continuidade de práticas de exploração econômica e territorial, e a persistência de estruturas de poder e desigualdade (Cardoso, 2013).

Atualmente, o território de Mangueiras enfrenta uma intensificação desse processo: os espaços que antes eram de uso comum têm sido progressivamente ocupados pelas fazendas. A introdução da produção de arroz em larga escala, consolidada a partir de 2010 (De Souza Meirelles Filho, 2014), reforça essa apropriação, ao transformar áreas coletivas em territórios controlados por poucos, como evidenciam os estudos de Gomes e Bringel (2016), que apontam a ocupação de cerca de 3.700 hectares concentrados sob o comando de um único fazendeiro.

A estrada que leva ao rio Paracauari, onde os moradores embarcam na balsa para atravessar em direção à comunidade de Mangueiras, é ladeada por extensas áreas de produção de arroz, que se estendem até onde a vista alcança. Como demonstra a Figura 11, os moradores do território relatam que essas áreas,

atualmente devastadas e sem árvores, eram anteriormente locais de caça. Com a destruição das matas para o cultivo de arroz, a diversidade e a quantidade de animais caçados diminuíram consideravelmente. Além disso, a casa que serve de suporte para os fazendeiros e funcionários envolvidos no manejo do arroz está situada próxima ao rio, no ponto onde os moradores acessam a rampa para embarcar na balsa. Devido à proximidade dessa estrutura com a Fazenda Dallas, o pequeno porto utilizado para a travessia também ficou conhecido como Porto de Dallas, em referência ao nome da fazenda.



Fonte: Acervo de campo (2024).

Figura SEQ Figura * ARABIC 11 – Áreas devastadas para cultivo de leva ao Porto de Dallas, ponto de travessia para a comunida

Essa dinâmica territorial afeta de maneira direta e profunda a vida local. Em Mangueiras, a redução das áreas c ao território, mas também interfer extrativismo vegetal. O uso intensivo de agrotóxicos nas plantações de arroz ultrapassa os limites das fazendas, contaminando as terras que os moradores utilizavam para suas roças e afetando a saúde e a subsistência das famílias.

Esse cenário ilustra claramente como o neocolonialismo se manifesta, não apenas pela apropriação física do território, mas também pela imposição de modos de produção que destroem as práticas ancestrais e os saberes tradicionais.

Em Vila União/Campinas, os efeitos dos projetos neocoloniais são igualmente profundos, embora se manifestem por vias um pouco diferentes. A comunidade, que surgiu a partir da expansão de outras comunidades quilombolas, abriga famílias

como a Amador, uma das pioneiras na ocupação local, e vive hoje os resquícios e os novos desafios da colonização.

Um marco importante foi a construção da rodovia PA-154, que, segundo Rosa Acevedo Marin (2009), desconsiderou os modos de vida tradicionais das comunidades quilombolas. Essa rodovia se tornou um divisor de águas nas narrativas locais, transformando o território de Vila União/Campinas ao fragmentar áreas de cultivo e reduzir significativamente as roças, sobretudo aquelas destinadas à produção de mandioca – um elemento central no modo de vida e na identidade cultural local. Um exemplo é a construção de um posto de gasolina dentro da comunidade, às margens da rodovia.

Fonte: Acervo de campo (2024).



Figura SEQ Figura * ARABIC 12 – Posto de g
União/Campinas.

A rodovia PA-154, entretanto, vai além de uma simples obra de infraestrutura. Ela se insere em um projeto mais amplo de integração do território a uma rede econômica global, priorizando interesses externos, como o agronegócio. Essa via facilita o escoamento de produtos em grande escala, como o arroz e os búfalos, intensificando a competição por terras e recursos e promovendo processos de acumulação por espoliação, conforme exposto por David Harvey (2004). Em outras palavras, a rodovia é um instrumento que reconfigura o território, abrindo caminho

para a inserção de práticas produtivas que desvalorizam os saberes tradicionais e enfraquecem a autonomia das comunidades quilombolas.

Teóricos como Nkrumah (1979) e Mignolo (1996) descrevem esse fenômeno como uma extensão das práticas de dominação colonial, adaptadas aos tempos contemporâneos. Para eles, o neocolonialismo se caracteriza pela manutenção de estruturas de poder e exploração que, mesmo após o fim formal do colonialismo, continuam a subjugar os povos tradicionalmente marginalizados.

Achille Mbembe (2003) complementa essa visão, argumentando que o neocolonialismo reconfigura os territórios ao impor novas lógicas espaciais e produtivas que alienam os modos de vida locais. De forma similar, Boaventura de Sousa Santos (2007) ressalta que esse processo moderno nega aos povos tradicionais o direito à territorialidade, impondo sistemas de propriedade e uso da terra que excluem e desvalorizam seus saberes ancestrais. Walter Mignolo (2011) destaca, por fim, a colonialidade do saber, evidenciando como os conhecimentos e práticas dos povos subalternizados são sistematicamente deslegitimados, enquanto Aníbal Quijano (2000) aponta que as dinâmicas de exploração contemporâneas se perpetuam através da imposição de novas estruturas de produção que ignoram os modos de vida locais.

A partir dessas análises, torna-se evidente que os projetos neocoloniais atuam de forma multifacetada em Mangueiras e Vila União/Campinas. Em Mangueiras, a introdução da rizicultura em larga escala demonstra uma apropriação territorial que não apenas retira o acesso das comunidades às suas terras, mas também compromete os ecossistemas e os modos de produção tradicionais. As cercas erguidas para impedir a entrada dos moradores e a necessidade de solicitar “favor” para cultivar uma roça de mandioca evidenciam um sistema de dominação que impõe barreiras físicas e simbólicas à continuidade cultural dos quilombolas.

Em Vila União/Campinas, a construção da rodovia PA-154 simboliza a materialização dos projetos coloniais e neocoloniais, alterando radicalmente o território. A via rompe o tecido social e produtivo da comunidade, fragmentando áreas que antes eram dedicadas a cultivos diversificados e ao uso sustentável dos recursos naturais. Essa reconfiguração espacial, ao mesmo tempo em que integra a região a um sistema produtivo global, impõe um modelo econômico que favorece o agronegócio e a concentração fundiária, resultando na perda de autonomia dos povos tradicionais.

Assim, os projetos neocoloniais operam de maneira a transformar não apenas o espaço físico, mas também as relações sociais, econômicas e culturais desses territórios. Ao impor novas estruturas de produção e circulação, esses projetos desvalorizam os saberes tradicionais e fragmentam as práticas comunitárias, ameaçando a continuidade histórica e a identidade das comunidades quilombolas.

1. 5.1 ASSUMINDO UM DEBATE ÉTNICO-RACIAL

Com o objetivo de identificar as estratégias desenvolvidas pelos movimentos quilombolas de Salvaterra, inicio esse debate pelo que alguns autores como Abdias Nascimento (2002), Lélia Gonzalez e Silvio Almeida (2019) destacam: quando as questões raciais são abordadas, elas tendem a ser diluídas em um discurso social mais amplo, o que resulta na marginalização dos problemas sociais que estão intrinsecamente ligados à questão racial. Essa diluição é encontrada até mesmo em contextos específicos, como o de Salvaterra, onde 30,8% da população é quilombola e 82% dos moradores do município se autodeclaram negros[9] (IBGE, 2022).

Embora haja diversas iniciativas para enfrentar problemas sociais, como os programas de transferência de renda, que são importantes para a melhoria econômica, frequentemente se negligencia a questão racial como a principal a ser abordada. Frantz Fanon (2020) e Stuart Hall (2003) destacam em seus estudos que a identidade racial tende a ser uma identidade primordial, moldando os comportamentos sociais dos indivíduos e da sociedade em geral. Assim, a identidade racial não apenas se manifesta como uma característica fundamental dos sujeitos, mas também influencia a percepção e as relações sociais, tanto para os próprios quilombolas quanto para a sociedade branca dominante.

A presença dessa perspectiva de negação racial é encontrada também na atuação estatal no Marajó. Apesar da recente visibilidade adquirida pela ilha, por muitos anos a região esteve ausente dos debates sociais, e as questões raciais sequer eram mencionadas. Ao analisar os projetos estatais mais recentes e de maior investimento financeiro, como o plano de ação Abrace o Marajó, do governo federal, com vigência de 2020 a 2023 (Brasil, 2020), observa-se que suas frentes de ação

[9] Dentro da classificação racial utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e por políticas públicas de combate ao racismo e promoção da equidade racial, são agrupadas as categorias preto e pardo sob a denominação “população negra” (Oliveira, 2004).

não abordavam a superação das desigualdades a partir de uma perspectiva racial e nem mencionaram aspectos raciais.

Nesse contexto de negação racial, os movimentos negros do Marajó, em uma das ações de enfrentamento às ações neocoloniais contra os seus territórios, sobretudo os de Salvaterra, a partir de 2000, iniciaram um processo de organização político-social, que, como descrito anteriormente, culminou em um processo de criação das associações de moradores dos quilombos do município. Vale mencionar que, além dessa organização dentro dos territórios, o movimento institucionalizado das comunidades negras existe de uma forma mais ampla, com uma atuação estadual através da Malungu (Cardoso, 2013).

Em termos analíticos essas formalizações das organizações quilombolas se configuram como um instrumento de negociação com o Estado, facilitando o atendimento das demandas das comunidades, sobretudo no que diz respeito à titulação de terras. Ao se institucionalizarem, as associações estabelecem canais de diálogo estruturados com os órgãos governamentais, permitindo que as reivindicações locais sejam traduzidas em termos reconhecíveis pelo Estado. No entanto, essa formalização implica uma limitação nas formas de ouvir as demandas, pois a negociação fica vinculada aos processos organizativos institucionais, o que pode restringir a pluralidade e a abrangência dos anseios das comunidades.

Há diversas redes de organização protagonizadas pelo movimento quilombola, com o olhar voltado aos territórios e de maneira não institucionalizada. Cardoso (2013) descreve que as associações não são as únicas maneiras de organização dentro dos territórios. Existem outras formas organizativas, redes, projetos e iniciativas que são mobilizadas dentro das comunidades e que muitas vezes, por não serem institucionalizadas e não estarem em arenas públicas institucionais, não são visualizadas.

Embora muitas dessas formas organizativas não estejam formalizadas nem integradas às esferas públicas, elas desempenham um papel fundamental na construção e reconfiguração dos espaços sociais e territoriais. Tais iniciativas, frequentemente manifestadas em contextos informais, evidenciam processos complexos de adaptação e reinvenção cultural.

Sob uma perspectiva teórica, essa diversidade de práticas organizativas demonstra como os territórios são continuamente transformados por meio da ação de agentes locais que, mesmo sem a formalização institucional, articulam novas

configurações espaciais e sociais. Dessa forma, essas iniciativas ampliam nossa compreensão das dinâmicas territoriais, destacando a importância de arranjos plurais para a renovação dos espaços e das relações locais.

Com suas articulações estaduais e territorializadas, esses movimentos já se consolidam como uma das estratégias de enfrentamento aos projetos neocoloniais no território. No entanto, especialmente aqueles mais inseridos e próximos às comunidades, como associações e outras mobilizações não institucionais, iniciaram um processo formativo tanto intelectual quanto filosófico sobre as pautas étnico-raciais. Alinhadas à compreensão de que a identidade racial é frequentemente negligenciada, essas mobilizações passaram a promover formações sobre raça e seu impacto nas vivências sociais.

Diversas interlocutoras, sobretudo as mulheres do Sementes do Quilombo, relatam a participação frequente em formações promovidas por distintos movimentos quilombolas, entre eles a Malungu e o Grupo de Juventude Negra Quilombola Abayomi[10], cuja atuação se concentra nas comunidades quilombolas de Salvaterra. Além dessas iniciativas, destacam-se as ações conduzidas pelo Narq de Vila União/Campinas, e pelo grupo Sementes do Quilombo, de Mangueiras. Tanto as atividades formativas quanto os espaços de troca promovidos por esses movimentos são descritos pelas interlocutoras como elementos centrais no fortalecimento da consciência étnico-racial.

As formações oferecidas aos moradores das comunidades apresentam uma diversidade de temas abordados. Desde festivais de cultura quilombola, oficinas de turbante e tranças e formações sobre políticas públicas para população quilombola, até incorporar debates considerados mais emergentes, como o racismo ambiental, um reflexo desse processo formativo e tomada de consciência.

Frantz Fanon, em sua obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2020), argumenta que a identidade negra não é uma questão biológica ou fenotípica, mas um processo político, social e subjetivo de tomada de consciência racial. Corroborando com essa perspectiva, Neusa Santos Souza (2021) aponta que essa tomada de consciência

---

[10] O grupo Abayomi foi criado no contexto da organização das comunidades quilombolas de Salvaterra, a partir de um encontro na comunidade de Tartarugueiro. Na ocasião, jovens quilombolas identificaram a necessidade de um espaço coletivo para debater políticas públicas e fortalecer a cultura quilombola. Formalizado em 2013, o grupo tem atuado na realização de eventos e oficinas, incluindo os Jogos de Identidade Quilombola e diversas iniciativas culturais. Para mais informações sobre o grupo sugerimos acessar: https://mapacultural.pa.gov.br/agente/56531/juventude.abayomi#info

passa por compreender a dimensão política e muitas vezes dolorosa dessa identidade. Em campo, pude ouvir que, no passado, há pelo menos cerca de 10 anos, as interlocutoras não tinham uma compreensão objetiva do que era um quilombo, ou até se sentiam constrangidas quando indicavam que moravam em um território onde viviam os pretos.

O processo de reconhecimento identitário entre os moradores dos quilombos de Salvaterra também teve impacto nas instituições formativas públicas. As escolas dentro desses territórios, que antes abordavam de forma limitada os debates étnico-raciais, passaram a desempenhar um papel mais significativo. Esse avanço resulta das demandas por uma educação territorializada, que incorpora discussões sobre raça, transmite a história das comunidades e promove reflexões sobre as particularidades de viver em um território quilombola.

Essa transformação se manifesta tanto simbolicamente quanto de maneira prática, como evidenciado nos uniformes utilizados pelos estudantes nas escolas municipais quilombolas, sobretudo as escolas de Campinas/Vila União e Mangueiras. Além de identificarem nominalmente a instituição como quilombola, essas vestimentas incorporam elementos visuais que remetem às cores predominantes das bandeiras de diversos países africanos, como verde, amarelo, preto e vermelho. Essas cores, amplamente mobilizadas nos quilombos de Salvaterra, simbolizam a luta do movimento negro quilombola e estão frequentemente presentes nas bandeiras das comunidades do município.

Além desse simbolismo cromático, os uniformes escolares também apresentam a iconografia marajoara, expressa por traços e grafismos afro-marajoaras, reforçando a matriz indígena dessa identidade cultural local. Outros elementos que contribuem para a construção de uma pauta étnico-racial no ambiente escolar incluem a celebração de datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra e a ressignificação de eventos cívicos (Figura 13). Em Mangueiras, por exemplo, no desfile de Sete de Setembro, tradicionalmente marcado por vestimentas de inspiração militar, os estudantes adotam trajes alusivos a países africanos, reafirmando, assim, a valorização das ancestralidades quilombolas.


A
23 DE NOVEMBRO
10ª FEIRA DE CULTURA ESCOLAR QUILOMBOLA
A VALORIZAÇÃO DA LADAINHA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MANGUEIRAS
TEREMOS:
A CULMINÂNCIA DO PROJETO DA LADAINHA,
APRESENTAÇÃO DE MISSIS, BINGO, DANÇAS, VENDA DE COMIDAS E MUITO MAIS!
EMEIF QUILOMBOLA DE MANGUEIRAS
SEMED
Salvaterra


B



Fonte: Compilação do autor[11] (2024).

Abdias do Nascimento (2002) aponta que essas comunidades e essas ações simbólicas são uma expressão prática do processo de desmantelamento do colonialismo e que, diante dos contextos que elas vivenciam e lidam, essas ações se apresentam como tática de necessidade de afirmação por uma perspectiva étnico-racializada que traga visibilidade para a luta e as demandas historicamente reivindicadas.

Além de apresentar uma organização mais coesa diante da sociedade e das representações políticas, a busca por um perfil e uma representação alinhada contribui para uma visibilidade, expressando que as lutas e reivindicações entre as comunidades estão organizadas e com objetivos comuns.

2. 5.2 A CONFIGURAÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES TERRITORIAIS E O EXERCÍCIO DE DENOMINAÇÃO

A consolidação do movimento negro quilombola de Salvaterra passa por uma construção histórica que envolve o protagonismo e a mobilização de todas as comunidades, desde seu processo de organização para a criação das associações de moradores, que consequentemente levaram a demandas por educação, saúde e acesso a direitos fundamentais.

Nesse processo de consolidação, Scherer-Warren (2006) analisa que as mobilizações sociais têm tomado um caráter mais complexificado e que isso se dá também pelo processo de novas configurações da sociedade e do surgimento de demandas sociais que são consideradas expressões e mobilizações herdadas de uma mesma herança histórica do grupo social.

Nessa análise sobre os processos de consolidação, a autora denomina as mobilizações não institucionalizadas e que surgem no seio das comunidades de "espaços das mobilizações de base local" (Scherer-Warren, 2006, p. 123). Tais espaços são apontados por ela como fruto da construção das reivindicações, unidos por objetivos, identidades, simbolismos e outros aspectos que podem transitar entre objetivos imateriais e materiais e que têm um caráter não estático.

---

[11] Montagem a partir de imagens publicadas no Facebook da escola quilombola de Mangueiras. https://www.facebook.com/profile.php?id=100066840940103

Em Salvaterra, esses espaços são construídos dentro das comunidades e muitas vezes sem necessariamente ter uma relação direta com outra organização institucionalizada, como as associações de moradores. Uma característica desses espaços é seu aspecto não institucionalizado, ou seja, não detém sob seu domínio nenhum tipo de certificação burocratizada, como o CNPJ, que possa configurar ao grupo um título de associação, cooperativa ou qualquer outra forma organizativa legalizada.

Outra característica desses espaços de mobilização local é a diversidade de seus participantes, que possuem diferentes históricos de vida e, por vezes, objetivos distintos. No entanto, mesmo diante dessa diversidade, há uma união baseada no senso de pertencimento coletivo. No caso das mobilizações nos territórios quilombolas, esse pertencimento está diretamente ligado ao significado de ser e se reconhecer como quilombola.

No sentido de descrever ou interpretar esses espaços de mobilizações de base local, dentro dos territórios, Scherer-Warren (2006), mesmo que indiretamente, dialoga com Abdias do Nascimento (2002). Embora as abordagens de Abdias do Nascimento e Ilse Scherer-Warren apresentem diferenças marcantes na compreensão da organização social, da resistência e da transformação política, este estudo concentra-se nos pontos de aproximação entre essas perspectivas.

Para Nascimento, o quilombismo é um modelo de organização comunitária autônoma, caracterizado por uma estrutura coesa, voltada para a autossuficiência e marcada por uma luta confrontativa que visa romper com as estruturas hegemônicas, onde o racismo é entendido como elemento estrutural da sociedade brasileira. Em contraste, Ilse Scherer-Warren não propõe um modelo político predeterminado; ela analisa a resistência enquanto um fenômeno construído a partir da articulação de redes descentralizadas e alianças flexíveis, que operam de forma fragmentada e interseccional, possibilitando que os movimentos transitem dentro das estruturas existentes e estabeleçam parcerias estratégicas.

No contexto das comunidades de Salvaterra, essa tensão teórica suscita uma reflexão sobre os objetivos e as práticas dos movimentos locais, evidenciando que a intenção não se restringe ao rompimento com o sistema, mas se orienta para a formação de um híbrido que integra elementos da coesão quilombista e da flexibilidade das redes. A proposta integradora desta pesquisa busca justamente evidenciar como as redes contemporâneas em Salvaterra se articulam dentro da

lógica do quilombismo para promover a autonomia e a resistência, demonstrando que, embora distintos em suas ênfases, ambos os modelos contribuem para a reconfiguração dos territórios e para a construção de novas formas de organização política e social.

Abdias do Nascimento (2002) descreve os movimentos de mobilização étnico-racial como Quilombismos, que são como uma filosofia e prática política, social e cultural centrada nas experiências históricas e de resistência dos quilombos. Esses espaços são entendidos não apenas como refúgios de resistência à escravidão, mas como modelos de organização social que enfatizam a solidariedade, a coletividade e a autonomia das comunidades.

> O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso, facilitando sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também podiam assumir modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados [...]. Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba e gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém, tanto os permitidos quanto os “ilegais” foram uma unidade [...]. A esse complexo de significações, a essa práxis afro-brasileira, eu denomino quilombismo (Nascimento, 2002, p. 281-282).

Não se limita a resistência à opressão, mas se configura como uma proposta de organização política e social que busca a emancipação plena das comunidades. Para Nascimento, os quilombismos simbolizam a liberdade e a autossuficiência, representando espaços onde a solidariedade e a coletividade são pilares fundamentais. Esses princípios fazem do quilombismo um conceito dinâmico, que vai além do contexto histórico dos quilombos e se conecta às lutas contemporâneas por direitos territoriais, identitários e pela igualdade racial, oferecendo uma base de ação para a transformação social.

O exercício de mobilizar conceitos e denominar as mobilizações realizadas pelos movimentos quilombolas de Salvaterra no contexto de enfrentamento às práticas neocoloniais identificadas neste trabalho nos levou a chamar de Movimentos Quilombistas o NARQ e o Sementes. Essa nomenclatura se fundamenta na concepção de Quilombismo elaborada por Abdias do Nascimento, que compreende os quilombos não apenas como refúgios de resistência à

escravização, mas como projetos políticos e civilizatórios baseados na autonomia, na solidariedade comunitária e na autodeterminação dos povos negros.

Nascimento propõe o Quilombismo como uma prática coletiva de organização social, sustentada por princípios de justiça, economia comunitária e fortalecimento das identidades negras, articulando a luta contra o racismo estrutural e as formas contemporâneas de dominação.

Nesse sentido, ao caracterizar as iniciativas do Narq e do grupo de mulheres Sementes do Quilombo como Movimentos Quilombistas, estamos não apenas reconhecendo sua coesão com a concepção de Quilombismo de Abdias do Nascimento, mas também afirmando que são esses os movimentos quilombistas no recorte desta pesquisa. O NARQ, ao estruturar ações de resistência e organização política dentro das comunidades, e o Sementes do Quilombo, ao fortalecer a atuação das mulheres quilombolas na economia solidária e na afirmação cultural, exemplificam a materialização dos princípios quilombistas no presente.

Dessa forma, essas experiências não apenas enfrentam as práticas neocoloniais ainda vigentes, mas também reafirmam a continuidade do legado político dos quilombos enquanto formas de existência e resistência negra no Brasil.

A escolha pelo termo Movimentos está relacionada ao reconhecimento de que há uma diversidade de ações mobilizadas dentro dos territórios quilombolas de Salvaterra e que possivelmente os movimentos aqui apresentados não são os únicos. Esse conceito dialoga com parte do que Abdias Nascimento descreve como quilombismo, no sentido de que existem múltiplas maneiras de viver e praticar o quilombismo.

Os movimentos quilombistas discutidos neste trabalho, representados pelo Narq e pelo grupo Mulheres Sementes do Quilombo, constituem manifestações plurais do quilombismo presentes nos territórios de Salvaterra. Ambos os movimentos compartilham fundamentos quilombistas e, ao mesmo tempo, apresentam articulações que dialogam com as abordagens teóricas de Abdias Nascimento e Ilse Scherer-Warren.

Para Nascimento, o quilombismo se configura como um modelo comunitário e autônomo, voltado para a autossuficiência e marcado por uma postura de ruptura com as estruturas hegemônicas. É de fato, uma proposta de transformação política apresentada pela população negra, o conceito guia de maneira prática ações em

busca de autonomia e uma possibilidade de construção para o fim da opressão da população negra.

Por outro lado, Scherer-Warren enfatiza a resistência construída por meio de redes descentralizadas e alianças flexíveis, que possibilitam a integração dos movimentos dentro de estruturas preexistentes e a formação de parcerias estratégicas, bem como o modelo de organização social. A autora propõe uma interpretação dos movimentos sociais de maneira articulada, onde as ações em rede não apenas garantem a colaboração e a adaptação dentro das dinâmicas institucionais, mas também contribuem para a visibilidade política e institucional dos movimentos. Nesse sentido, essas redes se tornam ferramentas cruciais para a atuação política dos grupos, ampliando seu reconhecimento e impacto na esfera pública, ao fortalecer sua capacidade de negociação com o Estado e outros agentes externos.

Nesse sentido, tanto o NARQ quanto o Sementes do Quilombo podem ser compreendidos como movimentos quilombistas, pois ambos articulam estratégias de resistência que combinam uma base de coesão comunitária com a adaptabilidade característica das redes. No contexto de Salvaterra, essa articulação se manifesta na promoção da autonomia territorial e cultural, na ampliação dos canais de negociação com o Estado e na capacidade de reinventar práticas de resistência diante dos desafios contemporâneos.

> A continuidade dessa consciência de luta político-social se estende por todos os Estados onde existe significativa população de origem africana. O modelo quilombista vem atuando como ideia-força, energia que inspira modelos de organização dinâmica desde o século XV. Nessa dinâmica quase sempre heroica, o quilombismo está em constante reatualização, atendendo exigências do tempo histórico e situações do meio geográfico. (Nascimento, 2002, p.281-282).

A perspectiva de Abdias do Nascimento sobre o quilombismo como uma ideia-força em constante reatualização permite compreender a atuação do Narq e do grupo Mulheres Sementes do Quilombo como expressões contemporâneas dessa tradição de luta. Ambos os movimentos operam dentro de uma dinâmica de resistência que se adapta às exigências do tempo histórico e às especificidades do território de Salvaterra. O Narq, ao articular estratégias de mobilização política e fortalecimento comunitário, reafirma a centralidade do quilombismo como um modelo de organização autônoma, voltado para a autodeterminação dos quilombolas. Da mesma forma, o grupo Mulheres Sementes do Quilombo atualiza essa tradição ao

fortalecer a participação feminina na luta territorial e produtiva, conectando saberes ancestrais com demandas atuais de direitos.

3. 5.3 ENTENDENDO OS MOVIMENTOS QUILOMBISTAS E SUAS ESTRATÉGIAS

Nas comunidades de Mangueiras e Vila União/Campinas, observa-se a presença de diversos movimentos Quilombistas. Este estudo foca especificamente em duas dessas organizações, como mencionado anteriormente. A primeira é o Núcleo de Ação e Resistência Quilombola (NARQ) de Vila União/Campinas, que será referido simplesmente como Núcleo ou NARQ, em consonância com o uso das interlocutoras. Este grupo atua na própria comunidade de Vila União/Campinas.

A segunda iniciativa é o Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo, que será referido apenas como Sementes, localizado na comunidade de Mangueiras. A análise inicial abordará a descrição dessas organizações, com ênfase nas pessoas envolvidas em sua construção, nas motivações que orientam suas ações e nos objetivos centrais que guiam suas atividades.

O Núcleo é composto por cinco participantes (Figura 14), todas jovens mulheres. A maioria dessas jovens nasceu no território e compartilha uma longa trajetória de convivência, sendo algumas delas também unidas por laços de parentesco.

Tabela 2 – Nome e formação das integrantes do NARQ.

Nome	Área de formação/ocupação
Luciane Lopes	Biologia e Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens
Glenda Leão	Enfermagem
Dayane Amador	Etnodesenvolvimento
Lídia Vilhena	Pedagogia

Lidiane Vilhena	Biblioteconomia

Fonte: Dados de campo, 2024.

Diversos aspectos identificados que conectam as jovens do núcleo são as relações familiares; duas delas são irmãs, enquanto as outras duas são noivas. Essas interações estabelecem um vínculo pessoal que transcende os limites das atividades do Núcleo de Ação e Resistência Quilombola (NARQ). Durante as atividades de campo, foi possível observar que tais relações não apenas fortalecem a coesão do grupo, mas também criam vínculos afetivos que vão além de objetivos comuns.



Fonte: Acervo de campo (2025).

Figura SEQ Figura * ARABIC 14 – Integrante

A proximidade entre elas facilita um diálogo aberto e sincero acerca das demandas e projetos desenvolvidos no NARQ. É comum que se encontrem com frequência, visitem as casas umas das outras e participem de momentos de confraternização, o que reforça ainda mais os laços entre elas.

O aspecto de aproximação e parentesco é descrito por Scherer-Warren (2008) quando a autora analisa as redes de mulheres indígenas. Ela descreve essa escolha de aproximação como uma estratégica política a partir de uma aproximação de história de vidas semelhantes, entretanto não idênticas. A identidade compartilhada e o histórico de vida semelhante é a base fundamental para a coesão.

O Narq se organiza de forma considerada não formal, não detém sob seu controle nenhum tipo de CNPJ que confira à iniciativa um tipo de cooperativa ou associação. A organização é baseada em interesses comuns, em um tipo de acordo tácito. A ausência de formalizações não diminui a força desses laços, já que a confiança mútua, o senso de pertencimento e o compromisso com o bem-estar coletivo formam a base do quilombismo.

Assim, o acordo tácito fortalece as relações internas e permite que o grupo trabalhe junto em prol de objetivos comuns, sem a necessidade de mediações externas ou estruturas hierárquicas rígidas. Na organização do grupo não existem cargos a serem ocupados ou preenchidos, as funções são exercidas de acordo com as aptidões das integrantes.

As integrantes do NARQ também estão inseridas em outras organizações. Foi possível identificar pelo menos quatro, dentre elas a participação na Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará – MALUNGU, Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ e a Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA – ADQ.

Em Vila União/Campinas existem outras organizações, a exemplo da própria associação, que tem o nome de Associação de Mães e Agricultores Remanescentes de Quilombos da Vila União/Campinas - AMARQVUC. Perguntadas sobre a relação mantida com a associação e o porquê de outra organização dentro do mesmo território, foi descrito pelas interlocutoras que o Núcleo incide em aspectos que a associação, por questões de outras demandas, acaba não incidindo e de forma complementar acaba atuando onde a associação não consegue chegar. Até mesmo com o NARQ já criado, as jovens já estiveram à frente da coordenação da

associação, e atualmente mantêm um grau de envolvimento com as atividades que a associação realiza.

Ainda que essas relações não sejam isentas de problemas e conflitos, elas encontram um sentido de unidade, baseada em interesses e alguns objetivos comuns. Para além disso, existem identidades que são compartilhadas por ambos os movimentos Quilombistas, como a identidade racial, de pessoas negras, e a identidade étnica, do ser quilombola (Warren, 2006; Warren, 2008). Essas identidades e objetivos mobilizam uma coesão nas lutas e de certa forma tendem a reduzir conflitos, sobretudo os relacionados ao poder de atuação desses movimentos Quilombistas.

Outro aspecto que tende a reduzir os conflitos é que as lideranças da associação de Vila União/Campinas são majoritariamente mulheres e algumas delas foram colegas de faculdade das jovens do NARQ. Em campo, ao observar e analisar essas relações, foi possível perceber como elas são externalizadas de maneira sentimental. Existe um respeito pelo trabalho desenvolvido por ambas as partes.

O Núcleo de Ação e Resistência Quilombola (NARQ) mantém uma relação estreita com a universidade, desenvolvendo diversas atividades em parceria, especialmente com a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) e do Instituto de Ciências da Arte (ICA). Em colaboração com a universidade, o NARQ realiza iniciativas voltadas ao resgate do histórico de ocupação da comunidade, incluindo a elaboração de uma cartografia social do território.

Mais recentemente, em janeiro deste ano, o núcleo lançou dentro da comunidade o livro *Memórias Autônomas do Quilombo Campinas Vila União e o Direito ao Olhar*, acompanhado pela exposição fotográfica *Olhares da Comunidade Remanescente de Quilombos Vila União/Campinas* (Figura 15). Ambos os trabalhos resultam de pesquisas realizadas pelo NARQ na comunidade e retratam a história de vida dos moradores mais velhos, além de suas relações com o território.

No contexto da relação com a universidade, percebi que o Núcleo é frequentemente questionado sobre seus objetivos e sua atuação. Durante o trabalho de campo e a convivência com as interlocutoras, a compreensão sobre as metas e aspirações do Núcleo variava a cada interação. Como pesquisador, senti que, a cada novo diálogo, a percepção dos objetivos do Núcleo se transformava – desde a

primeira vez em que abordei o assunto até nosso último encontro, os objetivos pareciam estar em constante redefinição.

Fonte: Acervo de campo (2025).



Figura SEQ Figura * ARABIC 15 – Exposição fo
NARQ.

O NARQ possui uma estrutura organizada em torno de seus objetivos, que orientam suas ações. Há, por um lado, os objetivos formalmente documentados e, por outro, a maneira como esses objetivos se manifestam na prática. De acordo com o que está registrado, o Núcleo:

> Objetiva somar com a construção e manutenção de memórias e saberes tradicionais, colaborar em discussões que envolvem o direito dos povos quilombolas, fazer parcerias que facilitem o acesso a políticas públicas em benefício da comunidade e promover eventos que desenvolvam a autonomia e autossuficiência dos comunitários. (Lopes *et al*., 2023).

Durante a pesquisa de campo, uma afirmação proferida por uma das integrantes do Núcleo ressoou de maneira significativa: “Nossos objetivos são as nossas necessidades” (Lidiane Vilhena, pesquisa de campo, 2024). Essa declaração não apenas expressa a complexidade na compreensão das transformações dos objetivos do núcleo, mas também evidencia a flexibilidade do grupo em adaptar suas metas de acordo com as necessidades que emergem em diferentes contextos e sobretudo desse contexto de vivência da comunidade com as transformações geradas a partir da rodovia.

Entre essas necessidades, destacam-se a busca por autonomia financeira, a afirmação da identidade quilombola e a defesa do território sob uma perspectiva emancipatória, com foco na garantia dos direitos sobre as terras ocupadas.

A forma como as necessidades moldam os objetivos de atuação do NARQ reflete a atenção do grupo às mudanças ocorridas no território. As jovens do Núcleo acompanharam o processo de transformação de seus territórios, viram as casas dos mais velhos serem derrubadas para a construção de comércios e postos de gasolina, além de perceberem que as crianças não frequentam mais as roças assim como elas na mesma idade.

> Entre 2015 e 2016, foi construído um posto de gasolina na frente de casa, em cima da casa de umas antigas moradoras. Esse espaço era para ser um local de memória. Era para ser alguma coisa que ficasse como recordação da memória de quem era aquela mulher que morava ali, o que ela foi dentro da comunidade, uma pessoa que cuidava dos outros, que trabalhava com as plantas medicinais, assim como a mamãe. Era para ser. E aí construíram o posto de gasolina ali, não tem um vestígio de como que era a casa dela. Só está na memória da gente (Dayanne Amador, Instituto PACS, 2023).

O entendimento e a visualização dessas transformações se refletem nas ações do Núcleo, que já implementou uma variedade de projetos, que vão desde iniciativas para promover a autonomia financeira, como a criação de hortas coletivas, até encontros que valorizam o conhecimento tradicional sobre o uso de plantas medicinais. Além desses, há outros projetos em andamento que o Núcleo considera respostas às demandas coletivas.

Um exemplo emblemático dessa atuação é a idealização de uma feira quilombola no território, que proporciona uma plataforma para escoamento da produção local, geração de renda e a afirmação pública da capacidade produtiva da comunidade, mesmo em um contexto marcado pela presença de uma rodovia.

Stuart Hall (2003) argumenta que a história dos projetos neocoloniais está sempre ancorada na atualidade. Por exemplo, se o momento econômico é caracterizado pelo monocultivo do arroz, esses projetos se adaptam a essa realidade, sendo constantemente retrabalhados e reformulados de acordo com o contexto histórico e econômico. Assim, as forças mobilizadas por esses poderes nos territórios provocam mudanças significativas na vida das pessoas, influenciando, por consequência, a maneira como os coletivos reagem a essas forças externas, que não são estáticas diante de novas realidades, frequentemente alheias às realidades locais.

Nesse sentido, a perspectiva de transformação, adaptação e busca por atuação com base nas necessidades emergentes é uma resposta às novas dinâmicas que se estabelecem nos territórios. A análise dos objetivos torna-se uma característica crucial, pois confere ao significado do grupo e suas metas uma natureza viva, móvel e capaz de evoluir.

O Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo (Figura 16), da comunidade de Mangueiras, é composto por 11 integrantes; destes, apenas 1 homem (Tabela 3). Os integrantes referem-se ao grupo simplesmente como Sementes, e assim também o faremos neste trabalho.



Fonte: Acervo do coletivo do Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo (2023).

O nome do Grupo Sementes do Quilombo originou-se de sua primeira atividade: a produção de biojoias confeccionadas com sementes, fibras e caroços encontrados no próprio território. Esse nome foi inspirado no processo de germinação de uma semente, simbolizando o incentivo ao crescimento pessoal contínuo até que se torne uma árvore frondosa.

Figura SEQ Figura * ARABIC 16 – Integrantes do Gru
do Quilombo.

Tabela 3 – Nomes das integrantes do Sementes do Quilombo.

Integrante	Área de formação/ocupação
Ana Maria Farias Dantas	Dona de casa

Joselda Barbosa	Professora
Delmair Celma Barros da Silva	Aposentada
Ana Cristina da Conceição	Dona de casa
Bianca Barbosa	Bióloga
Ana Caroline Corrêa	Estudante
Reginaldo Silva dos Santos	Artesão
Denise Barbosa	Dona de casa
Noemi Barbosa	Aposentada
Maria Laurença	Aposentada
Benedita Lima	Aposentada

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Desde a composição inicial do grupo, priorizou-se a participação de mulheres. A ideia inicial era a produção de biojoias. Contudo, as atividades mudaram e atualmente elas trabalham na confecção de camisas, vestidos, turbantes, bolsas e outros produtos, substituindo e ampliando as atividades desenvolvidas.

O grupo possui uma produção manual e um dos principais produtos, o mais comercializado, são as camisas (Figura 17). Essas camisas são confeccionadas com uma identidade visual que mescla elementos da cultura indígena marajoara, através dos grafismos e bordados marajoaras, e recortes de tecidos importados de países da África, com estampas e cores vibrantes.



Fonte: Acervo do coletivo do Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo (2023).

As integrantes do grupo são todas residentes locais, sendo que, aproximadamente 80% são mães e 65% são casadas. Cerca de 85% delas recebem benefícios de programas sociais como o Bolsa Família. Além das atividades do grupo, elas desempenham papéis essenciais no cuidado com suas famílias e nas atividades extrativistas, como a pesca e a coleta de mariscos, atividades de grande importância socioeconômica na comunidade.

Uma das características principais do Sementes é ser protagonizado por mulheres adultas/idosas. Boa parte das integrantes (60%) são avós. Cerca de 72% das integrantes do grupo têm como escolaridade máxima o ensino médio completo. O nível de escolaridade das mulheres pode ser explicado pela dificuldade que elas enfrentavam para chegar à escola, considerando que a comunidade de Mangueiras é cercada pelo rio e o acesso ao centro urbano de Salvaterra é limitado.

Consequentemente, muitas mulheres com baixa escolaridade têm suas oportunidades de renda restritas ao extrativismo de mariscos e aos benefícios sociais. É relevante destacar que atividades agrícolas tradicionais, como a produção de roças, foram quase extintas devido à invasão de terras por fazendeiros, obrigando os moradores a buscar autorização para cultivo em terras emprestadas a esses proprietários das fazendas de búfalo e arroz.

O grupo Sementes é composto por várias mulheres com laços de parentesco; são mães e filhas, tias e sobrinhas e algumas primas. Noemi Barbosa, idealizadora e

considerada a coordenadora das atividades, mantém certo grau de parentesco com boa parte das integrantes. Descreveremos de maneira mais detalhada essas relações a seguir.

Considero Noemi coordenadora das atividades, pois não existe uma distribuição de cargos dentro do Sementes. Da mesma forma que ocorre no Núcleo, as mulheres desenvolvem atividades de acordo com suas aptidões.

O Sementes também é considerado uma iniciativa não institucionalizada, não está organizado sob um CNPJ formal. Mesmo sem uma organização formalizada juridicamente, o grupo tem uma sede própria dentro do território, carinhosamente chamada de Casa de Sementes, a qual é utilizada para o desenvolvimento de atividades do grupo e também como uma biblioteca infantil.

As integrantes do grupo Sementes estão inseridas em diversas organizações, incluindo a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), a associação de moradores da comunidade de Mangueiras e o Observatório do Marajó. Além disso, o Sementes mantém uma relação estreita com a universidade, especialmente com o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA.

Nesse contexto, o grupo se tornou uma referência para a universidade, recebendo estudantes e pesquisadores que realizam atividades de pesquisa no território. Essa colaboração também se traduz em apoio às atividades do grupo, incluindo acesso a feiras para a venda de seus produtos e a oferta de formações sobre diversos temas.

Sobre a integração de mais pessoas da comunidade no Sementes, o grupo se manifesta de maneira aberta a receber novos membros. A entrada tem como critério principal ser membro da comunidade e ter a aceitação das demais integrantes. As atuais integrantes do Sementes destacam que, para ingressar no grupo, é importante entender que os desafios e trabalhos travados serão constantes e que é necessária uma disposição em enfrentá-los conjuntamente.

Inicialmente, ao investigar as motivações e os objetivos do Sementes, compreendeu-se que o grupo foi mobilizado para alcançar a autonomia financeira das mulheres envolvidas. Contudo, à medida que o convívio e a compreensão sobre o grupo se aprofundaram, percebeu-se que esse objetivo vai além do aspecto financeiro.

O grupo não só realiza vendas de camisas confeccionadas em sua sede, mas também participa e coorganiza atividades culturais no território, como as festas de Bumba Meu Boi, danças de quadrilha e a organização de dois grupos de dança: um composto pelas integrantes do Sementes, denominado “Meninas de Mangueiras”, e outro envolvendo jovens da comunidade.

A maioria das mulheres envolvidas no grupo possui experiências anteriores em atividades como pesca, extrativismo vegetal e caça. No entanto, essas práticas foram reduzidas devido à ocupação por fazendeiros, impactando diretamente as mulheres que dependiam dessas atividades.

No início de suas atividades, o Sementes buscou atuar junto a essas mulheres, em uma tentativa de geração de renda diante das dificuldades. Olhar para o grupo no sentido de entender sua busca por autonomia financeira nos levaria a algumas opções de análises e interpretações que também são importantes, mas não suficientes para explicar o grupo e sua mobilização diante do contexto político, geográfico e social na qual está o território. Apesar do histórico do grupo ser apresentado na próxima seção, apresentamos de antemão as transformações mobilizadas diante de seu contexto de vivência.

O “olhar para o território” foi uma frase que constantemente ouvi em campo. Esse “olhar”, expressado tanto em Vila União/Campinas quanto em Mangueiras, é o entendimento dos atravessamentos históricos que implicam e mudam a vida das pessoas dentro das comunidades. A criação do Sementes é fruto desse “olhar” para compreender suas demandas e transformações.

Hoje o Sementes ultrapassa o objetivo de alcançar as demandas financeiras. Podemos observar o grupo e tentar enxergar os canais de comercialização estabelecidos ou as estratégias comerciais criadas. Porém, olhar por essa perspectiva não será suficiente. A exemplo disso é o que uma integrante do grupo descreve. Sua motivação para se juntar ao Sementes surgiu da necessidade psicológica de se engajar em atividades durante a pandemia de Covid-19. Ela relata:

> Então quando eu me aposentei, aí deu tudo certo, foi no tempo da pandemia. Aí eu ficava pensando, “minha nossa senhora, será se essa pandemia vai me alcançar?” Haja pensar besteira, besteira, besteira… Aí eu digo, não, vou procurar algo pra mim fazer pra tirar essa má intenção da minha cabeça, foi isso que me trouxe pra cá. A Casa das Sementes não é só por causa do financeiro. Aqui na Casa das Sementes levanta a autoestima da gente, a gente tá com um problema, quando a gente chega aqui o problema vai embora, porque a gente começa a trocar as ideias, trocar as ideias pra falar disso, pra falar daquilo. O problema resolve quando a gente chega na casa da gente, a gente chega nem se lembrando mais do

> que tava acontecendo. Então, a Casa das Sementes foi algo muito importante, minha vida se transformou muito mais, tive a oportunidade de aprender, participar das coisas (Pesquisa de campo, 2024).

Dona Delmair e sua relação com o espaço do grupo permite uma análise profunda à luz de teorias que discutem o neocolonialismo e suas imposições epistemológicas. Boaventura de Sousa Santos (2010), por exemplo, critica a monocultura do pensamento promovida pelo colonialismo, que reduz a pluralidade de formas de conhecimento a uma única visão dominante. Essa lógica, combinada com o conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano (2000), revela como as ideologias neocoloniais constroem o território apenas como espaço de exploração material, ignorando suas dimensões simbólicas, culturais e afetivas.

No trecho, Dona Delmair subverte essa lógica ao atribuir ao espaço do grupo um significado que transcende o material. Ao comparar o espaço à sua própria casa e utilizar a metáfora das sementes germinando, ela reivindica uma visão plural e relacional do território. Essa metáfora sugere crescimento coletivo, aprendizado e transformação, aspectos que se opõem à ideia colonial de “monocultura” – tanto no sentido agrícola quanto no epistemológico. Essa monocultura, como alerta Boaventura, exclui outras formas de saberes e modos de relação com o mundo.

A perspectiva de Dona Delmair também dialoga com Henri Lefebvre (1991), que entende o espaço como produto social, moldado pelas interações e vivências humanas. Ao ver o espaço do grupo como casa e ao associar as sementes às pessoas que frequentam o local, ela transforma o espaço físico em um “espaço vivido” (Lefebvre, 1991), carregado de significado e memória coletiva. Essa ressignificação desafia as construções ideológicas neocoloniais que reduzem o território a uma mera ferramenta de produção e controle.

Além disso, a ideia de germinação representada pelas sementes reflete o fortalecimento de saberes locais e coletivos. O aprendizado promovido pelo grupo, que inclui debates sobre racismo, empoderamento feminino e autonomia financeira, não segue uma lógica hierárquica ou linear, mas se nutre das experiências compartilhadas e das relações comunitárias. Essa dinâmica reforça a crítica ao pensamento único imposto pelo colonialismo, ao mesmo tempo em que promove uma visão de território como lugar de resistência e criação.

6.

7. 6 HISTÓRIAS TECIDAS EM PARCERIAS: A JORNADA DOS MOVIMENTOS QUILOMBISTAS DE SALVATERRA

Para compreender a construção dos dois projetos quilombistas discutidos neste trabalho, é fundamental revisitar a trajetória histórica das pessoas que desempenharam papéis cruciais na idealização e mobilização desses movimentos. Portanto, neste capítulo, realizaremos essa reflexão histórica com o intuito de analisar o processo de formação dos movimentos quilombistas em questão, com ênfase nas principais alianças e parcerias estabelecidas ao longo do tempo.

Retomamos o processo de formação acadêmica de algumas integrantes do NARQ, especialmente as conexões de Dayanne Amador e Luciane Barbosa com a Universidade Federal do Pará (UFPA). Em 2019, a UFPA instituiu o curso de graduação em Etnodesenvolvimento, com bacharelado e licenciatura voltados ao desenvolvimento étnico-cultural, inicialmente oferecido no campus da UFPA em Altamira.

Esse curso configura-se como uma política afirmativa destinada à inclusão de discentes de Povos e Comunidades Tradicionais, estruturado com base na Pedagogia da Alternância, que combina períodos de “tempo casa” e “tempo escola”, possibilitando que os estudantes alternem sua presença entre o ambiente acadêmico e o seu território de origem.

Em 2016, o curso de Etnodesenvolvimento foi ofertado no campus de Soure, com cerca de 30 estudantes ingressantes, dos quais mais da metade eram quilombolas de Salvaterra. Durante a formação, foram organizados grupos de trabalho para desenvolver ações nos respectivos territórios dos graduandos, estruturados com base na proximidade geográfica entre os estudantes, promovendo uma prática integrada à realidade local.

Na comunidade de Vila União/Campinas, o NARQ emergiu como resultado dessa formação coletiva, impulsionada pela mobilização e atividades acadêmicas do Etnodesenvolvimento, que tiveram papel central na mobilização e organização das atividades comunitárias. O conteúdo discutido na universidade, especialmente no âmbito das disciplinas e debates acadêmicos, inspirou e fundamentou ações no “tempo casa”, ou seja, nas atividades realizadas em seus territórios de origem.

Ao longo do tempo, o NARQ ampliou suas atividades, com a participação dinâmica de membros, e manteve uma relação próxima com a UFPA. Os vínculos

foram fortalecidos através de projetos de pesquisa e extensão liderados por docentes do curso de Etnodesenvolvimento, que, por sua vez, inseriram o Núcleo em suas próprias atividades acadêmicas. Essa rede de parcerias com a UFPA se expandiu gradualmente para incluir outros institutos e faculdades da universidade, em grande medida devido à inserção das jovens mulheres do NARQ nos espaços acadêmicos, onde atuaram como estudantes e pesquisadoras.

Nesse processo, destacam-se colaborações com o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), por meio do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Um exemplo dessa parceria é o projeto que investigou o funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Salvaterra, no qual uma integrante do NARQ, Luciane Lopes, atuou como mestranda, focando sua pesquisa na Educação Alimentar e Nutricional em seu próprio território, promovendo uma interface direta entre o conhecimento acadêmico e as demandas locais.

Além disso, estabeleceram-se parcerias com o Instituto de Ciências da Arte (ICA), em especial com a Faculdade de Artes Visuais, para a documentação visual dos moradores e o registro histórico de Vila União/Campinas. Nesse projeto, a UFPA atuou de forma direta na execução das atividades, assegurando que os registros produzidos refletissem a identidade local e a memória coletiva da comunidade.

Vale ressaltar que uma das primeiras parcerias entre a UFPA e o NARQ foi também através da professora Rosa Acevedo Marin, cujas pesquisas sobre a ocupação territorial e os conflitos socioterritoriais das comunidades quilombolas tornaram-se referência e contribuíram significativamente para fortalecer a compreensão e a resistência dessas comunidades em relação aos desafios históricos que enfrentam. Nessa parceria, a partir de 2021, foi realizada uma cartografia social do território, em uma coconstrução entre os pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e as integrantes do NARQ.

A partir de 2021, o NARQ ampliou suas parcerias e passou a receber apoio de outras organizações além da universidade. Entre elas, destacam-se organizações não governamentais que atuam na região do Marajó, como o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e o Fundo Casa Socioambiental. Esse apoio foi obtido principalmente por meio de editais, nos quais o NARQ inscreveu projetos com o objetivo de angariar recursos financeiros necessários para a continuidade e fortalecimento de suas atividades no território. No capítulo seguinte, trataremos de

maneira mais detalhada sobre os desdobramentos desse apoio. Na tabela 4, apresentamos um quadro-síntese da relação estabelecida entre essas instituições e o movimento, elaborado a partir das entrevistas realizadas.

Tabela 4 – Apresentação da relação de principais parceiros e apoiadores do NARQ.

APOIADOR	**TIPO DE RELAÇÃO**	**APOIO RECEBIDO**	**CONTEXTO HISTÓRICO**
UFPA (Faculdade de Etnodesenvolvimento, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares e Instituto de Ciências da Arte)	Sem vínculo formalizado	Coconstrução de pesquisas e trabalhos acadêmicos realizados no território	Apoio na idealização do movimento enquanto organismo institucionalizado (2018)
Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)	Apoio financeiro pontual	Apoio financeiro pontual para aquisição de materiais visuais	Em 2021 o NARQ apoiava a consolidação de uma atividade de comercialização de produtos de agricultores do território
Fundo Casa Socioambiental	Apoio na contemplação de projeto selecionado em edital	Apoio financeiro pontual para a construção de um espaço físico de comercialização para agricultoras do território	Em 2024 o NARQ apoiou o grupo de agricultoras do território na busca por financiamento para construção de um espaço físico de comercialização

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Essas relações ganham relevância quando analisadas sob a perspectiva do histórico de apagamento da agência política negra, como descrito por Gomes e Bringel (2016), que aborda o processo de interferência e a falta de autonomia institucional imposta aos movimentos quilombolas organizados. A formação de alianças e parcerias pelos movimentos quilombolas de Salvaterra, nesse sentido, revela-se uma prática concreta do projeto civilizatório quilombista. Assim, essas ações não só reafirmam a autonomia política dos quilombolas, mas também consolidam a chamada agência política do movimento quilombola de Salvaterra, que passa a ganhar espaço diante de debates emergentes e da construção de parcerias que possibilitam uma maior visibilidade para as principais pautas dos movimentos quilombistas.

Essas conexões e parcerias não só viabilizaram novos apoios institucionais e financeiros ao NARQ, mas também ampliaram a visibilidade e a voz das integrantes do Núcleo em espaços de representação política. Por meio dessas alianças, elas passaram a ser convidadas para participar de eventos onde podem compartilhar as experiências do NARQ e denunciar as violações sofridas por seus territórios. Assim, essas parcerias configuram-se como espaços de resistência e denúncia, fortalecendo a presença quilombola na esfera pública.

A análise de Scherer-Warren (1993) oferece uma importante perspectiva para compreender o papel dessas relações, ao apontar que elas constituem um campo estratégico para a implementação de práticas políticas, conectando as mobilizações locais com um universo social mais amplo. Nessa mesma linha, Lages, Cardoso e Schmitz (2019), ao estudarem as redes de movimentos sociais quilombolas em Salvaterra, ressaltam que alianças locais e parcerias entre comunidades quilombolas estendem-se para além de uma escala local, promovendo o fortalecimento das ações nos territórios com agentes externos e propiciando também a visibilidade das demandas locais por outros setores e segmentos da sociedade.

A constituição dessas redes, portanto, potencializa a articulação quilombista ao abrir novos espaços para que esses movimentos realizem suas reivindicações, reafirmando seu projeto civilizatório e ampliando a resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento imposto aos seus territórios.

Nascimento (2002) descreve a ocupação desses espaços públicos/políticos como uma estratégia fundamental para consolidar os ideais quilombistas. No caso

do NARQ, mesmo que as universidades, principais parceiras do Núcleo, tenham um histórico marcado pela exclusão racial e só tenham começado a receber estudantes negros em maior número há cerca de duas décadas, essa ocupação reivindicatória demonstra e reafirma a urgência de ampliar a presença negra nos espaços acadêmicos. Essa necessidade de ocupação também é constantemente reafirmada pelas integrantes do Núcleo, que demonstram a necessidade iminente de ocuparem os espaços e elas mesmas poderem falar de si e de seus territórios com propriedade.

Esse movimento de ocupação e parceria é fortalecido pela análise de Scherer-Warren (2008), que observa nessas redes de colaboração um meio de dar visibilidade ao movimento quilombola, impactando a esfera pública e promovendo o acesso à cidadania. Assim, as parcerias do NARQ se configuram não apenas como um apoio institucional, mas como um instrumento de luta e afirmação política, em que a presença quilombola nesses espaços contribui para a consolidação de ideários quilombistas.

Outra parceria significativa consolidada pelo NARQ é com a Malungu, uma organização central para o fortalecimento das mobilizações quilombistas nos territórios, como já mencionado. Desde o início, a MALUNGU, como representação estadual das comunidades quilombolas, tem apoiado as comunidades no processo de reivindicação pela titulação de seus territórios e, ainda hoje, participa ativamente desse movimento. Ela desempenha um papel fundamental ao promover ações de cobrança institucional junto ao INCRA, ITERPA e até mesmo ao Ministério Público do Pará, com o objetivo de regularizar os territórios quilombolas no município de Salvaterra.

A ampla atuação da MALUNGU se dá também por meio de representantes das mobilizações quilombistas locais, como Luciane Lopes, integrante do NARQ e representante institucional da MALUNGU no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Esse engajamento demonstra a interconexão entre as diferentes frentes de luta, fortalecendo as demandas quilombolas tanto nos territórios quanto nas instituições.

Essas articulações e parcerias refletem o próprio histórico de luta pela titulação de terras quilombolas. Tanto o NARQ quanto a MALUNGU compreendem que a regularização dos territórios é um passo essencial para a garantia de outros direitos básicos, como acesso à educação e saúde. As parcerias, portanto, têm

como objetivo alcançar essa regularização, direta ou indiretamente, consolidando um movimento de resistência e reivindicação que visa assegurar a dignidade e o reconhecimento das comunidades quilombolas no município de Salvaterra.

Assim como feito anteriormente, aqui retornamos à história para compreender o processo de construção do Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo. Para abordar a consolidação desse movimento quilombista, partimos da história de vida de Noemi Barbosa, idealizadora e uma das principais lideranças do Sementes. Pode-se questionar a escolha de introduzir a trajetória do movimento a partir de uma história de vida individual; entretanto, essa opção não visa reduzir o movimento quilombista das Mulheres Sementes do Quilombo a uma figura específica. Pelo contrário, trata-se de uma análise que reconhece o quilombismo como um processo que se fortalece a partir de histórias individuais que constroem uma luta coletiva. A coletividade do movimento quilombista emerge das experiências pessoais de seus integrantes, pois a escolha pelo coletivo é também uma expressão dessas vivências.

Para Nascimento (2002), compreender os desafios e dificuldades individuais de forma comunitária é o que fundamenta e legitima a existência e a força desse movimento. Além disso, é pertinente reconhecer que dentro dos movimentos quilombistas existem líderes que são importantes para traçar estratégias que visem transformar “os objetivos mais distantes da transformação radical das estruturas socioeconômicas e culturais da sociedade.” (Nascimento, 1980, p. 270).

Noemi, mulher negra de 57 anos, nascida e criada em Mangueiras, mãe de quatro filhos, avó de cinco netos e viúva, é aposentada como auxiliar de enfermagem pela prefeitura de Salvaterra. Em um período de sua vida, teve de morar fora da comunidade pela necessidade de trabalhar, quando se deslocou até a capital Belém. Entretanto, sempre lamentou ter de deixar seu território.

Ao retornar a Salvaterra, decidiu fazer o curso de auxiliar de enfermagem no centro da cidade, o que lhe permitiu voltar à comunidade. Após se formar, passou a atuar no posto de saúde em Mangueiras. Com o falecimento da antiga auxiliar, Noemi assumiu a função, que simbolicamente lhe foi passada como uma herança. Ela chamava a antiga auxiliar de “mãe” em sinal de respeito, pois foi essa profissional quem auxiliou em seu nascimento, assim como no de muitos outros moradores. Noemi explica que esse era o tratamento dado às parteiras por aqueles que vinham ao mundo por suas mãos.

Os trabalhos no posto de saúde de Mangueiras não se restringiam apenas às funções cabíveis a uma auxiliar de enfermagem. Algumas interlocutoras, incluindo Noemi, contam que as atividades eram variadas, desde ser as responsáveis pelos partos, realizar suturas nos pacientes e prescrever medicação. No período em que esteve como auxiliar no posto de saúde, essas foram algumas das atividades realizadas.

Noemi, de alguma forma, sempre teve consciência da importância da educação na vida das pessoas, e isso se refletiu na vida dos filhos, incentivados e apoiados a estudarem. Diferente do atual momento em que os movimentos quilombistas vivem, no passado, o processo de formação da juventude era mais limitado, levando em consideração o próprio acesso às escolas e a constituição da organização das comunidades quilombolas ainda em sua primeira fase, enquanto movimento institucionalizado.

Mesmo quando ficou viúva, enfrentando dificuldades para construir estratégias que possibilitassem suas filhas estudarem, Noemi desenvolvia atividades agropecuárias, criando búfalos e os abatendo para apoiar no sustento da casa. Essa foi uma das diversas atividades financeiras exercidas.

Movida por seu interesse pela leitura e pela consciência da importância da educação, Noemi passou a desenvolver uma percepção social e política mais ampla sobre a realidade em que vivia – como integrante de um quilombo e de uma família negra. Esse processo de conscientização foi fundamental tanto para a educação de seus filhos quanto para o início de mobilizações políticas dentro e fora do território.

Foi conselheira da MALUNGU, coordenadora da associação de moradores de Mangueiras, liderança na igreja católica da comunidade e candidata a vereadora em Salvaterra nas eleições municipais de 2020, ficando como suplente. Atualmente desempenha um papel essencial de apoio aos movimentos quilombolas organizados pelas juventudes que existem dentro dos territórios, especialmente da juventude Abayomi, na qual é uma das principais apoiadoras e orientadoras.

A trajetória de Noemi se reflete nas alianças e parcerias construídas entre o Sementes do Quilombo e outras organizações. Reconhecida como uma referência no movimento quilombola, ela é amplamente conhecida em Mangueiras. Ao longo de sua vida, além de fortalecer a luta política, também estabeleceu uma relação próxima com a universidade, especialmente no campo da pesquisa.

Atualmente, sua casa acolhe diversos pesquisadores interessados na comunidade, incluindo a mim durante minhas estadias em Mangueiras. A própria Noemi reconhece a importância dos trabalhos de pesquisa como aliados na luta pela demarcação e titulação dos quilombos de Salvaterra.

A idealização do Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo emerge como parte de um processo de conscientização racial e política. Noemi Barbosa, idealizadora do projeto e uma das suas principais lideranças, é uma mulher viúva que assumiu sozinha a educação e o sustento dos filhos. Ela conhece bem as dificuldades enfrentadas pelas mulheres da comunidade, especialmente aquelas que dependem financeiramente dos homens. A ideia inicial do grupo era ser uma alternativa para geração de renda às mulheres do território. Com o tempo, no entanto, o projeto expandiu suas atividades, como veremos mais adiante.

A criação do grupo foi influenciada pelo movimento feminista e pelo movimento negro nas comunidades quilombolas de Salvaterra, especialmente na busca pelo empoderamento e reconhecimento das mulheres quilombolas e de seus trabalhos. Outro fator relevante foram as experiências frustradas de projetos implantados na comunidade por agentes externos, como organizações não governamentais ou iniciativas em parceria com movimentos quilombolas locais.

As interlocutoras relataram que a comunidade recebia com frequência oficinas, cursos e outras atividades que visavam geração de renda, como artesanato. No entanto, após a conclusão dessas formações, o conhecimento adquirido raramente era aplicado. Assim, a criação do projeto Mulheres Sementes do Quilombo foi motivada tanto pelas oportunidades de formação oferecidas, quanto pelo insucesso de projetos implementados por agentes externos, que não compreendiam as especificidades da comunidade.

O êxito do projeto é atribuído, segundo as interlocutoras, à proximidade e à mobilização de pessoas do próprio território. Com o grupo consolidado, houve uma mudança nas atividades desenvolvidas. Devido à baixa rentabilidade das biojoias, as mulheres passaram a confeccionar camisas e acessórios de cabelo, como turbantes, diversificando o trabalho e explorando novas alternativas para a sustentabilidade do grupo.

Ao longo da trajetória histórica do Sementes do Quilombo, foram estabelecidas diversas parcerias e alianças, tanto no início do projeto quanto em fases mais recentes. Essas alianças desempenham um papel fundamental na

viabilização de atividades e no fortalecimento das iniciativas do grupo. Na tabela a seguir, apresentamos os principais parceiros, seus respectivos tipos de apoio e os períodos históricos em que essas parcerias ocorreram, conforme descrito pelas interlocutoras nas entrevistas realizadas em campo.

Tabela 5 – Apresentação da relação de principais parceiros e apoiadores do Sementes do Quilombo.

APOIADOR	**TIPO DE RELAÇÃO**	**APOIO RECEBIDO**	**CONTEXTO HISTÓRICO**
Prefeitura de Salvaterra	Sem vínculo formalizado	Apoio financeiro pontual para a construção da casa de sementes (espaço físico do grupo).	Em 2020, a prefeitura ofereceu uma doação financeira para a construção do espaço.
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR	Apoio recorrente	Cursos e oficinas (ex.: corte e costura, confecção de biojoias)	O SENAR atuava na comunidade antes da formalização do grupo. Desde 2019, passou a atender demandas diretas do grupo.
Fundação Curro Velho	Sem vínculo formalizado	Apoio pontual com a oferta do curso de confecção de bolsas.	Curso oferecido no início das atividades do grupo, em 2019.
MALUNGU	Sem vínculo formalizado	Apoio financeiro pontual para a aquisição de máquinas de costura.	Em 2021, através da coordenação de mulheres da MALUNGU, o grupo recebeu recursos para a compra de equipamentos de costura.

Pessoas físicas	Apoio recorrente	Apoio financeiro pontual e indicação para participação em eventos de comercialização.	Desde o início do grupo, pesquisadores, fotógrafos, estudantes e lideranças de movimentos sociais indicam o grupo para feiras e eventos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

As parcerias estabelecidas pelo grupo Sementes do Quilombo foram influenciadas pela visibilidade que o coletivo já possuía em Salvaterra, o que permitiu a reivindicação de apoio junto a diferentes atores institucionais. Nesse contexto, a prefeitura atendeu a uma demanda do grupo por meio da atuação de uma de suas secretarias. Além disso, a comunidade de Mangueiras possui um reconhecimento significativo no município, seja por sua extensão territorial, por sua antiguidade como uma das primeiras comunidades da região ou pelo número expressivo de moradores. Não se pode desconsiderar, portanto, que o apoio recebido também possa estar relacionado a estratégias político-eleitorais do poder público municipal, especialmente em um momento de crescente visibilidade das pautas dos povos e comunidades tradicionais.

Segundo as interlocutoras, os principais parceiros e apoiadores do Sementes, atualmente, são pessoas físicas. Esse apoio se dá por meio do contato direto com as integrantes do grupo que são procuradas pera receber algum tipo de apoio, seja ao acolher pesquisadores e profissionais em suas casas para o desenvolvimento de estudos no território, seja por meio de conexões institucionais estabelecidas em espaços de mobilização e reivindicação pela titulação – que também favorecem a troca de contatos e o fortalecimento de vínculos.

1. 6.1 MOBILIZAÇÃO PARA O RECONHECIMENTO: A CONSTRUÇÃO DO PROTAGONISMO QUILOMBOLA NO CENÁRIO SOCIOAMBIENTAL E O FUTURO PARA NOVAS PARCERIAS

Bargas e Cardoso (2015) relatam que, até meados de 2005, as comunidades quilombolas de Salvaterra contavam com apoio limitado de organizações externas. Uma das primeiras a oferecer suporte foi a Universidade Federal do Pará (UFPA), que conduziu pesquisas nos territórios quilombolas no momento em que muitas dessas comunidades ainda não se auto definiam como quilombolas.

Os autores destacam que a organização política dessas comunidades é orientada pela busca de direitos socioespaciais. Nesse contexto, as interações entre pesquisadores e quilombolas impulsionaram a mobilização em torno do reconhecimento identitário e da autodefinição.

As pesquisas e as relações promovidas contribuíram significativamente para o fortalecimento desse processo. Com a chegada do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, em 2005, houve uma intensificação nas mobilizações para demarcação territorial e na construção do autoconhecimento das comunidades, o que incentivou muitas delas a se reconhecerem como quilombolas.

As pesquisas realizadas pelo projeto serviram como um importante incentivo para que as comunidades se apropriassem de seu passado histórico de vínculo racial, possibilitando que solicitassem o reconhecimento como comunidades quilombolas junto à Fundação Cultural Palmares. Essa formalização é fundamental para que possam prosseguir com o pedido de titulação definitiva dos territórios, o qual ainda aguardam até os dias de hoje.

Com o passar dos anos, o cenário brasileiro de enfrentamento às mudanças climáticas, somado ao reconhecimento da contribuição dos Povos e Comunidades Tradicionais para a biodiversidade, trouxe visibilidade aos povos quilombolas e ampliou o interesse de instituições públicas, privadas e do terceiro setor nos debates que envolvem essas comunidades.

Alfredo Wagner Berno de Almeida (2004), em sua análise sobre as terras tradicionalmente ocupadas e os movimentos sociais, destaca que a visibilidade adquirida pelas pautas dos povos e comunidades tradicionais está intrinsecamente ligada a um processo histórico de organização política. Esse processo envolve o posicionamento estratégico das organizações na reivindicação de direitos e na construção de uma mobilização coletiva que incorpora fatores étnicos, critérios ecológicos, de gênero, entre outros.

Assim, essa visibilidade recente não é um fenômeno acidental ou voluntário por parte da sociedade ou do Estado, mas sim um resultado direto dessa

organização e das reivindicações articuladas por essas comunidades. Portanto, essa visibilidade não surgiu à toa e muito menos é voluntária por parte da sociedade ou do Estado; é um resultado direto dessa organização e reivindicação.

No Marajó, o movimento de visibilidade se materializa com a chegada de organizações não governamentais (ONGs) aos territórios quilombolas, como por exemplo o Observatório do Marajó e Instituto Conexões Sustentáveis que oferecem apoio às atividades locais e promovem o reconhecimento dos saberes e práticas de manejo dos recursos naturais. Essa dinâmica é ilustrada pelo crescente interesse de emissoras de televisão em retratar a vida nas comunidades quilombolas, bem como pela atuação de organizações do terceiro setor nesses territórios. Um exemplo emblemático desse processo é o Observatório do Marajó, uma organização criada especificamente para monitorar os impactos socioambientais que afetam essas comunidades, contribuindo assim para a visibilidade e a valorização de suas práticas e saberes.

Essas transformações refletem o surgimento de novas possibilidades de apoio aos movimentos quilombistas e indicam que a visibilidade conquistada é fruto da insurgência histórica dessas comunidades no cenário político. Como enfatiza Nascimento (2002), é crucial que as alianças formadas por movimentos quilombolas sigam uma estratégia bem definida.

Segundo ele, essas parcerias devem ampliar as frentes de luta para alcançar objetivos táticos de longo prazo, evitando que pessoas externas, especialmente não-quilombolas, assumam posições de influência que possam obstruir as decisões teóricas e práticas dos movimentos.

Esse cuidado é evidenciado nas relações que estabeleci com os movimentos durante minha pesquisa. Minha aproximação com o Núcleo de Ação e Resistência Quilombola (NARQ) e o Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo foi gradual, pois há uma desconfiança válida sobre os interesses e intenções dos pesquisadores externos, especialmente em relação às perguntas e objetivos de pesquisa. Tal cuidado não é exclusivo dos grupos comunitários locais, mas também de instituições como a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), que adota uma postura vigilante em relação a possíveis interferências externas, alinhando-se ao pensamento de Nascimento (2002) sobre a preservação da autonomia decisória dentro das organizações quilombolas.

As alianças e parcerias estabelecidas por esses movimentos refletem o que Nascimento (1980) define como “interesses táticos”, que equilibram objetivos de transformação radical com demandas imediatas. Essa distinção entre objetivos de longo prazo e interesses táticos é evidente na trajetória histórica mais recente, onde o protagonismo das comunidades quilombolas emergiu como uma força central em debates nacionais e internacionais. Esse protagonismo se expande para temas diversos, incluindo mudanças climáticas, defesa de territórios tradicionais, luta feminista, combate ao racismo e a pauta emergente de demarcação de terras.

A emergência das vozes quilombolas e o fortalecimento de sua posição política estimularam o surgimento de novos parceiros, especialmente em relação aos temas socioambientais. ONGs, organizações da sociedade civil e alguns movimentos sociais, como o CEDENPA, Cáritas, Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de instituições públicas como a própria UFPA passaram a reconhecer a importância das comunidades quilombolas como agentes na preservação ambiental e no combate às mudanças climáticas, estabelecendo parcerias que, apesar de recentes, refletem uma valorização crescente dos conhecimentos tradicionais e da autonomia territorial quilombola.

Esse processo de insurgência quilombola, portanto, não apenas fortalece as comunidades, mas também projeta suas demandas para o centro de discussões fundamentais sobre sustentabilidade e direitos socioespaciais, consolidando seu papel como líderes na luta por justiça climática e social em diferentes cenários nacionais e internacionais.

8. 7 QUILOMBISMO EM AÇÃO: PRÁTICAS CULTURAIS E ECONÔMICAS NO FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO

Decidi iniciar este capítulo explorando o que entendo como a materialização dos movimentos quilombistas. Ao longo da obra *O Quilombismo*, Abdias do Nascimento faz apontamentos sobre as diversas frentes em que a população negra, especialmente os movimentos quilombistas, devem incidir de maneira mais assertiva. Nascimento enfatiza a necessidade de organização, o cuidado na inclusão de pessoas na organização quilombista, a importância da arte, entre outros aspectos.

No final da obra, na seção “ABC do Quilombismo”, ele descreve, com especial relevância para nossa pesquisa, os princípios e práticas fundamentais que sustentam a materialização dos movimentos quilombistas. Nessa seção, Abdias discute as práticas de atuação do movimento quilombista, entendidas como ações concretas que realizam e efetivam o quilombismo em sua dimensão prática.

Embora o quilombismo seja também uma perspectiva teórica e filosófica, o autor argumenta que seus princípios devem ser traduzidos em ações e transformações efetivas. É a partir dessa compreensão, de que o quilombismo propõe mudanças concretas para responder a questões históricas e contemporâneas, que fundamentamos nossa análise das proposições de soluções surgidas nos movimentos quilombistas de Salvaterra.

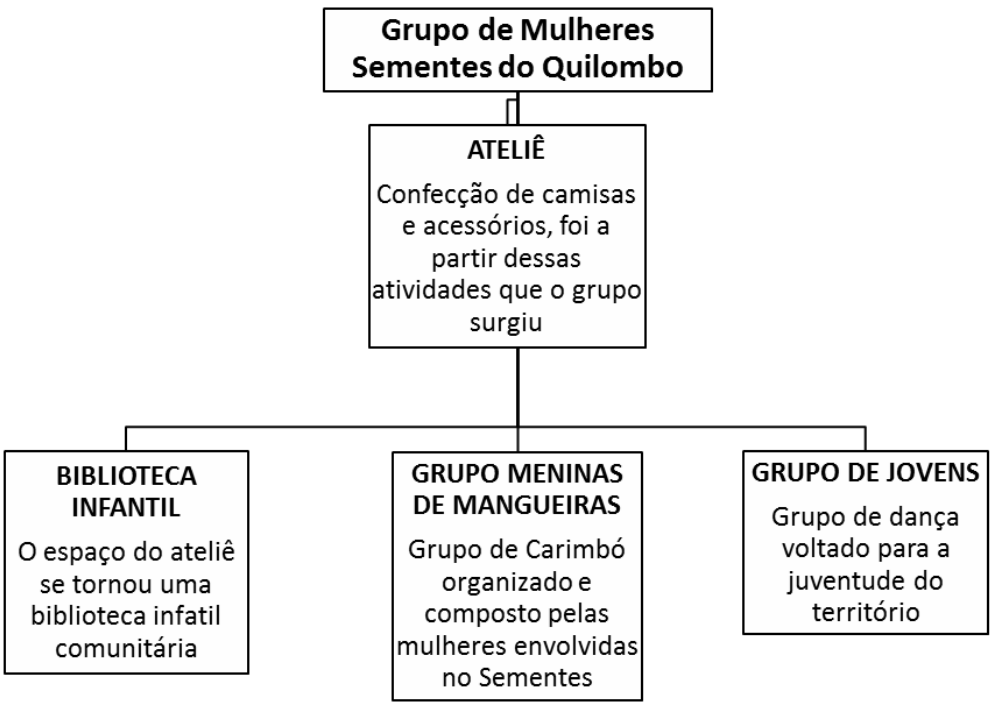
Essas ações realizadas nos territórios representam a materialização do movimento, não como entidades separadas de teoria e prática, mas como elementos interdependentes que caminham lado a lado. E é através dessas ações que os movimentos quilombistas aqui tratados ganharam visibilidade e também são reconhecidos por suas atuações dentro e fora de seus respectivos territórios.

As mobilizações dos movimentos quilombistas aqui analisados abrangem expressões artísticas como dança, artesanato, trabalhos manuais e práticas educativas, que se manifestam e se fortalecem com o propósito de dar voz ao território, mas também no intuito de fortalecer a coletividade. Dessa forma, ao buscar identificar as materializações desses movimentos, apresentaremos as criações e mobilizações concretas, tal como são desenvolvidas e integradas aos respectivos territórios.

GRUPO DE MULHERES SEMENTES DO QUILOMBO

Conforme mencionado, o grupo teve origem em atividades manuais voltadas à confecção de biojoias, que evoluíram para a criação de um ateliê dedicado à produção de camisas, peças de vestuário e acessórios. Com a consolidação do grupo, novas iniciativas foram incorporadas, e outras três atividades complementares foram construídas. Conforme apresentado na figura abaixo:

Figura 18 – Organograma de mobilizações do Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Para iniciar nossa análise, destacamos as atividades do ateliê, enfatizando seu papel na estruturação e fortalecimento do grupo. As reuniões do grupo ocorrem na Casa de Sementes (Figura 19), espaço físico onde as integrantes se encontram para trabalhar e armazenar os materiais utilizados na produção das peças comercializadas. A criação do ateliê foi fundamental não apenas para a consolidação

do grupo, mas também para ampliar sua visibilidade, tanto no âmbito da comunidade quanto além dela.

A construção da Casa de Sementes representa um marco importante para essas mulheres, simbolizando os primeiros frutos de sua organização e do esforço coletivo em construir uma atividade compartilhada. Esse espaço, erguido por meio de uma colaboração comunitária, também possibilita o acolhimento de visitantes interessados em conhecer o território e acompanhar de perto as atividades desenvolvidas no ateliê, fortalecendo os laços comunitários e destacando o valor do trabalho coletivo que caracteriza o grupo.

Figura 19 – Foto da frente da Casa de Sementes.



Fonte: Acervo de campo (2024).

O grupo do ateliê se reúne para trabalhar conforme a demanda, seja para atender encomendas específicas ou para se preparar para eventos dos quais participarão. Nessas ocasiões, dedicam um dia inteiro ao trabalho coletivo, fortalecendo não apenas a produção, mas também os laços entre as integrantes. Durante essas jornadas, os diálogos são diversos, abordando temas como histórias pessoais, relatos sobre suas famílias, memórias e vivências no território, entre outros

aspectos que reforçam o sentido de pertencimento e de construção coletiva (Figura 20).



Fonte: Acervo de campo (2024).

A Casa de Sementes, situada no terreno de Noemi e construída ao lado de sua residência, reflete o caráter comunitário e a solidariedade que fundamentam o projeto, evidenciado pelo gesto de Noemi ao ceder o espaço para a construção do ateliê. Esse espaço, além de abrigar as atividades produtivas do grupo, simboliza o compromisso coletivo e uma aposta nas possibilidades de transformação social e econômica da comunidade.

Figura SEQ Figura * ARABIC 2
peças do at

O ateliê materializa a resistência frente às adversidades enfrentadas pela comunidade, especialmente as relacionadas às atividades econômicas tradicionais. As interlocutoras relatam uma significativa escassez de peixes, a principal atividade produtiva do território, e uma redução da coleta de mariscos, atividade historicamente desempenhada pelas mulheres.

Essa diminuição compromete a vida financeira dessas mulheres, levando-as a uma dependência econômica de seus maridos. Em resposta, o grupo do ateliê surge como uma alternativa de resistência, possibilitando a permanência dessas mulheres e de suas famílias em seu território ancestral.

No contexto dos estudos sobre coletividade, autores como Touraine (1989) e Gohn (2011) sublinham que movimentos sociais e comunitários se fortalecem por meio da mobilização de recursos simbólicos e materiais em busca de objetivos comuns, alicerçados na valorização de laços solidários e na construção de redes de

apoio mútuo. A doação do terreno e o esforço coletivo na construção da Casa de Sementes representam, portanto, a concretização de uma utopia compartilhada, onde o trabalho coletivo e a valorização do território convergem na busca por um futuro mais justo e autônomo.

Em consonância com Gohn (2011), que enxerga esses espaços como local de resistência e de construção comunitária, e Touraine (1989), que explora o papel dos movimentos sociais na redefinição de identidades e perspectivas de transformação social, essa iniciativa ultrapassa o plano material, encarnando uma "utopia prática". Embora nasça de necessidades concretas, essa utopia vislumbra um horizonte de emancipação e resiliência cultural.

Nesse sentido, as utopias deixam de ser meramente ideais distantes e se convertem em fundamentos para ações tangíveis que, segundo Gohn (2011), potencializam a capacidade das mulheres de enfrentar adversidades e resistir. A Casa de Sementes, assim, não se limita à sua função física, tornando-se também um espaço de reafirmação das identidades quilombolas, de promoção da autonomia e de uma visão coletiva voltada à transformação do território.

Ainda no espírito de construção coletiva e visando o impacto futuro, a Casa de Sementes ampliou sua função ao abrigar a biblioteca comunitária infantil Samaúma. Esse projeto, parte da iniciativa do Movimento de Contadoras e Contadores de Histórias da Amazônia[12], encontrou no grupo Sementes uma oportunidade de expansão, fortalecendo o alcance de suas bibliotecas comunitárias. Na Casa de Sementes, a biblioteca ocupa o andar inferior (Figura 21), enquanto o ateliê está localizado no andar superior, destacando a natureza multifuncional do espaço.

A iniciativa da biblioteca visa fortalecer os laços comunitários e proporcionar às crianças um ambiente de aprendizado e interação. Além das atividades de produção artesanal, as mulheres do grupo também apoiam as ações educativas, promovendo uma aproximação intergeracional. Algumas integrantes do grupo Sementes do Quilombo atuam como mediadoras de leitura, facilitando atividades de contação de histórias e criando um ambiente de aprendizado que reforça o papel da Casa de Sementes como um espaço de formação cultural e social da comunidade.

[12] Movimento de Contadores de História da Amazônia (Mocoham) é uma organização da sociedade civil que organiza a mobilização pela implantação de bibliotecas comunitárias e incentiva a leitura e a formação de contadores de histórias.



Fonte: Acervo de campo (2024).

As interlocutoras relatam que as crianças da comunidade enfrentam consideráveis dificuldades para acessar as escolas, devido tanto à distância, aproximadamente 24,7 km até o centro da cidade, quanto à complexidade logística, uma vez que o acesso ao território limita a mobilidade dos moradores e dificulta o deslocamento regular das crianças para as escolas.

Essas barreiras de acesso à educação foram um dos fatores que motivaram o grupo de mulheres a acolher a biblioteca comunitária em seu espaço, visando oferecer alternativas de aprendizado e interação para as crianças locais. Essa iniciativa é também impulsionada pela presença de muitas avós no grupo do ateliê, que se preocupam diretamente com o desenvolvimento e a educação de seus netos.

Outra atividade significativa promovida pelo grupo é o coletivo de dança Meninas de Mangueiras, formado por algumas das integrantes do ateliê. Estabelecido em 2019, logo após a criação do grupo voltado à confecção de biojoias, o Meninas de Mangueiras busca engajar as mulheres em atividades culturais que são uma parte central da identidade comunitária, como as festividades

juninas e outros eventos tradicionais do território. E o próprio ateliê confecciona as roupas das mulheres envolvidas no grupo de dança. Essa iniciativa, além de promover a participação ativa das mulheres nas celebrações culturais, fortalece o vínculo entre a cultura local e as novas gerações, consolidando o ateliê não apenas como um espaço de produção, mas como um núcleo de preservação cultural e fortalecimento comunitário.

Apesar das festas e celebrações não constituírem o foco direto desta pesquisa, minha participação em algumas dessas ocasiões permitiu observar o profundo envolvimento comunitário nessas atividades. Um exemplo relevante é a festa junina, organizada ao término do primeiro semestre letivo escolar, que mobiliza a comunidade como um todo, incluindo tanto aqueles com filhos em idade escolar, quanto outros membros sem vínculos diretos com a escola.

Nesse contexto, destaca-se a participação do grupo Meninas de Mangueiras, que se apresenta como parte das celebrações coletivas do território, oferecendo uma exibição de dança tradicional. Esse grupo também marca presença nos Jogos de Identidade Quilombola, realizados anualmente em novembro em comemoração ao Dia da Consciência Negra, onde já se tornou uma atração recorrente.

Para esses eventos, as Meninas de Mangueiras realizam ensaios antecipados e todas as integrantes do grupo Sementes do Quilombo possuem suas próprias saias, blusas e adereços florais, compondo a vestimenta tradicional das apresentações. O grupo, composto exclusivamente por mulheres adultas, é o único coletivo de dança da comunidade com essa configuração. Durante suas apresentações, elas frequentemente convidam os homens presentes para participar da dança, promovendo um envolvimento intergeracional e comunitário.

As festividades nos territórios quilombolas de Salvaterra são marcadas pela forte presença de manifestações culturais, especialmente a dança, onde a juventude assume um papel central. Nos Jogos de Identidade Quilombola, por exemplo, as noites de atividades incluem apresentações de grupos de dança, refletindo o comprometimento das comunidades com a valorização cultural. Em localidades como Mangueiras e Vila União/Campinas, diversos grupos de dança formados por jovens e crianças representam um compromisso contínuo com a preservação e fortalecimento das tradições e da cultura locais.

Para intensificar ainda mais o engajamento da juventude nas atividades culturais, o grupo Sementes do Quilombo tomou a iniciativa de formar um outro

grupo de dança, esse sendo composto apenas por jovens do território (Figura 22). Antes da pandemia, esse grupo, coordenado pelas mulheres do Sementes, apresentava-se em festividades escolares e nos Jogos Quilombolas, promovendo a integração e a valorização cultural entre as gerações. Com cerca de oito integrantes, o grupo realizava ensaios regulares e contava com coreografias elaboradas por uma das filhas de Noemi, que também coordena as coreografias do grupo Meninas de Mangueiras.



a * ARABIC 22 – Apresentação do
tidade Quilombola, na comunidade
do Arari/PA.

Fonte: Acervo de campo (2024).

Durante minhas visitas à comunidade de Mangueiras, não foi possível estabelecer um diálogo direto com o grupo de jovens, uma vez que muitos já haviam sido aprovados no vestibular da Universidade Federal do Pará (UFPA) e se encontravam fora do território para frequentar as aulas. Ainda que esse não seja o foco principal desta dissertação, é relevante destacar o expressivo ingresso de jovens oriundos das comunidades quilombolas de Salvaterra no ensino superior.

Esse fenômeno está inserido nas políticas de ações afirmativas da UFPA, que visam ampliar o acesso ao ensino superior para estudantes provenientes de povos e

comunidades tradicionais. A universidade implementa um processo seletivo que, anualmente, reserva duas vagas para indígenas e duas para quilombolas em cada curso de graduação presencial. Esse processo destina-se, em particular, a candidatos que ainda não haviam sido admitidos e que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, consistindo em uma prova de redação em Língua Portuguesa, entrevista e na comprovação do pertencimento étnico a comunidades indígenas ou quilombolas.

Atualmente, o grupo de dança está com suas atividades temporariamente interrompidas devido ao afastamento desses jovens para a continuidade de seus estudos no ensino superior.

NÚCLEO DE AÇÃO E RESISTÊNCIA QUILOMBOLA DE VILA UNIÃO/CAMPINAS

A partir de 2019, com o surgimento do Núcleo de Ação e Resistência Quilombola (NARQ), o grupo de jovens da comunidade passou a desenvolver uma série de atividades e projetos no território. Embora algumas dessas iniciativas não estejam mais em vigor, considero relevante apresentar o histórico dessas atividades para contextualizar as práticas atuais do grupo, contribuindo para uma compreensão mais profunda das dinâmicas e estratégias atuais.

A primeira iniciativa considerada efetiva do NARQ foi a organização de rodas de conversa voltadas ao conhecimento local sobre o uso e manejo de plantas medicinais, com a participação dos moradores da comunidade, ainda em 2019. Essa atividade culminou na realização de uma feira de Troca de Mudas e Conhecimentos sobre Plantas Medicinais, que promoveu o intercâmbio de experiências entre diferentes gerações e incentivou o diálogo entre saberes tradicionais e científicos.

As interlocutoras justificam a realização dessa atividade pela crescente redução dos espaços de cultivo, decorrente de problemas como a falta de titulação do território, a construção de uma rodovia e o aumento de comércios irregulares, além do avanço da compra e venda de propriedades no território. Estudos realizados sobre o uso de espécies medicinais e os quintais agroflorestais, como os de Da Costa e colaboradores (2024) e Vaz e Barros (2022), ressaltam a importância desses espaços tanto para a manutenção da saúde comunitária, quanto para a preservação de vínculos de parentesco e vizinhança, constituindo também espaços de fortalecimento de memórias e identidade.

O objetivo dessa atividade foi justamente revitalizar e fortalecer os espaços dedicados ao cultivo de espécies medicinais no território, promovendo uma experiência de intercâmbio cultural e ambiental. Essa iniciativa, além de envolver diretamente os moradores, contribuiu para tornar o NARQ mais conhecido dentro do território, especialmente entre aqueles que, até então, conheciam apenas a associação comunitária.

Em sequência a essas atividades, o grupo decidiu submeter um projeto a um edital de apoio financeiro do Fundo Casa Socioambiental. O projeto, intitulado “Conversando com Mãe Terra: Convidado solidário no quilombo Vila União/Campinas, Marajó, Brasil”, foi aprovado durante o período pandêmico, em 2020. Considerando o agravamento da insegurança alimentar, o projeto visava fomentar a produção de alimentos por meio da construção de hortas coletivas, do fortalecimento das roças e do resgate da prática do “convidado” – um sistema de troca de dias trabalhados, sem pagamento formal, apenas com a reciprocidade da mão de obra. Essa prática e a manutenção das roças vêm sofrendo redução no território, o que, segundo as interlocutoras, está relacionado à diminuição das áreas de cultivo em função da especulação imobiliária e da expansão comercial.

O projeto se configurou como uma estratégia de enfrentamento às dificuldades presentes no território. Souza (2021), em sua análise sobre o projeto Conversando com Mãe Terra, destaca que, além de fomentar um debate relevante acerca da capacidade produtiva da região, a iniciativa permitiu que as próprias participantes, majoritariamente mulheres, reconhecessem seu potencial para gerar renda a partir dos espaços produtivos. Ademais, as dinâmicas colaborativas estabelecidas nos mutirões previstos no projeto fortaleceram os laços sociais entre as mulheres da comunidade.

Além disso, a iniciativa impulsionou um engajamento mais intenso dessas mulheres no cuidado com as hortas e roçados, consolidando um processo contínuo de valorização do trabalho coletivo e da autonomia produtiva no território. Ressalta-se que esse projeto foi o ponto de partida para a criação da feira quilombola, organizada pelo Núcleo com a participação ativa das mulheres agricultoras, como será apresentado a seguir.

Outro projeto desenvolvido pelo NARQ foi realizado em parceria com a Faculdade de Etnodesenvolvimento, em 2021, intitulado “Estratégias de Proteção de Territórios Quilombolas: um piloto de pesquisa-ação para o Curso de Graduação em

Etnodesenvolvimento a partir da experiência na comunidade Remanescente de Quilombo de Vila União". Esse projeto contou com a participação de professores e estudantes do curso de Etnodesenvolvimento, oriundos do próprio território, e teve como objetivo a realização de rodas de conversa e oficinas temáticas abordando, entre outros temas, os impactos e transformações vividos pelos moradores com a construção da rodovia na região e o fortalecimento de atividades agrícolas no território.

Atualmente, o Núcleo segue promovendo novas mobilizações e iniciativas no território, detalhadas no organograma abaixo (Figura 23), as quais reforçam o compromisso do NARQ com a defesa e a valorização do território quilombola e de sua comunidade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

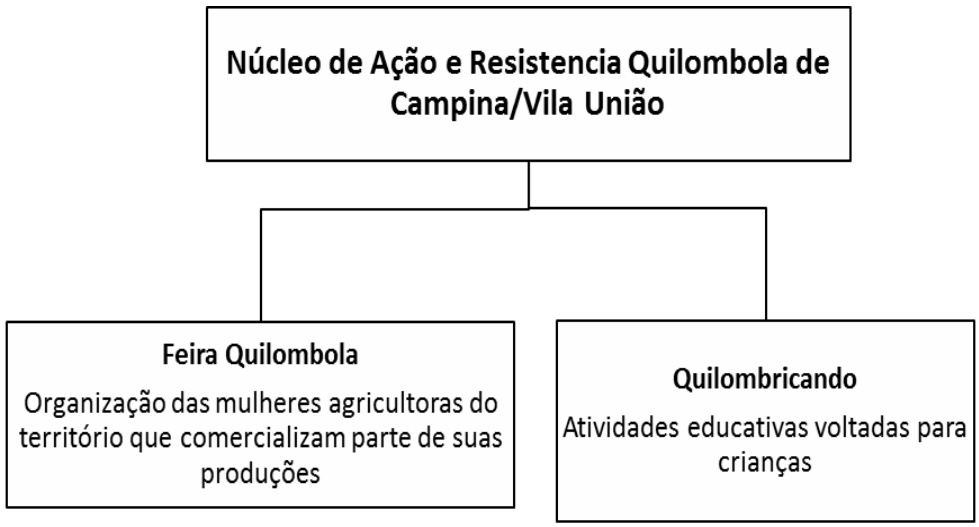


Figura SEQ Figura * ARABIC 23 – Organograma de

Atualmente, as duas principais mobilizações desenvolvidas pelo Núcleo de Ação e Resistência Quilombola (NARQ) são a incentivo à organização produtiva dos agricultores locais. A primeira dessas iniciativas é o resultado direto das rodas de conversa realizadas entre 2019 e 2021, nas quais o Núcleo fomentou a mobilização dos agricultores do território. Durante essas conversas, o Núcleo incentivou e orientou os agricultores a organizarem suas produções, uma vez que foi identificado que muitos deles possuíam uma capacidade produtiva superior às necessidades de consumo familiar, o que possibilitava a comercialização do excedente.

Além disso, o Núcleo realizou um trabalho de mapeamento das produções agrícolas no território, a partir de reuniões, rodas de conversas, sendo todos os moradores da comunidade convidados a participar, o que permitiu identificar as potencialidades produtivas locais e facilitar o processo de organização para a comercialização dos produtos. Esse mapeamento foi essencial para entender as demandas e capacidades de produção, visando à criação de uma rede de comércio local que valoriza os produtos originários do quilombo e fortalece a economia comunitária.

> Mas antes da gente iniciar de fato a feira, a gente fez tipo uma formação com eles, né. Uma oficina para, como é que a gente fala? Tipo um mapeamento, né do que se tem na comunidade. O que se produz nos quintais, o que se coleta na mata, o que se tira da roça, o que tira da praia. Aí eles foram elegendo, né. Aí, dentro disso a gente foi conversando com eles sobre o que que poderia vender e o que não poderia vender. E aí dentro do que a gente levantou, teve uma gama imensa de produtos que poderia ser comercializado. Que nem elas, no caso percebiam que era um potencial. Porque a fala era tipo assim: “ah, mas não tem nada para vender”. Aí começou. “Tá, mas o que vocês têm pra vender lá?” “Ah tem isso, tem isso, tem aquilo.” “Tu tem limão? Tu tem coco? Tu tem mamão?” “Tem mamão, tem não sei o quê...”, foi surgindo. Aí a gente “é, mas olha o tamanho da lista que tem aí.” “Ah, é né, é verdade, tem um monte de coisa mesmo aí”. Acho que teve isso. Não foi tipo “Ah vamos ver o que vocês têm pra vender”. Foi justamente isso que elas começaram a provocar (Entrevista de campo, 2023).

As interlocutoras do NARQ enfatizam a relevância das rodas de conversa não apenas como momentos de troca de saberes, mas também como espaços fundamentais para o fortalecimento do senso de pertencimento e autoestima dos agricultores locais. Esses diálogos foram essenciais para que os próprios agricultores se sentissem empoderados e valorizados pelo trabalho que realizam, promovendo um reconhecimento das suas práticas agrícolas como um elemento fundamental para a identidade e resistência da comunidade.

A culminância dessas rodas de conversa e do projeto Conversando com Mãe Terra foi a organização da Feira Quilombola, um evento que se tornou um marco importante no território. A decisão de nomear o espaço da feira como “quilombola” foi uma escolha dos próprios agricultores que estavam envolvidos nas atividades de rodas de conversa, que, ao fazerem essa demarcação, reafirmaram a identidade de Vila União/Campinas como uma comunidade quilombola (Figura 24).

Essa escolha teve um significado ainda mais relevante, considerando o contexto de transformação territorial ocasionado pela construção da rodovia PA-154 e as consequentes mudanças no perfil do território, que geraram dúvidas entre os moradores e visitantes sobre a identidade quilombola da região. Muitos, ao observarem a presença de comércios e estradas, questionavam a manutenção da identidade quilombola do local. A Feira Quilombola, portanto, se tornou um espaço de afirmação cultural e territorial, reforçando o vínculo da comunidade com suas origens e seus direitos enquanto quilombolas.

> E elas falaram que lá é a feira segura mais aqui é a feira quilombola e feira quilombola aqui em Salvaterra só tem a nossa. De lá pra cá elas amadureceram não só nessa questão do que trazer pra feira, quantidade e etc., mas também nesse sentido da importância de manter a diferenciação dessa feira para as outras feiras, do que é a feira quilombola e a possibilidade que ela traz (Entrevista de campo, 2024)

O processo de demarcação da diferença entre ser e estar em um território quilombola está intrinsecamente relacionado à concepção de pertencimento étnico. O'Dwyer (2007) aborda essa questão como um espaço de reivindicação política, no qual a demarcação não se limita a uma diferenciação nos modos de vida, mas também abre um campo para a busca pública de reconhecimento. A autora argumenta que essa reafirmação identitária vai além de uma origem comum, pois orienta as ações coletivas em direção a “destinos compartilhados” (p. 36). Nesse sentido, o grupo não apenas partilha um passado comum, mas se organiza em torno de um projeto coletivo que visa o fortalecimento da identidade e a construção de um futuro comum.

No contexto da Feira Quilombola, observou-se um processo de transformação, no qual os homens inicialmente envolvidos nas atividades acabaram se afastando, restando, em grande parte, as mulheres agricultoras. Anteriormente, certos produtos, como a farinha, eram predominantemente produzidos por homens, sendo que um único homem da comunidade era responsável pela produção desse item específico. Com o afastamento desse produtor, as mulheres assumiram a responsabilidade pela produção da farinha, essencial para a comercialização na feira. Um relato ilustra esse processo:

> Isso ajudou também porque elas começaram a fazer. Porque ninguém fazia, não “tava” mais fazendo, aí acabava dependendo da dele. Aí, antes disso, a Dani teve que ir lá com ele pedir pra ele vender pra ela, porque as pessoas procuravam muito a farinha (Entrevista de campo, 2023).

Embora todas as participantes da feira possuam o conhecimento necessário para a produção de farinha, essa tarefa estava historicamente associada aos homens mais velhos da comunidade, em razão de outras responsabilidades domésticas e de trabalho. O aumento da demanda por farinha, aliado à oportunidade de geração de renda, impulsionou as mulheres a retomar a produção nos seus próprios quintais, demonstrando uma adaptação e uma resposta à nova realidade econômica gerada pela feira.



Fonte: Acervo de campo (2024).

Figura SEQ Figura * AR
Qu

A feira, que teve sua primeira edição em dezembro de 2022, representou um marco na consolidação da organização comunitária. A partir dessa primeira experiência, a feira passou a ocorrer mensalmente, normalmente aos sábados, com a maioria dos produtos comercializados sendo produzidos pelas próprias mulheres, seja em suas roças e quintais, ou coletados nas matas. Esse processo culminou na formação de um grupo coeso de 13 mulheres agricultoras (Figura 25), o que lhes permitiu alcançar uma maior autonomia, reduzindo a necessidade de intervenção direta do Núcleo, que inicialmente organizava a logística da feira, o espaço e as atividades de comercialização.



Figura SEQ Figura * ARABIC 25 – Mulheres agricult
Fonte: Acervo de campo (2023). União/Campinas.

A intenção do Núcleo sempre foi promover a autonomia do grupo e este objetivo tem sido progressivamente alcançado, com as mulheres decidindo coletivamente o que irão comercializar, conforme suas produções locais. O apoio do Núcleo permanece, especialmente no que tange às capacidades técnicas das integrantes jovens, que têm colaborado na organização da feira, como na identificação dos produtos, por meio da produção de adesivos que facilitam o reconhecimento dos itens comercializados.

Em razão dessa capacidade técnica, o Núcleo submeteu um projeto a um edital do Fundo Casa Socioambiental[13], visando à construção de um espaço fixo para a realização da feira. Até então, as edições da feira ocorriam na frente das casas das integrantes e a proposta do Núcleo foi criar um espaço mais estruturado, que também pudesse comportar outras atividades, como a construção de uma

[13] O Fundo Casa Socioambiental é uma organização que apoia iniciativas da sociedade civil na América do Sul, com foco na conservação ambiental, na justiça social e na garantia dos direitos socioambientais. Ele trabalha mobilizando recursos e fortalecendo a capacidade de pequenas organizações, buscando proporcionar maior autonomia para essas comunidades

cozinha. O projeto foi aprovado e o terreno destinado à construção foi cedido por uma das integrantes.

Embora o espaço ainda não esteja completamente finalizado, já é possível realizar as atividades de comercialização no local, que também tem sido utilizado para outras finalidades, como reuniões e confraternizações. Nesse ambiente, as mulheres também passaram a comercializar alimentos produzidos por elas mesmas, como bolos de macaxeira, farinha de tapioca, mingaus, e, em algumas edições da feira, almoços, como maniçoba, galinha caipira, além de tacacá no final da tarde (Figura 26).

Figura 26 – Produtos comercializados na Feira Quilombola.



Fonte: Acervo de campo (2024).

Essa produção alimentar local tem ganhado destaque no município e o grupo de mulheres da feira têm sido contratado para fornecer refeições em eventos institucionais, principalmente por ONGs, prefeitura e pela Universidade Federal do Pará (UFPA), quando realizam eventos no território. O grupo já recebeu convites para atuar como fornecedoras de buffet em Belém.

As interlocutoras do grupo destacam que, embora o serviço de buffet seja o mais rentável atualmente, elas não têm a intenção de abandonar a feira, uma vez que esta oferece uma fonte de renda regular, enquanto os serviços de buffet são pontuais. A feira, além de garantir uma fonte de renda constante, também desempenha um papel social importante, pois em algumas edições coincidentes com datas comemorativas, o grupo organiza festividades com vendas de comidas

típicas e bingos, o que não apenas gera renda, mas também movimenta o território com música e dança, reforçando os laços comunitários.

Além disso, surgiu uma nova iniciativa relacionada à feira, o Quilombrincando, que se originou como uma resposta à necessidade de entreter as crianças que acompanhavam as atividades das mães que vendiam seus produtos na feira, permanec
percebeu
promoven



Fonte: Acervo de Campo (2024).

O Quilombrincando, realizado no quintal de mulheres agricultoras, é uma prática que vai muito além do simples ato de brincar. Ao reunir crianças para participar de brincadeiras, contação de histórias e a transmissão de conhecimentos ancestrais, o projeto cria um ambiente de fortalecimento coletivo e de afirmação da identidade quilombola. Em uma de suas edições, por exemplo, as crianças aprenderam sobre o ideograma africano da Sankofa, por meio dos ensinamentos das jovens do Núcleo, que ressaltaram a importância de respeitar e aprender com a sabedoria dos mais velhos.

Essa abordagem promove, desde cedo, a construção de uma consciência quilombista, evidenciando como o pertencimento ao território e a valorização das tradições culturais se entrelaçam no cotidiano da comunidade. Dessa forma, o

Quilombrincando se configura como uma estratégia autônoma e de mobilização interna, fortalecendo a organização coletiva e contribuindo para a continuidade das lutas e resistências quilombolas.

1. 7.1 TERRITÓRIO EM MOVIMENTO: CONSTRUINDO INVENÇÕES E REINVENÇÕES

O conceito de território quilombola não é uma construção estática ou limitada a um momento histórico específico, mas sim um campo dinâmico, marcado por processos contínuos de reconfiguração e adaptação. Essas transformações, longe de serem apenas transitórias ou conjunturais, refletem tanto os deslocamentos internos das comunidades quanto as pressões externas que incidem sobre elas (Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002).

Nesse sentido, o território quilombola não é apenas um espaço físico de resistência ou de simples subsistência, mas também um campo de ação política, cultural e econômica, onde se manifestam lutas pelo reconhecimento, pela preservação e pela reinvenção dos modos de vida. Portanto, as transformações observadas nos territórios de Salvaterra, como Vila União/Campinas e Mangueiras, evidenciam um processo de ressignificação constante, o qual, embora emergido de condições históricas específicas, é também fruto de estratégias de sobrevivência e resistência às imposições hegemônicas externas.

> Na verdade, é uma compreensão de território, do próprio território. Elas vão olhando com um outro olhar e tudo, que não rompe o olhar que elas já têm. Porque o território para a gente no geral ele é casa, né. É lugar onde se mora, é o lugar onde se vive, que a gente faz parte e tudo mais, que nasceu, foi criado. Mas assim, esse olhar da geração de renda a partir do território, ele é algo que também tem sido construído (Luciane Lopes, entrevista de campo, 2024).

Luciane, ao referir-se à transformação do território como um “olhar da geração de renda”, faz alusão a uma reinterpretação das funções e significados atribuídos ao espaço pelos quilombolas. Essa transformação é simbólica e material, representando uma reconfiguração das práticas territoriais tradicionais.

No entanto, é necessário perceber que essa modificação não está dissociada de uma resistência ativa à perda de recursos naturais e à transformação do território em uma mercadoria, como a pressão externa do agronegócio e de grandes

empreendimentos. A afirmação de Luciane sugere um deslocamento de uma concepção exclusivamente agrária do território para uma visão mais multifacetada, que incorpora a geração de renda como uma estratégia de sobrevivência e de resistência.

À luz da autora Grada Kilomba (2019), o território não é apenas um espaço físico, mas um campo simbólico e político de afirmação das identidades negras, que se entrelaçam com as estruturas de opressão e com as narrativas históricas da diáspora africana. Kilomba (2019) argumenta que o território, para as comunidades negras, especialmente as quilombolas, é um lócus de memória e resistência, um espaço que carrega em si as cicatrizes da colonização e a força de suas contínuas lutas por afirmação. A transformação do território quilombola, assim como os projetos comunitários observados em Salvaterra, revela que o que está em jogo é mais do que a adaptação de práticas produtivas, mas também um processo contínuo de reapropriação de significados.

Quando a produção econômica se associa à preservação cultural e identitária, ela se torna um ato de resistência contra a lógica de mercantilização do território, que impõe a homogeneização das práticas culturais e a exploração predatória dos recursos naturais. Esse fenômeno se manifesta historicamente, seja em Vila União/Campinas, com a construção da PA-154 dentro do território, seja em Mangueiras, que convive com a presença do monocultivo de arroz em suas proximidades.

Esse processo de reapropriação simbólica do território encontra ressonância nas ideias de Abdias do Nascimento, que argumenta que a luta dos quilombolas não é apenas por direitos territoriais, mas por uma afirmação política que vise à constituição de um projeto emancipatório. Para Nascimento (2002), a construção do território quilombola é um espaço de resistência contra as formas de colonização que buscam apagar ou subordinar as formas de organização social e econômica dos negros.

Nascimento propõe o conceito de “quilombismo” como uma estratégia de afirmação da identidade negra que se opõe às imposições da modernidade colonial. Ele vê o território quilombola como um campo de construção de autonomia política e cultural, onde as comunidades buscam não apenas a preservação de seus espaços, mas também a construção de um futuro que recuse as formas de subordinação histórica e econômica. Em suas palavras, a territorialidade quilombola se constitui

como um processo de resistência e reinvenção, cuja centralidade está na autonomia e no autossustento, no fortalecimento das capacidades internas e na criação de alternativas.

A transformação do território, portanto, não se dá apenas por meio da adaptação às novas formas de mercado, mas através de um processo de reinvenção que envolve a criação de novos sentidos e significados para o espaço. Esse processo de reinvenção é, acima de tudo, uma forma de resistência à mercantilização do território, que coloca em risco a identidade e as práticas culturais das comunidades quilombolas.

Nesse contexto, a geração de renda vai além de uma necessidade econômica, tornando-se uma estratégia de resistência à subordinação econômica e cultural. O território quilombola se afirma como um espaço de luta pela autonomia e identidade, onde as práticas de resistência não apenas asseguram a subsistência material, mas também preservam um legado cultural e histórico de enfrentamento e reafirmação.

Em síntese, a construção e a reinvenção do território quilombola, através de práticas como a geração de renda e o fortalecimento de redes de solidariedade, devem ser vistas como um processo de resistência ativa à marginalização econômica e cultural. As materializações dos movimentos quilombistas, ao se apropriarem de seus territórios e ao ressignificarem suas práticas, não apenas resistem à subordinação histórica, mas também criam alternativas sustentáveis para o futuro, reafirmando o papel central do território como um espaço de resistência, reinvenção e afirmação da identidade coletiva.

9.

10. 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Núcleo de Ação e Resistência Quilombola e o Grupo Sementes do Quilombo se configuram como movimentos quilombistas autênticos em Salvaterra, inseridos em redes históricas e contemporâneas de mobilização dos quilombolas. Essa inserção se fundamenta em sua atuação que, além de responder aos desafios impostos pelos projetos neocoloniais, articulam práticas de resistência que envolvem dimensões simbólicas e práticas de reapropriação territorial.

Esses movimentos evidenciam, por meio de suas estratégias, a construção de uma identidade política e cultural enraizada nas dinâmicas locais, enquanto dialogam com organizações maiores, como a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU) e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Assim, eles não apenas contestam as estruturas de dominação, mas também constroem caminhos políticos que reafirmam a centralidade dos territórios na luta por autonomia e justiça social.

A presente dissertação analisou os movimentos quilombolas em resposta aos projetos neocoloniais implementados em Salvaterra, partindo do reconhecimento de que as comunidades não ocupam apenas um espaço físico, mas ressignificam sua territorialidade por meio de dinâmicas sociais, culturais e políticas próprias. Essa ressignificação se manifesta na articulação de redes que tensionam as estruturas hegemônicas de poder, promovendo estratégias de resistência que operam em múltiplos níveis.

Embora a principal reivindicação, a demarcação dos territórios quilombolas, permaneça não atendida, o trabalho evidenciou como o NARQ e o Grupo Sementes do Quilombo, enquanto expressões do quilombismo, fortalecem a identidade local e constroem narrativas de resistência e pertencimento.

A pesquisa atingiu seus objetivos específicos ao identificar estratégias desenvolvidas por essas organizações para enfrentar os projetos neocoloniais. Ficou claro, por exemplo, que a construção de uma consciência étnico-racial tem transformado a percepção dos territórios, mobilizando a organização de uma identidade coletiva que confere maior coesão aos quilombos. As alianças e redes de apoio, evidenciadas pela colaboração com universidades, organizações não

governamentais e pelas trajetórias individuais dos próprios membros dos movimentos, reforçam essa articulação e ampliam o alcance das lutas.

Além disso, o estudo demonstrou como a articulação de atividades culturais e econômicas – observada na promoção da agricultura tradicional em Vila União Campinas pelo NARQ, na organização da Feira Quilombola e dos ateliês de confecção de vestuário e dança pelo Grupo Sementes do Quilombo – fortalece a identidade afro marajoara e gera alternativas de renda a partir dos próprios recursos territoriais.

A territorialidade quilombola em Salvaterra revela-se como um campo dinâmico de disputas e ressignificações, onde o espaço desempenha papel central na manutenção dos modos de vida e na afirmação identitária. Os movimentos analisados emergem não apenas como respostas aos desafios impostos pelo avanço do agronegócio e das infraestruturas desenvolvimentistas, mas como protagonistas na produção ativa do território, construindo alternativas concretas baseadas nas lógicas tradicionais de organização social e econômica.

Essa resistência transcende a mera oposição aos projetos neocoloniais, articulando dimensões subjetivas e históricas que evidenciam uma disputa epistemológica – enquanto modelos como o monocultivo do arroz e a pecuária bubalina impõem uma racionalidade produtiva que subordina os saberes locais, os quilombolas reafirmam o valor de suas práticas ancestrais e a importância da memória coletiva.

Do ponto de vista metodológico, inicialmente utilizei questionários para captar dados sobre essas dinâmicas, mas percebi que essa abordagem estava descentralizada em relação aos objetivos do estudo. A adoção da observação participante como principal instrumento de coleta de dados permitiu uma compreensão mais aprofundada e contextualizada das práticas e estratégias adotadas, ainda que essa mudança tenha exigido maior presença em campo.

Apesar das limitações metodológicas, os instrumentos empregados foram suficientes para atingir os objetivos propostos, especialmente quando integrados aos referenciais teóricos sobre territorialidade quilombola, antropologia do desenvolvimento e quilombismo, os quais possibilitaram articular aspectos subjetivos e históricos com as práticas de resistência.

Em síntese, os resultados indicam que o NARQ e o Grupo Sementes do Quilombo são movimentos quilombistas autênticos de Salvaterra, que se inserem em

uma rede histórica de mobilização dos quilombolas e respondem de forma articulada aos desafios dos projetos neocoloniais. Eles encarnam práticas de resistência que fortalecem tanto a identidade cultural quanto a produção de alternativas territoriais, possibilitando repensar os limites do modelo desenvolvimentista vigente e imaginar futuros alternativos na Amazônia.

Por fim, o estudo aponta para um campo promissor na sociologia política, que investigue de forma mais estrutural e articulada as redes de mobilização quilombolas em Salvaterra. Pesquisas futuras que explorem os vínculos entre essas organizações e os mecanismos institucionais e sociais que as sustentam poderão aprofundar a compreensão dos processos de resistência e da construção de novas territorialidades insurgentes.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; ACEVEDO MARIN, Rosa (org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1, cap. 9, p. 209-227.

ANDRADE, Rômulo De Paula. Contribuições para um debate: a antropologia do desenvolvimento e a valorização econômica da Amazônia (1951-1955). **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 10, n. 16, p. 53-72, 2018.

ARAÚJO, Claudio et al. Relação entre mercado de terras, crescimento econômico e insegurança fundiária explicada por um modelo a "geração imbricada". **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 26, p. 575-595, 2006.

ARCE, Alberto; MARQUES, Flávia Charão. Desenvolvimento, materialidades e o ator social: orientações metodológicas para aproximações territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, p. 40-65, 2020.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, 1969. (Coleção Amazônica – Série José Veríssimo).

BARGAS, Janine de Kássia Rocha; CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 10, n. 2, p. 469-488, 2015.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel; BAZZANELLA, Sandro Luiz. Antropologia do desenvolvimento: relações entre cultura, política e economia. **DRd-Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 3, n. 2, p. 27-51, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo, Brasília-DF. **Programa de Regionalização do Turismo**, 2024. Disponível em:

<http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_k2&view=itemlist&layout=category&task=category&id=4&Itemid=148>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

CAMPOS, Laís Rodrigues et al. **Uma cartografia escolar do lugar e da identidade territorial quilombola em Salvaterra-PA**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2019.

CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. Reconhecimento, desrespeito e organização política quilombola na luta por território na Ilha do Marajó (PA). **A Revista Cronos**, v. 14, p. 93-107, 2013.

CRISPIM, Diêgo Lima et al. Espacialização da cobertura do serviço de saneamento básico e do índice de desenvolvimento humano dos municípios do Marajó, Pará. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 11, n. 4, p. 112-122, 2016.

DA COSTA, José Felipe Rodrigues; MEDEIROS, Monique; BARROS, Flávio Bezerra. "Quem planta, quando precisa tem": terreiros socioprodutivos quilombolas na Amazônia Marajoara. **Mundo Amazônico**, v. 15, n. 2, p. 35-58, 2024.

DAHL, Gudrun; RABO, Annika (eds). **KAMAP or Take-off**: Local Notions of Development. Stockholm: Stockholm Studies in Social Anthropology, 1992.

DE ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-9, 2004.

DE SOUZA MEIRELLES FILHO, João Carlos. Arroz no Marajó: a impunidade do agronegócio. **Inclusão Social**, v. 7, n. 2, 2014.

DIAS, Odenira Corrêa; MEDEIROS, Monique; SILVA, Luís Mauro Santos. Agrobiodiversidade quilombola (em risco) no Marajó dos Campos: transformações nas roças em face a projetos desenvolvimentistas. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 37, n. 60, p. 25-43, 2024.

ESCOBAR, Arturo. A América Latina numa encruzilhada: modernizações alternativas, pós-liberalismo ou pós-desenvolvimento?. **Estudos Culturais**, v. 24, p. 1-65, 2010.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los" derechos al territorio". **Cuadernos de antropología social**, n. 41, p. 25-38, 2015.

ESCOBAR, Arturo. Antropologia e desenvolvimento. **Maguaré**, v. 34, n. 1, p. 271-308, 2020.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-83.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato Da Silva. 1. ed. Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2020.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **"Donos do lugar": a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais**: temas e debates contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2011.

GOMES, Dérick Lima; BRINGEL, Fabiano de Oliveira. Tensões territoriais entre rizicultores e quilombolas no arquipélago do Marajó. In: MACEDO et al., Cátia Oliveira, (orgs.). **Os "nós" da questão agrária na Amazônia**. Belém: Editora Açaí, 2016. p. 162-176.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente da; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso dos. Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia Marajoara. **REVISTA NERA**, n. 42, p. 135-161, 2018.

GOMES, Dérick Lima; SCHMITZ, Heribert; DE OLIVEIRA BRINGEL, Fabiano. Identidade e mobilização quilombola na Amazônia marajoara. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 38, n. 3, p. 591-618, 2018.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução de Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INTERMINISTERIAL, Grupo Executivo; DO PARÁ, Grupo Executivo do Estado. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**. 2007.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton Alves Lacerda. Ailton Krenak: Entrevista por Idjahure Kadiwel, Ana Paula Simonacci e Sérgio Cohn. In: KADIWÉU, Idjahure; COHN, Sérgio (orgs.). **Tembetá**: Conversas com pensadores indígenas. Rio de Janeiro: Azougue. p. 11-51. 2019 [2017].

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAGES, Lara Thaís de Souza; CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e; SCHMITZ, Heribert. Redes de movimentos sociais em comunidade quilombola de Salvaterra, Marajó, Pará. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 2, p. 328-351, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Maria de Lourdes Siqueira. 14. ed. São Paulo: Ática, 1991.

LIMA FILHO, Petrônio Medeiros; CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e; ALENCAR, Edna. Festas de santo, território e alianças políticas entre comunidades quilombolas de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 13, p. 109-128, 2018.

LIMA FILHO, Petrônio Medeiros. **Pulsar: festa como potência societal: os jogos de identidade Quilombola e a refundação política das comunidades Quilombolas de Salvaterra - Marajó - Pará**. 2022. 325 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial**: desafios da revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2020.

LOPES, Marcelo Rodrigo; DIAS, Odenira Correa. Questão fundiária e os territórios quilombolas do leste Marajoara: O retrato de uma Amazônia colonizada pelo Brasil. **SciELO Preprints**, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MULHERES TERRITÓRIOS DE LUTA: Dayane Chaves e a resistência na Comunidade Quilombola remanescente dos Quilombos de Salvaterra. **Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs)**, Rio de Janeiro, 06 de abr. de 2021. Disponível em: <https://pacs.org.br/mulheresterritoriosdeluta/entrevista/dayane-chaves/>. Acesso em: 10 de nov. de 2024.

NABARRO, Sergio Aparecido. **Modo de Vida e Campesinato no Capitalismo: contribuições, limites e a construção de um entendimento do campesinato como modo de vida**. 2014. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editor Produtor, 2002.

NASCIMENTO, Anael Souza. **Da natureza à mesa: a pesca artesanal na vida e alimentação dos quilombolas da Comunidade de Mangueiras (Ilha do Marajó–Pará)**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Belém, PA. 2020.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. **Revista Tomo**, n. 11, p. 43-58, 2007.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos avançados**, v. 18, p. 57-60, 2004.

PACHECO, Agenor Sarraf. A conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires. (Orgs.). **Muito além dos campos**: arqueologia e história na Amazônia Marajoara. 1 ed. Belém: GKNORONHA, 2010. cap. 2, p. 13-32.

PEIRANO, Mariza. O encontro etnográfico e o diálogo teórico. **Anuário Antropológico**, v. 10, n. 1, p. 249-264, 1986.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Cadernos de Pesquisa**, n. 8, p. 168–196, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?. **Caderno Crh**, v. 21, p. 505-517, 2008.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, p. 129-136, 2002.

SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires (Org.). **Muito além dos campos**: arqueologia e história na Amazônia Marajoara – 1. ed. Belém: GKNORONHA, 2010.

SCHRÖDER, Peter. A Antropologia do desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina verdadeira?. **Revista de Antropologia**, v. 40, p. 83-100, 1997.

SUNDFELD, Carlos Ari; JURKSAITIS, Guilherme Jardim. Concessão de rodovias e desenvolvimento: a inconsistência jurídica dos programas. In: RIBEIRO, Leonardo Coelho;FEIGELSON, Bruno; FREITAS, Rafael Véras de. **A nova regulação da infraestrutura e da mineração**: portos, aeroportos, ferrovias, rodovias. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

TEISSERENC, Pierre; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Mobilização, conflitos e reconhecimento do território: comunidades quilombolas na Ilha do Marajó, Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 115, p. 51–74, 2018.

TOURAINE, Alain. **Palavra e sangue**: política e sociedade na América Latina. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.

VAZ, Lara de Victória Almeida; BARROS, Flávio Bezerra. Soberania e segurança alimentar para o “bem viver”: um estudo de experiência quilombola em Salvaterra/Ilha do Marajó, PA. **Terceira Margem Amazônia**, v. 7, n. 18, p. 73-89, 2022.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

12. APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

A- Informações pessoais

Nome:

Idade:

Identidade de gênero H ( ) M ( )

Você nasceu na comunidade? Sim ( ) Não ( )

Se não, faz quanto tempo que mora na comunidade?

Qual sua escolaridade?

Você tem filhos? Sim ( ) Não ( )

Seus filhos moram na comunidade? Sim ( ) Não ( )

Você possui outro trabalho além da iniciativa? Sim ( ) Não ( ) Se sim, qual?

Você faz parte de algum grupo/coletivo da comunidade? Sim ( ) Não ( ) cooperativa ( ) associação de moradores ( ) coletivo ( ) outros ( )

Quais são as suas principais fontes de renda? Qual o período do ano você se dedica a elas?

B- Produção local

Quais as principais atividades socioprodutivas da comunidade?

( ) pesca ( ) farinha ( ) mandioca ( ) açaí ( ) roça ( ) turismo ( ) artesanato ( ) restaurante

Outras principais atividades mencionadas:

Se tem roça, os produtos são comercializados?

Para quem são comercializados?

O que é produzido na comunidade é destinado para as atividades da iniciativa?

Sim ( ) Não ( )

C- Iniciativas locais

O que mobilizou a criação do movimento?

Como começou na comunidade?

Quantas pessoas fazem parte da iniciativa? Qual a função de cada uma delas?

Pode me informar os nomes e as respectivas funções?

Vocês tiveram ajuda apoio no início ? Sim ( ) Não ( ) Se sim, de quem? Ficaram satisfeitos?

Hoje vocês recebem algum apoio? Sim( ) Não ( )

As instituições que deram apoio mantêm alguma relação com a iniciativa na comunidade?

Qual instituição e que tipo de relação?

Vocês possuem uma organização para o controle de dados do movimento? (Ex: Número de visitantes, entrada e saída de dinheiro) Sim ( ) Não ( ) Qual?

Inicialmente houve resistência para o envolvimento dos comunitários com as atividades que voçês desenvolviam?

Sim ( ) Não ( ) Por que?

Houve alguma mudança com o movimento? Sim ( ) Não ( )

Se sim, qual e quando?

Existe algum calendário para a execução das atividades do movimento? ( ) Sim ( ) Não

O que o trabalho do movimento proporciona para a comunidade e para os comunitários?

A comunidade mudou depois que o movimento passou a realizar atividades? (Em relação à luta, defesa do território, valorização cultural, reconhecimento).

O movimento na comunidade enfrenta alguma dificuldade? (administrativa, divulgação, organização interna, financeira). Sim ( ) Não ( ) Qual?

D- Caracterização da atividade

O movimento é regularizado junto a alguma secretaria do município?

Tem CNPJ próprio? ( ) Sim ( ) Não

Se não, quais as principais dificuldades por não ter?

Como é organizado o movimento na comunidade? Como são divididas as atividades? Qual a sua função?

Vocês realizam reuniões sobre a ampliação das atividades do movimento na comunidade?

Sim ( ) Não ( )

Com que frequência tem reunião?

Se sim, o que vocês discutem? (Ex: Melhorias, necessidades de cursos de capacitações, defesa do território)

Como você enxerga as atividades mobilizadas por vocês diante do nenário político municipal?

E- Relação das iniciativas com o território

Na construção do movimento como foi a participação dos demais moradores da comunidade?

Quais as principais dificuldades enfrentadas pela comunidade?

Existe alguma atividade, criação, cultivo e etc. que foram extintos? Se sim, por que? E por que foram extintas?

Quais principais mudanças ocorridas no território nos últimos anos? Qual seria a causa para essas transformações?

Que tipo de vínculo o movimento têm com o que é produzido no território?

Quais as principais dificuldades da comunidade? Essas dificuldades afetam o movimento?

Comoo movimento se relaciona com outras organizações de fora do território? (Do contexto estadual)

Quais as principais dificuldades enfrentadas no movimento?

Quais as principais limitações do movimento? Como vocês ultrapassam essas limitações?

Dentre as principais dificuldades enfrentadas até o momento, como foi feita a superação ou o enfrentamento do problema/dificuldade?

Como o movimento se enxerga no cenário político no município (Em relação a reivindicação)?

Qual a expectativa do movimento para um cenário futuro?

Qual a sua expectativa para o futuro da comunidade na qual você está inserido ou como você espera que a comunidade esteja?

O que mobiliza a realização das atividades do movimento?

Em que contexto sociopolítico municipal o movimento foi instituído?

Quais os principais opositores sociopolíticos do movimento? (Sobre antagonistas, outras redes, pessoas ou grupos que se opõem ao movimento ou as atividades realizadas)

Como o movimento enxerga as principais dificuldades/problemas do território?

Como a atuação do movimento se posiciona em relação aos problemas da comunidade?

13.

14. APÊNDICE II - ROTEIRO DE ENTREVISTAS: CESTAS DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS

Identificação da pessoa entrevistada e da instituição/organização/comunidade na qual atua

1.1 Nome:

1.2 Município:

1.4 Telefone/Whatsapp:

1.5 Correio eletrônico:

1.6 Data:

1.7 Entrevista número:

1.8 Formação/escolaridade:

1.9 Profissão:

1.10 Há quanto tempo faz parte dessa organização/instituição/comunidade?

1.11 No caso de ser membro de organização/instituição, qual é a sua função ou cargo?

1.12 Ainda nesse caso, há quanto tempo desempenha essa função?

Inventário da CBST

2.1 Quais são os produtos e serviços que você entende serem específicos de Salvaterra (e Soure)?

2.2 Esse produto ou serviço possui uma atratividade de pessoas externas à região? Por quê?

2.3 Quando as pessoas vêm visitar a região, o que elas costumam comprar? O que elas levam para suas casas? (Tanto de produtos quanto de experiências!)

2.3.1 Esses produtos e serviços são atrativos pela qualidade (por serem únicos e muito específicos de Salvaterra) ou pelo preço? Que qualidades ou especificidades seriam essas? (Sabor, apreço histórico, cultural etc.)

2.3.2. Esses produtos já atendem os pré-requisitos para atuar no mercado formal ou tem restrições sanitárias e legais para serem ofertados?

2.4 Quais os principais eventos (ex. feiras, festas e exposições) do município ou da região que atrai pessoas externas à região? Eles possuem algum produto ou serviço que é destaque? Qual?

2.5 Já há uma relação entre a valorização desse produto/serviço com a promoção desse(s) evento(s)? Se sim, qual? Se não, em sua opinião, seria possível construir essa relação de valorização de determinado produto/serviço com a promoção desse(s) evento(s)?

2.6 Como foi a trajetória histórica e cultural da valorização desses produtos ou serviços? (História**)**

2.7 Há organizações (formais e informais) que foram criadas em torno desses produtos e serviços rurais? Se sim, quais? Se não, há alguma projeção de criação de organizações nesse sentido?

2.8 As organizações que estão sendo construídas nessa região influenciaram na valorização dos produtos/serviços locais? Como?

2.9 Como as atividades que sua organização/instituição exerce atualmente se relacionam com (outras) organizações atuantes valorização de produtos locais e promoção do turismo em Salvaterra (e Soure)?

2.10 Existe apoio da organização/instituição/comunidade na qual você faz parte para valorização de produtos locais e promoção do turismo? Qual? Como esse apoio se dá (é informal/formal)?

2.11 Quais as iniciativas que ainda não acontecem, mas que você considera que seriam importantes de acontecerem no(s) município(s) para valorizar o turismo ou atrair turistas?

2.12 Existem aspectos culturais/históricos no município que poderiam ser mais bem trabalhados para potencializar o turismo? Se sim, quais?

2.13 Quais os principais atores envolvidos em iniciativas de desenvolvimento do turismo no município, hoje?

2.14 Idealmente, quais seriam os atores/organizações locais imprescindíveis de se envolverem na construção e consolidação do turismo no(s) município(s)? Por quê?

2.15 Atualmente, quais as maiores dificuldades no estabelecimento de novas articulações - e/ou manutenção das existentes - entre diferentes atores no desenvolvimento do turismo?

2.16 Quais atividades que sua organização/instituição/comunidade exerce atualmente? Quais dessas atividades são voltadas para a valorização dos produtos, serviços agropecuários e turismo rural?

2.17 Essas iniciativas favoreceram melhorias econômicas, sociais e ambientais no(s) município(s) ou território? Quais?

2.18 Quais outros produtos ou serviços poderiam ser valorizados pelas iniciativas em desenvolvimento por sua organização/instituição/comunidade? (potenciais)

2.19 Poderia mencionar alguns resultados, positivos e negativos, obtidos com alguma iniciativa, já desenvolvida por sua organização/instituição/comunidade, de valorização do produto ou serviço local?

2.20 Existe pretensão de construir outros tipos de iniciativa, articulada com outros atores, que demonstrem o valor histórico/cultural desses produtos e o turismo rural? Quais?

2.21 Dentre as ações promovidas por sua organização/instituição/comunidade, qual produto ou serviço que ganha destaque? Por quê? Qual outro também poderia ganhar destaque (o que inclui apoio/incentivo)?

2.22 Quais as iniciativas que você considera que seriam importantes para a valorização desse novo produto ou serviço?